

FECOP

PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE DESEMPENHO
DO FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

*Secretaria do Planejamento
e Gestão*





CONSELHO CONSULTIVO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL – CCPIS

Antonio Eduardo Diogo de Siqueira Filho

Presidente

Josbertini Virgínio Clementino

Vice-Presidente

Secretaria do Planejamento e Gestão	Antonio Eduardo Diogo de Siqueira Filho Suplente: Carlos Eduardo Pires Sobreira
Secretaria da Fazenda	João Marcos Maia Suplente: Marcus Augusto Vasconcelos Coelho
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Josbertini Virgínio Clementino Suplente: Glória Francisca Burlamaqui Carvalho
Casa Civil	Arialdo de Mello Pinho Suplente: Diogo Rodrigues de Carvalho Musy
Secretaria da Saúde	Ciro Ferreira Gomes Suplente: Vera Maria Câmara Coelho
Secretaria da Educação	Maurício Holanda Maia Suplente: Noemi Alencar Araripe Cordeiro
Secretaria da Cultura	Paulo de Tarso Bernardes Mamede Suplente: Ana Márcia Diógenes Paiva Lima
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	José Nelson Martins de Sousa Suplente: Esaú Matos Ribeiro
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	René Teixeira Barreira Suplente: Ricardo Costa e Silva Lima
Secretaria das Cidades	Carlo Ferrentini Sampaio Suplente: Mario Fracalossi Júnior
Secretaria do Esporte	Antônio Gilvan Silva Paiva Suplente: Helton Udenes Nascimento Pontes
Conselho Estadual da Assistência Social	Michel Platiny Sousa de Moura Suplente: Andrea Esmeraldo Câmara
Cons. Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente	Mônica Araújo Gomes Suplente: Margarida Maria de Sousa Pinheiro
Conselho Estadual de Educação	Edgar Linhares Lima Suplente: Ada da Pimentel Gomes Fernandes Vieira
Conselho Estadual de Saúde	Antonio Marcus Gomes da Silva Suplente: Antonio Cleyton Martins Magalhães
Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará	Emanuel Barreto de Oliveira Suplente: Marta Maria Rebouças Albuquerque
Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará	Francisco Nilson Freitas Suplente: Talles George Gomes



**COORDENADORIA DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE COMBATE A POBREZA E INCLUSÃO
SOCIAL**

Lara Maria Silva Costa

Célula de Análise e Monitoramento de Projetos do FECOP

Maria Afonsina Braga Barbosa Lima
Everton Cabral Maciel

Célula de Controle e Acompanhamento Financeiro do FECOP

João Batista Rolim
Larisa Fátima Martins Bezerra
Samuel Alves de Oliveira Júnior

Apoio Técnico

Silvana Jereissati Pereira

SUMÁRIO

Volume I

APRESENTAÇÃO, 5

INTRODUÇÃO, 6

1. O FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA – FECOP: CONCEPÇÃO, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO, 7

- 1.1. Conceção, 7
- 1.2. Estratégia de Atuação do FECOP, 8
- 1.3. Público-Alvo, 9

2. DESEMPENHO FINANCEIRO DO FECOP, 10

- 2.1. Arrecadação, 10
- 2.2. Liberação dos Recursos, 11
- 2.3. Aplicação dos Recursos, 40
- 2.4. Relatório Financeiro, 42
- 2.5. Alocação dos Recursos por Setorial, 44
- 2.6. Aplicação dos Recursos por Função de Governo, 46
- 2.7. Aplicação dos Recursos por Macrorregião, 49
- 2.8. Aplicação dos Recursos por Programa de Governo, 53

3. ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS SETORIAIS,

- 3.1. Secretaria do Desenvolvimento Agrário, 56
- 3.2. Secretaria da Educação, 77
- 3.3. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, 97
- 3.4. Secretaria das Cidades, 119
- 3.5. Secretaria da Saúde, 158
- 3.6. Secretaria da Infraestrutura, 162
- 3.7. Secretaria dos Recursos Hídricos, 165
- 3.8. Gabinete do Governador, 175
- 3.9. Secretaria do Esporte, 182
- 3.10. Secretaria da Cultura, 190

Apresentação

O presente Relatório de Desempenho visa atender aos princípios constitucionais que regem o funcionamento da administração pública quanto à publicidade e transparência dos atos públicos e ao Decreto nº. 29.910 de 29 de setembro de 2009, cujo inciso VII do art. 13 determina que o Conselho Consultivo de Políticas e Inclusão Social (CCPIS) deverá dar publicidade aos critérios de alocação e uso dos recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), encaminhando, semestralmente, à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, à Controladoria Geral do Estado (CGE) e ao Tribunal de Contas (TCE) relatório de desempenho físico-financeiro, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do semestre. Refere-se ao período compreendido entre janeiro e junho de 2014.

Segundo o mesmo decreto, as Secretarias de Estado prestam contas à Gerência Executiva do FECOP (GEF) através de ofício assinado pelo seu titular, informando detalhadamente a aplicação dos recursos em conformidade com o projeto aprovado e declarando expressamente que a documentação comprobatória das despesas está à disposição dos órgãos fiscalizadores da Administração Pública e da Gerência Executiva do FECOP (GEF), quando assim exigido.

Ressalta-se que pelo Decreto nº 31.262, de 31 de julho de 2013, que alterou a estrutura organizacional da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), a Gerência Executiva do FECOP, que antes estava vinculada à Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão (CPLOG), constitui-se hoje na Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social (CCOPI).

Este Relatório de Desempenho, além de ser submetido à análise dos órgãos de fiscalização do Estado do Ceará, ficará à disposição da sociedade para consulta via internet, no site <http://fecop.seplag.ce.gov.br>, o que confere transparência à ação do Estado no combate à pobreza mediante a utilização de recursos do FECOP.

Os principais dados da execução financeira tem por fonte a Secretaria da Fazenda, responsável pela gestão financeira do Fundo, e o sistema WebMapp, uma ferramenta gerencial utilizada pelo Governo do Estado para acompanhamento e monitoramento de projetos.

Introdução

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) ao longo de dez anos e meio de atuação (2004/2014) vem se consolidando como um instrumento de referência no Estado do Ceará, fundamentalmente por oportunizar o desenvolvimento de ações governamentais que tenham por objetivo possibilitar aos seus beneficiários, em curto prazo, as condições mínimas de sobrevivência e acesso a políticas sociais, e em médio e longo prazo a sua inclusão produtiva e a superação da pobreza, mediante o fortalecimento do capital humano, social e físico.

O período janeiro a junho de 2014 encerra com um total de 146 projetos de 10 Secretarias Setoriais aprovados pelo CCPIS com um valor anual referente à Fonte FECOP de R\$554.669.494,81 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos). Deste total, R\$374.010.278,65 (trezentos e setenta e quatro milhões, dez mil, duzentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos) apresentava desembolso previsto para o primeiro semestre, tendo sido empenhado 53,57% e pago 31,18%, deste valor.

Os recursos arrecadados pelo FECOP no primeiro semestre de 2014 foram da ordem de R\$ 181.603.050,51 (cento e oitenta e um milhões, seiscentos e três reais mil, cinquenta reais e cinquenta e um centavos), que somados a R\$ 13.750.365,41 (treze milhões, setecentos e cinquenta mil, trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos) provenientes dos rendimentos de sua aplicação, totalizaram um montante de R\$ 195.353.415,92 (cento e noventa e cinco milhões, trezentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e quinze reais e noventa e dois centavos).

O presente relatório compõe-se de cinco tópicos, mais anexos. O primeiro contempla a concepção, estratégia de atuação e público-alvo do FECOP. O segundo apresenta o desempenho financeiro do Fundo em termos de arrecadação, liberação e aplicação de recursos. O terceiro dedica-se à análise de desempenho das setoriais na aplicação dos recursos do FECOP. O quarto contempla o monitoramento de projetos indicados pelo CCPIS. O quinto trata das considerações finais da gerência executiva do Fundo.

1. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP): Concepção, Estratégia de Atuação e Público-alvo

1.1. Concepção

A concepção do FECOP considera que a redução da pobreza e o exercício da cidadania, dependem fundamentalmente do fortalecimento do capital social capaz de superar problemas coletivos que não poderiam ser abordados individualmente, bem como do capital humano e físico, por meio do desenvolvimento de políticas públicas de educação, saúde, assistência social, geração de emprego e renda, entre outras.

Compreende-se como capital humano o potencial de um ser humano transformar, interpretar e produzir, ligado a capacidades técnicas e cognitivas; como capital social, o potencial de um grupo de indivíduos em construir e manter redes sociais de maneira que essa organização e intercâmbio gerem melhorias no bem-estar social; e como capital físico, o potencial de máquinas, ferramentas e edifícios a serem utilizados na produção de bens e serviços. Este tipo de capital, por sua vez, surge da interação do capital natural, humano e social.

O FECOP atua como um instrumento complementar às políticas públicas estatais, apoiando projetos em duas grandes categorias: Projetos Assistenciais e Projetos Estruturantes. Tais projetos devem ser planejados e executados na perspectiva da intersetorialidade e transversalidade, com vistas a garantir ações integradas que potencializem os recursos disponíveis. Os Projetos Assistenciais priorizarão ações direcionadas aos pobres crônicos ou grupos mais vulneráveis com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre. Os Projetos Estruturantes se destinam à população em situação de pobreza, visando proporcionar condições que possibilitem a migração da condição de pobre para não pobre.

A implementação do FECOP tem como diretrizes:

a – Transparência - disponibilizar para a comunidade assistida e para a sociedade em geral informações sobre a aplicação dos recursos e a provisão dos serviços;

b – Participação - envolver os beneficiários em todas as etapas do processo de aplicação dos recursos: planejamento, execução, acompanhamento e monitoramento;

c – Co-responsabilidade social - fortalecer a participação da comunidade assistida, no sentido de melhorar seu acesso às informações sobre políticas públicas e melhorar sua articulação com outros atores, que direta ou indiretamente estejam envolvidos com atividades fins;

d – Eficiência, eficácia e efetividade - utilizar os recursos em ações que promovam a superação da pobreza;

e – Sustentabilidade – planejar respeitando o saber local, e levando em consideração a realidade da área de atuação, criando oportunidades e aproveitando potencialidades; e

f – Monitoramento e avaliação - aplicar mecanismos que possibilitem a criação de indicadores capazes de medir quantitativamente e qualitativamente os resultados obtidos pelas ações financiadas, permitindo verificar o impacto sobre a pobreza e identificar oportunidades de melhoria;

1.2. Estratégia de Atuação

O FECOP destina-se a financiar integralmente ou de forma complementar projetos demandados pela comunidade ou resultantes de propostas técnicas oriundas da identificação de problemas ou oportunidades. São apresentados à Gerência Executiva do FECOP (GEF) pelas Secretarias Setoriais conforme roteiro padronizado, analisados e posteriormente submetidos à aprovação do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS).

Os projetos podem ser executados em parceria com o poder público federal, municipal, ONGs, empresas privadas e comunidades. As ações financiadas objetivam sempre contribuir no combate à pobreza.

Os critérios para seleção dos projetos a serem financiados com recursos do FECOP estão definidos na legislação que regulamenta o Fundo, conforme segue:

a) O público-alvo do projeto deve ser representado prioritariamente, pela população que se situa abaixo da linha da pobreza (renda familiar *per capita* inferior a ½ salário mínimo);

b) O projeto deve apresentar em seu objeto ações assistenciais e/ou ações estruturantes de combate à pobreza;

c) As ações assistenciais deverão priorizar os pobres crônicos ou grupos mais vulneráveis com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre;

- d)** As ações estruturantes devem estar direcionadas à população pobre para proporcionar condições de acumular meios que possibilitem a migração de pobre para não pobre;
- e)** O projeto deve priorizar municípios e bairros de Fortaleza, cujas populações estejam situadas abaixo da linha da pobreza;
- f)** Os recursos do projeto deverão ser aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, saneamento básico, reforço da renda familiar, e em outras ações de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida da população pobre.

1.3. Público-alvo

O público-alvo do FECOP são as famílias que estão em situação de pobreza, não se limitando às famílias de forma isolada, mas sempre que possível, estimulando a integração destas por meio de ações comunitárias.

Tradicionalmente, a pobreza é definida como privação material, medida pela renda ou consumo do indivíduo ou da família. Em relatório sobre a pobreza publicado em 2000 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) define-se a pobreza extrema ou absoluta como a insuficiência de rendimentos para satisfazer as necessidades alimentares básicas de uma pessoa, sendo, muitas vezes, expressas em termos de requisitos calóricos mínimos. Por outro lado, define-se pobreza geral ou relativa como a insuficiência de renda para satisfazer necessidades alimentares básicas e necessidades não básicas, que são vestuário, habitação e energia.

Nos anos recentes, diversos estudiosos do tema tendem a concordar com uma definição mais abrangente de pobreza, considerando-a como privação do bem-estar e ausência dos elementos necessários que permitam às pessoas levarem uma vida digna em uma determinada sociedade. Sob este aspecto, a ausência de bem-estar está associada à insuficiência de renda e a condições precárias de nutrição, saúde, educação, moradia, acesso a bens de consumo e direitos de participação na vida social e política da comunidade em que vivem.

No ano de 2011, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), quando do lançamento do Programa de Erradicação da Extrema Pobreza, estipulou o valor de renda familiar mensal de R\$ 70,00 por pessoa, como linha de miséria. Esse valor continuou sendo parâmetro em 2013.

A Lei Estadual nº14. 859 de 28 de dezembro de 2010 estabelece o conceito de pobreza e, por consequência, delimita o público-alvo de FECOP. Em seu Art. 1º afirma que “é considerado pobre, para a inscrição em programas sociais, e para a obtenção de benefícios do Estado, toda pessoa que apresente privação acentuada dos elementos básicos para a sobrevivência digna, tais como: alimentação, habitação e vestuário”. Em seu Art. 2º exige que “a solicitação de qualquer benefício ou serviço público, relacionado à condição de pobreza, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado do Ceará, deverá ser acompanhada de documentação que comprove esse estado.”

2. Desempenho Financeiro do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP)

2.1. Arrecadação

O volume total de recursos arrecadados pelo FECOP no período de 2004 a junho de 2014, em valores absolutos, registra a importância de R\$ 2.433.557.415,44 (dois bilhões, quatrocentos e trinta e três milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quinze reais e quarenta e quatro centavos), tendo como origem o adicional de dois pontos percentuais (2%) na alíquota do ICMS incidentes sobre os produtos e serviços discriminados no inciso I, do art. 2.º da Lei Complementar nº37, de 26 de novembro de 2003.

No primeiro semestre de 2014 foram arrecadados R\$ 181.603.050,51 (cento e oitenta e um milhões, seiscentos e três mil, cinquenta reais e cinquenta e um centavos). Em comparação com o valor arrecadado no primeiro semestre de 2013 este valor apresenta um crescimento de 11,88%. Deve-se destacar ainda que ao longo dos anos de existência do FECOP o valor arrecadado no primeiro semestre tem sido sempre significativamente inferior ao arrecadado no segundo semestre.

Quadro 1 – Recursos Arrecadados 2004 / 2014

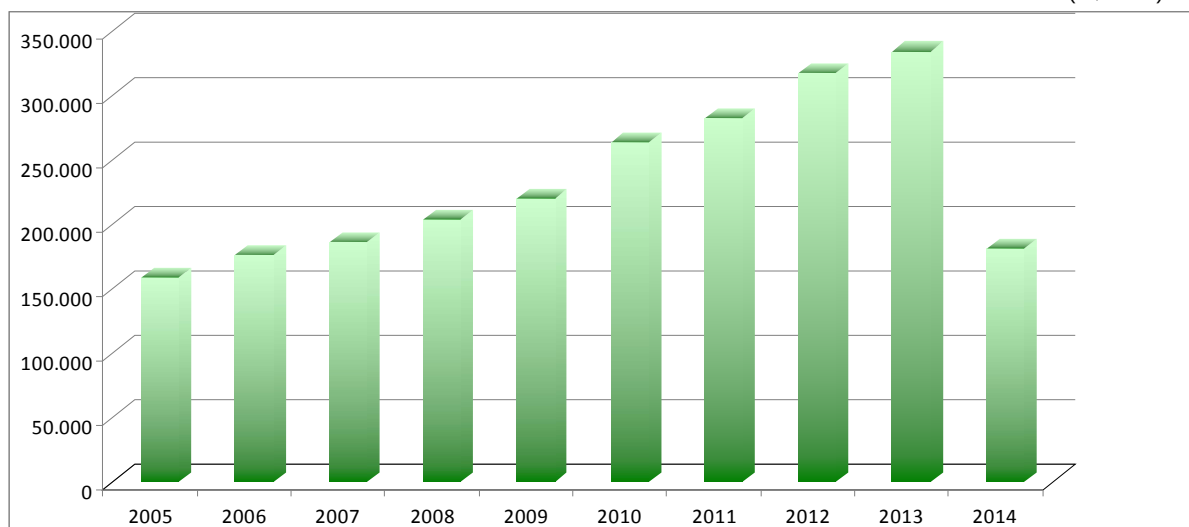
(R\$1.000)

Período	Ano					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Semestre						
1º	42.804	76.282	85.646	91.495	97.321	102.969
2º	65.302	82.190	90.995	94.288	106.627	117.381
Total	108.106	158.473	176.642	185.783	203.948	220.350
Período	Ano					Total
	2010	2011	2012	2013	2014	
Semestre						
1º	127.070	132.973	153.950	162.318	181.603	1.254.431
2º	136.720	149.597	163.892	172.133	-	1.179.125
Total	263.790	282.570	317.842	334.451	181.603	2.433.556

Fonte: SEFAZ

Gráfico 1 – Recursos Arrecadados 2004 / 2014

(R\$1.000)



Fonte: SEFAZ

A evolução observada ao longo dos anos pode ser atribuída ao crescimento da arrecadação própria do Estado.

2.2. Liberação dos Recursos

- **Recursos Liberados por Secretaria Setorial e Projeto**

A programação dos recursos do FECOP por secretaria e por projeto decorre de decisões de caráter técnico e operacional homologadas em reuniões do CCPIS. Durante o ano são

incluídos novos projetos em função de novas demandas ou da necessidade emergencial do desenvolvimento de algumas ações, excluídos projetos aprovados anteriormente que tenham enfrentado problemas de execução e, ainda, modificados os valores de projetos já aprovados. No primeiro semestre de 2014 foram realizadas 5 reuniões sendo 3 reuniões ordinárias e 2 reuniões virtuais com um valor total deliberado na ordem de R\$554.669.494,81 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos).

A programação do ano de 2014 foi iniciada em 28 de janeiro, quando foi realizada a primeira reunião ordinária do Conselho Estadual de Políticas de Inclusão Social (CCPIS). Desta reunião resultou a alocação de um valor total de R\$527.678.307,48 (quinhentos e vinte e sete milhões, seiscentos e setenta e oito mil, trezentos e sete reais e quarenta e oito centavos) em 106 projetos. Destes, 95 foram iniciados em anos anteriores (projetos de continuidade). Objetivou-se disponibilizar recursos em tempo hábil, para garantir sua execução nos primeiros meses do ano.

Em 18 de março foi realizada a segunda reunião ordinária do CCPIS, que aprovou um acréscimo de R\$64.034.425,70 (sessenta e quatro milhões, trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e setenta centavos). Foram aprovados 28 projetos sendo 26 de continuidade e 2 novos. Na mesma reunião foi autorizado acréscimo de valor para 1 projeto aprovado na reunião anterior.

Em 28 de março foi realizada a primeira reunião virtual do CCPIS de 2014, que aprovou 1 projeto de continuidade, 4 projetos novos e aumentou o valor de 1 projeto autorizado em reunião anterior, totalizando R\$7.726.553,52 (sete milhões, setecentos e vinte e seis mil, quinhentos e cinquenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

A terceira reunião ordinária foi realizada em 9 de junho e autorizou a inclusão de 3 projetos de continuidade e 7 projetos novos. Nesta oportunidade 30 projetos autorizados em reuniões anteriores sofreram ajustes: 21 tiveram o valor reduzido, 6 tiveram o valor ampliado e 3 foram excluídos. A deliberação resultante desta reunião apresentou uma redução de R\$44.911.168,05 (quarenta e quatro milhões, novecentos e onze mil, cento e sessenta e oito reais e cinco centavos) no valor total dos projetos financiados pelo FECOP.

A segunda reunião virtual foi realizada em 26 de junho, em caráter emergencial, visando viabilizar a contrapartida de recursos federais para execução de 1 projeto e resultou na

liberação de R\$141.376,16 (cento e quarenta e um mil, trezentos e setenta e seis reais e dezesseis centavos).

Quadro 2 - Recursos Liberados por Resolução e por Secretaria Setorial - 2014

N°	Secretaria	Resolução CCPIS 28.01.14	Resolução CCPIS 18.03.14	Resolução CCPIS 28.03.14	Resolução CCPIS 09.06.14	Resolução CCPIS 26.06.14	Valor Total Deliberado (R\$)
		1ª Reunião Ordinária	2ª Reunião Ordinária	1ª Reunião Virtual	3ª Reunião Ordinária	2ª Reunião Virtual	
1	Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA	239.498.419,94	515.255,21	6.689.422,32	(23.634.287,35)	141.376,16	223.210.186,28
2	Secretaria da Educação – SEDUC	136.020.619,09	18.383.721,24	280.228,48	(19.885.885,38)	-	134.798.683,43
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	33.323.802,78	42.962.236,91	-	-	-	76.286.039,69
4	Secretaria das Cidades - CIDADES	54.899.954,16	1.238.757,86	-	4.654.542,56	-	60.793.254,58
5	Secretaria da Saúde – SESA	23.232.058,50	-	-	-	-	23.232.058,50
6	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	14.000.000,00	-	-	-	-	14.000.000,00
7	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	14.143.782,44	913.438,48	-	(6.057.537,88)	-	8.999.683,04
8	Gabinete do Governador – GABGOV	7.320.465,31	-	756.902,72	-	-	8.077.368,03
9	Secretaria do Esporte - SESPORTE	3.739.205,26	21.016,00	-	12.000,00	-	3.772.221,26
10	Secretaria da Cultura - SECULT	1.500.000,00	-	-	-	-	1.500.000,00
TOTAL		527.678.307,48	64.034.425,70	7.726.553,52	(44.911.168,85)	141.376,16	554.669.494,81

Fonte: GEF

Quadro 3 - Projetos Aprovados por Reunião, segundo sua Classificação em 2014

Reunião	Classificação	Secretaria										Total
		SDA	SEDUC	STDS	CIDADES	SESA	SEINFRA	SRH	GABGOV	SESPORTE	SECULT	
1ª Reunião Ordinária	Continuidade	36	18	13	16	1	1	5	1	3	1	95
	Novos	6	1	-	3	-	-	1	-	-	-	11
	Subtotal	42	19	13	19	1	1	6	1	3	1	106
2ª Reunião Ordinária	Continuidade	1	3	20	1	-	-	1	-	-	-	26
	Novos	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2
	Aumento	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
	Subtotal	2	3	20	1	-	-	2	-	1	-	29
1ª Reunião Virtual	Continuidade	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	Novos	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
	Aumento	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	Subtotal	4	-	-	-	-	-	-	1	-	-	6
3ª Reunião Ordinária	Continuidade	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	3
	Novos	1	1	-	5	-	-	-	-	-	-	7
	Redução	11	3	-	5	-	-	2	-	-	-	21

	Aumento	1	3	-	1	-	-	-	-	1	-	6
	Exclusão	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3
	Subtotal	16	9	-	12	-	-	2	-	1	-	40
2ª Reunião Virtual	Aumento	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	Subtotal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total de Projetos		48	24	33	26	1	1	8	1	3	1	146

Fonte: GEF

Quadro 4 – Recursos Liberados por Secretaria e por Projetos - 2014

Nº	MAPP	Título do Projeto	Resolução CCPIS 28.01.14	Resolução CCPIS 18.03.14	Resolução CCPIS 28.03.14	Resolução CCPIS 09.06.14	Resolução CCPIS 26.06.14	Valor Total Deliberado (R\$)
			1ª Reunião Ordinária	2ª Reunião Ordinária	1ª Reunião Virtual	3ª Reunião Ordinária	2ª Reunião Virtual	
1. Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA								
1	2	Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão	1.780.730,68					1.780.730,68
2	5	Agente Rural	11.000.000,00					11.000.000,00
3	10	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Mudas)	1.814.316,46					1.814.316,46
4	14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudas)	19.000.000,00			(1.000.000,00)		18.000.000,00
5	36	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água / Convênio FUNASA		19.655,29				19.655,29
6	37	Biodiesel do Ceará	4.763.430,01					4.763.430,01
7	38	Garantia Safra no Ceará	25.627.500,00					25.627.500,00
8	41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará				1.300.000,00		1.300.000,00
9	50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	8.201.200,00			(3.000.000,00)		5.201.200,00
10	55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	14.052.500,00			(2.000.000,00)		12.052.500,00
11	56	Cédula da Terra	456.000,00					456.000,00
12	112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA)	3.055.500,00			(1.405.500,00)		1.650.000,00
13	135	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água / Convênio FUNASA (1)	110.000,00					110.000,00
14	183	Fortalecimento das Ações de Ater nos Territórios Rurais do Estado do Ceará	6.045.000,00					6.045.000,00
15	240	Reforço de Ater nos Municípios do Território da Cidadania no Estado do Ceará.	11.000.000,00					11.000.000,00
16	246	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água / Convênio FUNASA (2)	1.638.208,68			(1.638.208,68)		-
17	323	Produção de Ovos e Frangos Caipira	350.000,00					350.000,00
18	337	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRODETER	411.989,75					411.989,75
19	339	Casa Digital do Campo	577.622,18					577.622,18
20	340	São José III – Componente 1: Inclusão Econômica – Implantação de Projetos Produtivos	3.866.666,67			133.333,33		4.000.000,00
21	341	São José III – Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	23.709.590,00					23.709.590,00

		Simplificado						
22	349	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais com Infraestrutura e Assistência Técnica					141.376,16	141.376,16
	350		181.884,24					181.884,24
23	353	Construção de Cisternas de Placas (1)	8.557.618,33					8.557.618,33
24	357	Revitalização dos Perímetros Públicos Irrigados	615.203,33					615.203,33
25	362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS	1.400.000,00					1.400.000,00
26	363	Kits de Irrigação (1)	4.162.775,00			(1.000.000,00)		3.162.775,00
27	365	Quintais Produtivos Mantidos por Cisternas de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1)	8.536.601,16			(2.000.000,00)		6.536.601,16
28	372	Kits de Irrigação (2)	1.000.000,00					1.000.000,00
29	373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura	768.298,80					768.298,80
30	374	Desenvolvimento da Caprinocultura Leiteira	966.676,00					966.676,00
31	378	Fruticultura Irrigada com Energia Alternativa	1.300.000,00					1.300.000,00
32	385	Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água	19.311.520,33					19.311.520,33
33	387	Zumbi - Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas no Estado do Ceará	400.000,00					400.000,00
34	389	Construção de Cisternas de Placas (2)	6.848.820,00			(3.000.000,00)		3.848.820,00
35	390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisternas de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)	9.462.440,00			(5.000.000,00)		4.462.440,00
36	403	Convivência com o Semiárido – Kits de Irrigação e Barragens Subterrâneas	8.500.000,00			(2.000.000,00)		6.500.000,00
37	417	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais	3.128.593,31					3.128.593,31
38	418	Formação de Pastagem para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	135.046,82					135.046,82
39	423	Construção de Cisternas Cilíndricas	1.673.912,08	(0,08)		(1.673.912,00)		-
40	430	Modernização da cadeia produtiva da Mandiocultura nos Territórios do Extremo Oeste e Metropolitano José de Alencar	270.000,00					270.000,00
41	434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	4.140.235,91			(1.000.000,00)		3.140.235,91
42	451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades			2.239.422,32			2.239.422,32
43	452	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental			1.650.000,00			1.650.000,00
44	457	Implantação de Cisternas de Polietileno	19.412.395,02					19.412.395,02

47	460	Implantação de Unidades de Tratamento Microbiológico e Fluoretação de Sistemas de Abastecimento de Água		495.600,00				495.600,00
48	474	Abastecimento de Água na Comunidade de Ematuba – Independência - CE				450.000,00		450.000,00
49	475	Abastecimento de Água na comunidade de Poço de Areia – Tianguá / CE	535.816,18					535.816,18
50	476	Construção de Cisternas de Placas (3)	730.329,00					730.329,00
51	477	Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar			1.000.000,00			1.000.000,00
52	480	Centro de Produção de Mudanças de Palma Forrageira Para Alimentação Animal - REPALMA			1.800.000,00	(800.000,00)		1.000.000,00
Subtotal			239.498.419,94	515.255,21	6.689.422,32	(23.634.287,35)	141.376,16	223.210.186,28
2. Secretaria da Educação – SEDUC								
1	624	Construção de EEEP no Município de Granja	2.000.000,00					2.000.000,00
2	626	Construção de EEEP no Bairro Vila Ellery - Município de Fortaleza	7.919.424,30	(1,00)		(7.919.423,30)		-
3	629	Construção de EEEP no Bairro Conjunto Ceará, no Município de Fortaleza, CE	2.847.075,36					2.847.075,36
4	632	Construção de EEEP no Município de Pacatuba	3.136.643,16					3.136.643,16
5	637	Construção de Centros de Educação Infantil – CEI	6.987.019,69			(2.000.000,00)		4.987.019,69
6	695	Construção de EEEP no Município de Limoeiro do Norte	412.598,24					412.598,24
7	733	Construção de EEEP no Município de Cariré	399.995,53					399.995,53
8	743	Construção de EEEP no Município de Pacujá	399.953,15					399.953,15
9	807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	25.854.157,87			5.100,00		25.859.257,87
10	818	Construção de EEEP no Município de Sobral	278.121,84					278.121,84
11	900	e-Jovem		8.000.000,00		(3.000.000,00)		5.000.000,00
12	1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional.	40.000.000,00					40.000.000,00
13	1206	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Canindé		392.657,97				392.657,97
14	1222	Construção de EEEM no Município de Quixeré - Lagoinha	430.000,00					430.000,00
15	1262	Implantação de Unidades Técnico-Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará - Granja e Lavras da Mangabeira				630.031,59		630.031,59
16	1285	Reforma e Ampliação da Escola São Sebastião em Nova Roma – Tamboril				264.105,83		264.105,83
17	1315	Construção de EEEM no Município de Parambú	450.000,00					450.000,00
18	1316	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Potiretama	330.000,00					330.000,00
19	1317	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Miraima	305.000,00					305.000,00
20	1318	Reforma de Escolas em Diversas Localidades – Tauá			280.228,48			280.228,48
21	1341	Prêmio Escola Nota Dez	30.000.000,00					

						(8.876.000,00)		21.124.000,00
22	1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino e outros serviços	10.000.000,00					10.000.000,00
23	1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	2.500.000,00			1.000.000,00		3.500.000,00
24	1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	1.770.629,95			10.300,50		1.780.930,45
25	1395	Reforma e Ampliação de escolas municipais de diversas localidades do município de Fortaleza e do Centro de Formação e Atendimento ao Professor		9.991.064,27				9.991.064,27
Subtotal			136.020.619,09	18.383.721,24	280.228,48	(19.885.885,38)	-	134.798.683,43
3. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS								
1	8	Criando Oportunidades - Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense		2.900.000,00				2.900.000,00
	10			670.000,00				670.000,00
	40			920.000,00				920.000,00
2	12	ProJovem Trabalhador/Juventude Cidadã	1.100.371,26					1.100.371,26
3	13	Estação Família		1.500.000,00				1.500.000,00
4	14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica – Casa do Caminho		300.000,00				300.000,00
5	15	Abrigo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia	5.200.000,00					5.200.000,00
6	17	Polos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABC's, Circos e CIP's)	6.500.000,00					6.500.000,00
7	18	Espaço Viva Gente	2.000.000,00					2.000.000,00
8	19	Famílias - Desafios e Inclusão Social	2.400.000,00					2.400.000,00
9	23	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza		2.200.000,00				2.200.000,00
10	23	Juventude Empreendedora		1.550.000,00				1.550.000,00
11	24	Fortalecimento da Rede Socioassistencial da Proteção Social Básica		2.700.000,00				2.700.000,00
12	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF		7.300.000,00				7.300.000,00
13	26	Artesanato Competitivo	1.750.000,00					1.750.000,00
14	28	Restaurante Popular "Mesa do Povo"		930.000,00				930.000,00
15	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS	6.000.000,00					6.000.000,00
16	31	Fortalecimento da Rede de Assistência Social Parceiras da STDS (Ações/Serviços Socioassistenciais Complementares)	2.300.000,00					2.300.000,00
17	32	Investimento Cidadão		670.000,00				670.000,00
18	34	Terceira Idade Cidadã		1.550.000,00				1.550.000,00
19	43	Idoso Sujeito Pleno						

			2.000.000,00					2.000.000,00
20	44	Primeiro Passo		8.500.000,00				8.500.000,00
21	48	Centro de Profissionalização Inclusiva para a Pessoa com Deficiência		55.056,99				55.056,99
22	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social		550.000,00				550.000,00
23	68	De Volta para Casa: Uma Proposta Metodológica de Reinserção Social de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua		420.000,00				420.000,00
24	71	Garantindo à Acessibilidade		1.000.000,00				1.000.000,00
25	87	Construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC		25.317,85				25.317,85
26	88	Construção e Equipamento do Abrigo dos Idosos	1.945.431,52					1.945.431,52
27	93	CE - Jovem Aprendizagem em Serviço		8.000.000,00				8.000.000,00
28	95	Inclusão Social e Produtiva de Famílias Cearenses Cadastradas no CadÚnico	560.000,00					560.000,00
29	130	Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri	898.000,00					898.000,00
30	181	Geração Livre		210.000,00				210.000,00
31	211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes		900.000,00				900.000,00
32	242	Centro das Rendeiras do Iguape		111.862,07				111.862,07
33	258	Política Integrada de Economia Solidária	670.000,00					670.000,00
Subtotal			33.323.802,78	42.962.236,91	-	-	-	76.286.039,69
4. Secretaria das Cidades - CIDADES								
1	1	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	1.678.704,43					1.678.704,43
2	2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização -Trecho I, II e III - PAC I)	5.008.637,75					5.008.637,75
3	4	Habitacional - Pró-Moradia	135.000,00					135.000,00
4	9	Alvorada – Sistemas de esgotamento sanitário em municípios com menores Índices de Desenvolvimento Municipal – IDM.	1.683.936,16			(1.527.137,95)		156.798,21
5	16	Implantação e Gerenciamento das obras dos Sistemas de	694.882,75					694.882,75
	22	Abastecimento de Água do Programa Ceará II – KfW II						
6	26	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia CE-5 em Fortaleza	226.251,12					226.251,12
7	29	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia SE-2 em Fortaleza	2.440.000,00					2.440.000,00
8	34	Melhorias Sanitárias domiciliares - Programa Ceará II - KfW II				1.474.143,92		1.474.143,92
9	133	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza - Conjunto Habitacional São Cristóvão	2.697.249,26					2.697.249,26
10	168	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira				3.500.048,30		3.500.048,30
11	171	Ligações Domiciliares e Intradomiciliares de Esgoto	5.652.787,25					5.652.787,25

12	183	Sistemas de Esgotamento Sanitário e de Abastecimento de Água - Residencial Cidade Jardim e Rússia				1.433.968,02		1.433.968,02
13	512	Inserção Produtiva – Apoio aos APL's	130.000,00					130.000,00
14	835	Fogões Sustentáveis	5.454.996,00			(2.000.000,00)		3.454.996,00
15	1438	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização-Trecho Zero - PAC 2)		1.238.757,86		375.518,55		1.614.276,41
16	1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização-Trecho IV-PAC 2)	11.241.592,44			(2.000.000,00)		9.241.592,44
17	1465	Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda	1.300.000,00			(600.000,00)		700.000,00
18	1516	Rio Cocó (Ações Habitacionais)	1.750.000,00					1.750.000,00
19	1612	Minha Casa Minha Vida - Municípios até 50.000 habitantes				564.000,00		564.000,00
20	1613	Fogões Sustentáveis	4.080.000,00			(3.997.465,75)		82.534,25
21	1782	Habitação Rural - PNHR	1.233.917,00					1.233.917,00
22	2039	Minha Casa Minha Vida - Empreendimento Orgulho do Ceará	4.192.000,00					4.192.000,00
23	2042	Inclusão Social e Produtiva de Catadores	500.000,00					500.000,00
24	2081	Minha Casa Minha Vida - Residencial José Lino da Silveira (Etapas I, II, V, VII)				3.681.467,47		3.681.467,47
25	2224	Habitação Rural - PNHR	4.800.000,00					4.800.000,00
26	2289	Melhorias Habitacionais no Município de Fortaleza				3.750.000,00		3.750.000,00
Subtotal			54.899.954,16	1.238.757,86	-	4.654.542,56	-	60.793.254,58
5. Secretaria da Saúde - SESA								
1	1954	Apoio à Infraestrutura na Atenção Básica à Saúde	23.232.058,50					23.232.058,50
Subtotal			23.232.058,50	-	-	-	-	23.232.058,50
6. Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA								
1	285	Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba / Mucuripe.	14.000.000,00					14.000.000,00
Subtotal			14.000.000,00	-	-	-	-	14.000.000,00
7. Secretaria de Recursos Hídricos – SRH								
1	80	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico	603.252,39					603.252,39
2	233	Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens - Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST	10.483.027,92			(5.000.000,00)		5.483.027,92
3	264	Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento	2.426.115,90			(1.057.537,88)		1.368.578,02
4	269	Construção do Sistema Adutor de Palmácia	259.904,86					259.904,86

5	277	Construção de Sistemas de Abastecimento de Água nas Comunidades situadas ao longo dos Trechos I, II e III do Eixão das Águas		25.000,00				25.000,00
6	282	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Alto Santo	284.827,02					284.827,02
7	286	Construção da Barragem Germinal em Palmácia	86.654,35					86.654,35
8	332	Sistema de Abastecimento de Água do Distrito Dom Quintino no Município de Crato		888.438,48				888.438,48
Subtotal			14.143.782,44	913.438,48	-	(6.057.537,88)	-	8.999.683,04
8. Gabinete do Governador - GABGOV								
1	86	Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano	7.320.465,31		756.902,72			8.077.368,03
Subtotal			7.320.465,31	-	756.902,72	-	-	8.077.368,03
9. Secretaria do Esporte – SESPORTE								
1	11	Viva +	350.000,00					350.000,00
2	18	Projeto Segundo Tempo	720.440,26			12.000,00		732.440,26
3	20	Bolsa Esporte	2.668.765,00	21.016,00				2.689.781,00
Subtotal			3.739.205,26	21.016,00	-	12.000,00	-	3.772.221,26
10. Secretaria da Cultura – SECULT								
1	68	Agentes de Leitura	1.500.000,00					1.500.000,00
Subtotal			1.500.000,00	-	-	-	-	1.500.000,00
Total			527.678.307,48	64.034.425,70	7.726.553,52	(44.911.168,05)	141.376,16	554.669.494,81

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Conforme pode ser visualizado nos Quadros 2, 3 e 4, a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) engloba o maior volume de recursos e de projetos aprovados no primeiro semestre de 2014. Segundo informações do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), o Ceará enfrentou em 2012, a sexta pior seca desde 1950, em 2013 também se repetiu o quadro de estiagem e em 2014 o Estado vem enfrentando o terceiro ano consecutivo de seca. O impacto desta adversidade sobre a população dos municípios do interior do estado, cuja principal atividade econômica é a agricultura de sequeiro e a pecuária extensiva desenvolvidas em base familiar, exige uma intensificação nos investimentos a ela direcionados. Estas são precisamente a área de atuação da SDA e o seu público-alvo.

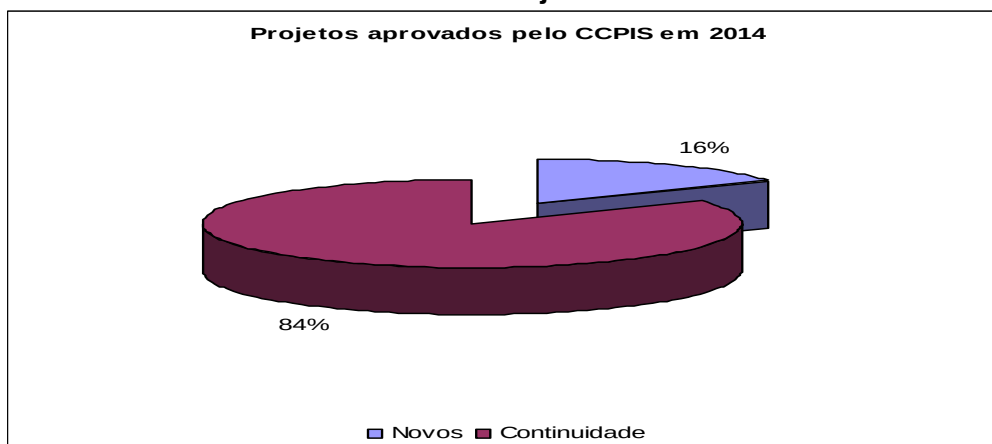
A Secretaria da Educação (SEDUC) situa-se na segunda posição em volume de recursos do FECOP alocados no primeiro semestre de 2014. Trata-se de projetos de implantação e

melhoria de unidades escolares, qualificação profissional de alunos de ensino médio e incentivo à melhoria na qualidade do ensino ofertado por meio da concessão de prêmios.

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) é a terceira colocada no ranking de setoriais beneficiadas com recursos do FECOP e executa 33 projetos que em sua maioria visam a garantia de direitos da população beneficiada.

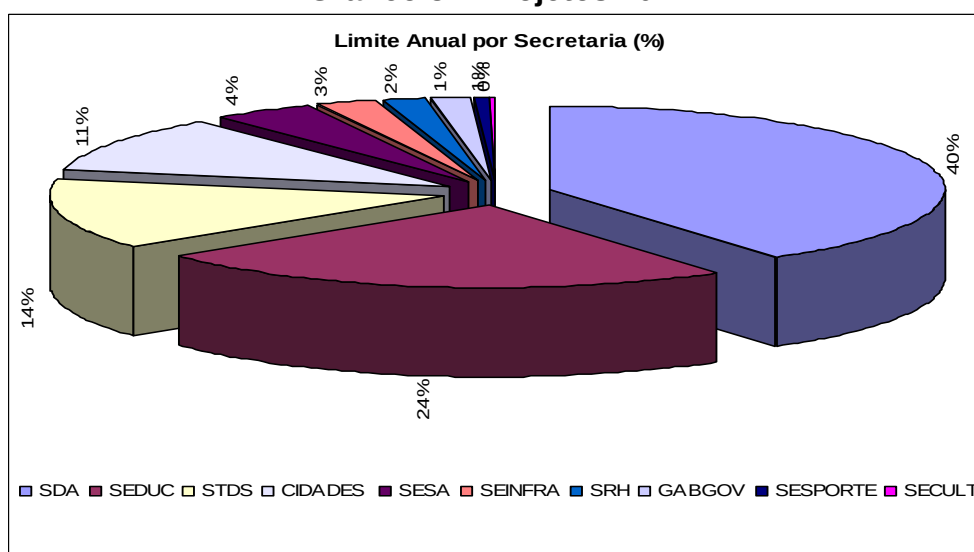
Destaca-se ainda que, embora o valor liberado pelo CCPIS para cada projeto seja restrito ao ano fiscal, a maioria dos projetos aprovados para execução em 2014 é de continuidade, ou seja, já vinham sendo implementados em anos anteriores, e alguns destes são financiados com recursos do FECOP desde sua criação em 2004, como é o caso principalmente dos projetos de responsabilidade da STDS.

Gráfico 2 – Projetos 2014



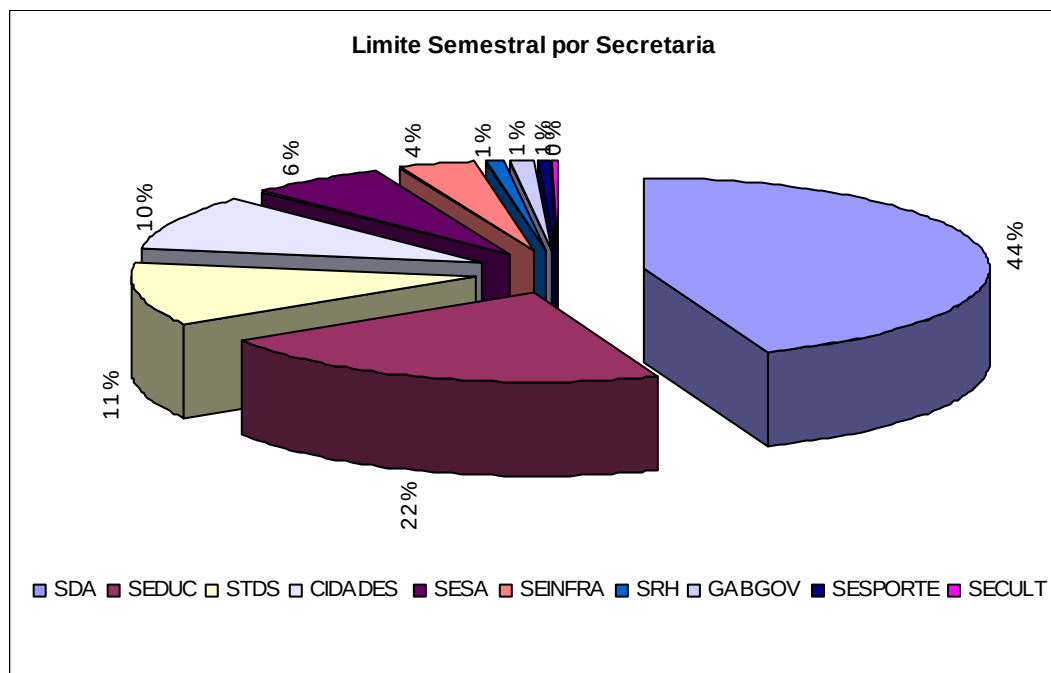
Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 3 – Projetos 2014



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 4 – Projetos 2014



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

• Recursos Liberados por Categoria de Projeto

De acordo com o art. 25 do Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, que regulamenta a Lei Complementar Estadual Nº 37, de 26 de Novembro de 2003, os projetos financiados pelo FECOP incluem-se em duas categorias: projetos assistenciais e projetos estruturantes.

Para fazer uma análise mais criteriosa da aplicação de recursos por categoria de projeto, a GEF e o IPECE definiram, tendo como referência o mesmo decreto, uma subclassificação dos projetos a partir das duas grandes categorias, ficando da seguinte forma:

a) Projetos Assistenciais: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Segurança Alimentar e Nutricional.

b) Projetos Estruturantes: Educação, Ocupação e Renda (inclusão produtiva urbana e rural), Infraestrutura (comunitária e domiciliar), Participação Social, Esporte e Cultura.

Os projetos assistenciais são aqueles que priorizam ações direcionadas aos pobres crônicos ou grupos mais vulneráveis, com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para

não pobre. Desta categoria, foi aprovado pelo FECOP em 2014 um total de 23 projetos no valor total de R\$61.303.249,37 (sessenta e um milhões, trezentos e três mil, duzentos e quarenta e nove reais e trinta e sete centavos) dos quais R\$35.440.542,44 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta mil, quinhentos e quarenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) com desembolso previsto para o primeiro semestre.

Os projetos estruturantes visam proporcionar condições de ampliar o capital físico, humano e social, sendo suas ações atualmente existentes voltadas para as áreas de educação, ocupação e renda, infraestrutura, esporte e cultura. Em 2014, foi aprovado pelo FECOP um total de 123 projetos desta categoria no valor de R\$493.366.245,44 (quatrocentos e noventa e três milhões, trezentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) dos quais R\$ 338.569.736,21 (trezentos e trinta e oito milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, setecentos e trinta e seis reais e vinte e um centavos) com desembolso previsto para o primeiro semestre.

Quadro 5 – Recursos Liberados por Categoria de Projetos – 2014

Categoria	Nº de Projetos	Limite Anual	%	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Projetos de Assistência Social								
Proteção Social Básica	10	27.370.000,00	44,65	14.496.799,66	12.038.090,96	83,04	10.555.176,76	72,81
Proteção Social Especial (Média Complexidade)	3	8.510.000,00	13,88	4.183.250,80	3.366.733,53	80,48	2.943.123,89	70,35
Proteção Social Especial (Alta Complexidade)	7	10.790.749,37	17,60	6.880.684,37	3.820.640,72	55,53	3.464.154,47	50,35
Segurança Alimentar e Nutricional	3	14.632.500,00	23,87	9.879.807,61	9.349.387,92	94,63	3.777.745,60	38,24
Subtotal	23	61.303.249,37	11,05	35.440.542,44	28.574.853,13	80,63	20.740.200,72	58,52
Projetos Estruturantes								
Ocupação e Renda (Inclusão Produtiva Rural)	34	128.245.726,64	25,99	85.749.630,66	42.484.328,52	49,54	39.274.108,68	45,80
Ocupação e Renda (Inclusão Produtiva Urbana)	15	101.658.559,58	20,61	62.667.139,40	50.918.315,04	81,25	47.350.514,51	75,56
Infraestrutura Domiciliar	19	85.010.233,00	17,23	65.742.132,91	20.858.006,79	31,73	13.169.109,67	20,03
Infraestrutura Comunitária	49	161.602.136,93	32,76	113.606.227,98	50.185.533,18	44,17	26.799.485,67	23,59
Educação	2	11.577.368,03	2,35	7.538.684,00	6.253.849,93	82,96	5.996.047,88	79,54
Esporte	3	3.772.221,26	0,76	2.329.721,26	811.948,97	34,85	596.814,47	25,62
Cultura	1	1.500.000,00	0,30	936.200,00	264.001,20	28,20	83.780,00	8,95
Subtotal	123	493.366.245,44	88,95	338.569.736,21	171.775.983,63	50,74	133.269.860,88	39,36
Total	146	554.669.494,81	100,00	374.010.278,65	200.350.836,76	53,57	154.010.061,60	41,18

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Os projetos assistenciais representam 15,75% do total de projetos financiados pelo FECOP e englobam 11,05% dos recursos liberados para o ano de 2014. São todos eles projetos de continuidade e, com exceção dos projetos Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite e Programa de Aquisição de Alimentos, inclusos na subcategoria Segurança Alimentar e Nutricional e executados pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário, os demais são de responsabilidade da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Na subcategoria Proteção Social Básica agrupou-se os projetos que atuam na prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Tem como público-alvo a população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Nesta categoria destaca-se, em volume de recursos o projeto Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF (26,67% do valor liberado para a subcategoria), que tem por objetivo ofertar serviços de proteção social básica às famílias e indivíduos por meio dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o projeto Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (23,75% do valor liberado para a subcategoria) o qual se utiliza de estratégias metodológicas envolvendo ações complementares nas áreas da arte, cultura e esporte para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, tendo como prioridade crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Na subcategoria Proteção Social Especial agrupou-se os projetos que têm como foco as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Têm como público-alvo os indivíduos em situação de violação de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual, abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar. As ações de PSE, de natureza protetiva, articulam-se diretamente com o sistema de garantia de direitos, exigindo uma gestão integrada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo.

Destaca-se nesta subcategoria o projeto Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS (31,09% do valor liberado para a subcategoria), que tem por objetivo ofertar serviços especializados de assistência a famílias e indivíduos com direitos violados por meio dos CREAS, e o projeto

Abrigamento de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono – Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia (26,94% do valor liberado para a subcategoria),

O Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC é uma unidade voltada para o atendimento de pessoas portadoras de deficiência mental, em regime de abrigo, por se encontrarem submetidos à situação de abandono, vitimizados e perdidos. O Abrigo Tia Júlia tem como foco atender crianças na faixa etária de 0 a 7 anos que se encontram em situação de risco pessoal e social, na condição de abandono ou temporariamente impossibilitadas de permanecer com a família, enquanto são tomadas medidas de retorno ao lar ou de possível adoção. No início de 2014 os dados da STDS registravam 91 crianças de 0 a 7 anos acolhidas no Abrigo Tia Júlia e 96 acolhidos no ADOC, totalizando 187 acolhidos.

Os projetos da subcategoria Segurança Alimentar e Nutricional atendem a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) que a define como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Dentre os projetos desta subcategoria destaca-se, em volume de recursos, o projeto Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (82,37% do valor liberado para a subcategoria), que fortalece a cadeia da pecuária leiteira do Estado, mediante ações de apoio aos produtores familiares de leite bovino e caprino, e beneficia crianças, gestantes, nutrízes e idosos com um litro de leite por dia.

Quadro 6 – Recursos Liberados por Projetos Assistenciais – 2014

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Proteção Social Básica									
1	STDS	13	Estação Família	1.500.000,00	1.500.000,00	937.500,00	62,50	870.000,00	58,00
2	STDS	17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABC's, Círcos e CIP'S)	6.500.000,00	3.458.539,68	3.406.665,57	98,50	3.326.754,44	96,19
3	STDS	18	Espaço Viva Gente	2.000.000,00	1.002.999,98	1.003.030,42	100,00	1.001.657,41	99,87
4	STDS	19	Famílias Desafios e Inclusão Social	2.400.000,00	1.212.000,00	1.099.003,46	90,68	1.080.143,40	89,12
5	STDS	23	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza (Proteção Social Básica)	2.200.000,00	1.200.000,00	1.036.950,00	86,41	841.350,00	70,11
6	STDS	24	Fortalecimento da Rede Socioassistencial (Subvenção Social)	2.700.000,00	900.000,00	346.510,00	38,50	-	-
7	STDS	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	7.300.000,00	3.652.500,00	3.442.500,00	94,25	2.800.800,00	76,68
8	STDS	32	Investimento Cidadão	670.000,00	387.760,00	196.065,99	50,56	159.105,99	41,03
9	STDS	34	Terceira Idade Cidadã	1.550.000,00	920.000,00	348.753,07	37,91	254.253,07	27,64
10	STDS	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	550.000,00	263.000,00	221.112,45	84,07	221.112,45	84,07
SubTotal				27.370.000,00	14.496.799,66	12.038.090,96	83,04	10.555.176,76	72,81
Proteção Social Especial (Média Complexidade)									
1	STDS	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS	6.000.000,00	2.928.100,80	2.898.335,54	98,98	2.838.123,89	96,93
2	STDS	31	Fortalecimento da Rede de Assistência Social da STDS (Ações/Serviços Socioassistenciais Complementares)	2.300.000,00	1.150.000,00	363.397,99	31,60	-	-
3	STDS	181	Geração Livre	210.000,00	105.150,00	105.000,00	99,86	105.000,00	99,86
SubTotal				8.510.000,00	4.183.250,80	3.366.733,53	80,48	2.943.123,89	70,35
Proteção Social Especial (Alta Complexidade)									
1	STDS	14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica – Casa do Caminho	300.000,00	150.000,00	131.771,52	87,85	131.271,52	87,51
2	STDS	15	Abrigo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono – Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia	5.200.000,00	2.882.054,98	2.511.662,55	87,15	2.320.841,30	80,53
3	STDS	43	Idoso Sujeito Pleno	2.000.000,00	1.330.380,02	1.000.981,65	75,24	835.816,65	62,83
4	STDS	68	De Volta Pra Casa: Uma Proposta Metodológica de Reinserção Social de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	420.000,00	210.000,00	176.225,00	83,92	176.225,00	83,92
5	STDS	87	Construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC	25.317,85	25.317,85	-	-	-	-
6	STDS	88	Construção e Equipamentos para o Abrigo de Idosos	1.945.431,52	1.945.431,52	-	-	-	-
7	STDS	211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes	900.000,00	337.500,00	-	-	-	-
SubTotal				10.790.749,37	6.880.684,37	3.820.640,72	55,53	3.464.154,47	50,35
Segurança Alimentar e Nutricional									
1	STDS	28	Restaurante Popular Mesa do Povo (Segurança Alimentar e Nutricional)	930.000,00	930.000,00	798.017,73	85,81	798.017,73	85,81
2	SDA	55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	12.052.500,00	7.422.057,61	7.023.620,19	94,63	1.451.977,87	19,56
3	SDA	112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA)	1.650.000,00	1.527.750,00	1.527.750,00	100,00	1.527.750,00	100,00
SubTotal				14.632.500,00	9.879.807,61	9.349.387,92	94,63	3.777.745,60	38,24
Total				61.303.249,37	35.440.542,44	28.574.853,13	80,63	20.740.200,72	58,52

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Para efeito de análise, os projetos estruturantes também foram divididos por subcategorias, em conformidade com seus objetivos principais.

Os projetos da subcategoria Ocupação e Renda - Inclusão Produtiva Rural são predominantemente executados pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário e totalizaram 25,99% dos recursos liberados para a categoria. Envolvem principalmente a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e ações de fomento à produção agrícola por meio da disponibilização de sementes, matrizes, máquinas e equipamentos. São direcionados para os produtores de base familiar e focados nas boas práticas de convivência com o semiárido. Incluiu-se neste grupo o projeto Garantia Safra, um tipo de seguro que garante uma remuneração mínima para os produtores em caso de perda da safra por falta ou excesso de chuva.

A subcategoria Ocupação e Renda - Inclusão Produtiva Urbana inclui principalmente projetos de capacitação profissional com vistas à inserção e reinserção de seus beneficiários no mercado formal de trabalho, e os projetos de estímulo ao empreendedorismo que promovem o cooperativismo e apoiam empreendimentos de economia solidária. Totalizaram 20,61% dos recursos da categoria. Dentre eles destaca-se, pelo volume de recursos alocado, o projeto Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional.

Os projetos da subcategoria Infraestrutura Comunitária caracterizam-se por seus benefícios não serem apropriados individualmente, mas abrangerem toda uma coletividade. Totalizaram 32,76% dos recursos liberados para a categoria e dentre eles destacam-se a construção de escolas (36,30% do valor alocado na subcategoria) e as obras destinadas a melhoria do abastecimento de água (29,77%).

Na subcategoria Infraestrutura Domiciliar agrupou-se os projetos cujos benefícios são restritos ao indivíduo e/ou a família. Totalizaram 17,23% dos recursos liberados para a categoria. Dentre eles destacam-se os projetos de construção de cisternas destinadas à captação e armazenamento da água da chuva para consumo familiar, de responsabilidade da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (61,01% do valor alocado na subcategoria) e os projetos de construção de unidades residenciais de interesse social, em sua maioria executados pela Secretaria das Cidades (21,22%).

A subcategoria Educação, que tem como foco suplementar ações na área da educação formal, totaliza 2,35% liberados para a categoria. Registra apenas 2 projetos, sendo um

executado pela SEDUC, cujo valor representa 30,23% do valor alocado na subcategoria, e outro pelo GABGOV (69,77%) . Trata-se, respectivamente, do Projeto Jovem de Futuro, que busca enfrentar o alto índice de evasão escolar no ensino médio através de ações de mobilização de alunos, professores e famílias em torno de metas pactuadas, e do Pro-Jovem Urbano, que atende jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, proporcionando principalmente a elevação de escolaridade, além da qualificação profissional inicial e do desenvolvimento de atividades de participação cidadã.

A subcategoria Esporte totalizou 0,76% dos recursos da categoria em 2014. Abrange projetos que beneficiam principalmente crianças e adolescentes, tendo o esporte como ponto de partida para a inclusão social através da descoberta e aproveitamento de talentos. Objetivam ainda a democratização da prática esportiva e de lazer, gerando mais saúde, contribuindo para o desenvolvimento psicológico, físico e motor, e agregando conceitos de responsabilidade social aos agentes envolvidos.

A subcategoria Cultura engloba apenas 1 projeto que totalizou 0,30% dos recursos da categoria. Trata-se do projeto Agentes de Leitura, que busca a democratização do acesso ao livro e à leitura por meio de atividades mediadoras ancoradas em acervos.

Quadro 7– Recursos Liberados por Projetos Estruturantes – 1. Ocupação e Renda (Inclusão Produtiva Rural) - 2014

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)									
1	SDA	5	Agente Rural	11.000.000,00	5.504.264,00	5.345.130,00	97,11	4.922.546,00	89,43
2	SDA	41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	1.300.000,00	1.300.000,00	-	-	-	-
3	SDA	50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrama Pobreza no Ceará	5.201.200,00	4.180.632,00	473.826,36	11,33	443.456,36	10,61
4	SDA	183	Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará	6.045.000,00	3.022.500,00	2.741.747,98	90,71	2.741.747,98	90,71
5	SDA	240	Reforço de ATER nos Municípios dos Territórios de Cidadania no Estado do Ceará	11.000.000,00	6.573.420,00	5.640.646,00	85,81	5.640.646,00	85,81
SubTotal				34.546.200,00	20.580.816,00	14.201.350,34	69,00	13.748.396,34	66,80
Fomento									
1	CIDADES	512	Inserção Produtiva - Apoio aos APLS	130.000,00	109.125,00	125.250,00	114,78	125.250,00	114,78
2	SDA	2	Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão	1.780.730,68	1.780.730,68	906.175,85	50,89	906.175,85	50,89
3	SDA	10	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Mudanças)	1.814.316,46	1.814.316,46	802.346,91	44,22	802.346,91	44,22
4	SDA	14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudanças)	18.000.000,00	1.628.000,00	880.582,79	54,09	880.582,79	54,09
5	SDA	37	Biodiesel do Ceará	4.763.430,01	3.983.430,01	3.576.414,00	89,78	1.722.929,00	43,25
6	SDA	38	Garantia Safra do Ceará	25.627.500,00	20.502.000,00	20.448.082,80	99,74	20.448.082,80	99,74

7	SDA	56	Cédula da Terra	456.000,00	456.000,00	-	0,00	-	0,00
8	SDA	323	Produção de Ovos e Frangos Caipira	350.000,00	350.000,00	-	0,00	-	0,00
9	SDA	337	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRODETER	411.989,75	411.989,75	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SDA	340	São José III – Componente 1 – Inclusão Econômica – Implantação de Projetos Produtivos	4.000.000,00	1.828.333,00	-	-	-	-
11	SDA	349	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais com Infraestrutura e Assistência Técnica	141.376,16	107.879,18	-	-	-	-
		350	Revitalização dos Perímetros Públicos Irrigados	181.884,24	181.884,24	45.165,88	24,83	-	-
12	SDA	357	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	615.203,33	615.203,33	604.200,00	98,21	169.500,00	27,55
13	SDA	362	Kit's de Irrigação (1)	1.400.000,00	1.400.000,00	-	-	-	-
14	SDA	363	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1)	3.162.775,00	3.162.775,00	-	-	-	-
15	SDA	365	Kit's de Irrigação (2)	6.536.601,16	6.536.601,16	470.844,99	7,20	470.844,99	7,20
16	SDA	372	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-
17	SDA	373	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	768.298,80	768.298,80	-	-	-	-
18	SDA	374	Projetos Produtivos de Fruticultura Irrigada com Energia Alternativa	966.676,00	966.676,00	-	-	-	-
19	SDA	378	Zumbi – Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas no Estado do Ceará	1.300.000,00	1.300.000,00	-	-	-	-
20	SDA	387	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)	400.000,00	400.000,00	-	-	-	-
21	SDA	390	Convivência com o Semiárido – Kits de Irrigação e Barragens Subterrâneas	4.462.440,00	3.488.215,20	423.914,96	12,15	-	-
22	SDA	403	Formação de Pastagem para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	6.500.000,00	6.500.000,00	-	-	-	-
23	SDA	418	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandiocultura	135.046,82	135.046,82	-	-	-	-
24	SDA	430	Projetos Produtivos para Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	270.000,00	270.000,00	-	-	-	-
25	SDA	434	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades	3.140.235,91	3.140.235,91	-	-	-	-
26	SDA	451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	2.239.422,32	746.474,12	-	-	-	-
27	SDA	452	Implantação de Unidades de Tratamento Microbiológico e Fluoretação de Sistemas de Abastecimento de Água	1.650.000,00	90.000,00	-	-	-	-
28	SDA	460	Centro de Produção de Mudas de Palma Forrageira Para Alimentação Animal - REPALMA	495.600,00	495.600,00	-	-	-	-
29	SDA	480		1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-

SubTotal	93.699.526,64	65.168.814,66	28.282.978,18	43,40	25.525.712,34	39,17
Total	128.245.726,64	85.749.630,66	42.484.328,52	49,54	39.274.108,68	45,80

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Quadro 8 – Recursos Liberados por Projetos Estruturantes – 2. Ocupação e Renda (Inclusão Produtiva Urbana) – 2014

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	SEDUC	807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	25.859.257,87	5.079.087,12	4.596.603,12	90,50	2.982.641,35	58,72
2	SEDUC	900	Projeto e-Jovem	5.000.000,00	-	-	-	-	-
3	SEDUC	1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	40.000.000,00	40.000.000,00	35.000.000,00	87,50	35.000.000,00	87,50
4	SEDUC	1382	Apoio às Ações de Formação Técnica dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	1.780.930,45	1.780.930,45	1.699.588,12	95,43	1.389.071,55	78,00
5	STDS	12	Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã	1.100.371,26	1.100.371,26	545.252,92	49,55	375.012,19	34,08
6	STDS	23	Juventude Empreendedora	1.550.000,00	775.000,00	775.000,00	100,00	-	-
7	STDS	26	Artesanato Competitivo	1.750.000,00	1.750.000,00	1.636.684,00	93,52	1.636.684,00	93,52
8	STDS	44	Primeiro Passo	8.500.000,00	3.893.470,00	1.801.030,83	46,26	1.416.490,17	36,38
9	STDS	71	Garantindo a Acessibilidade	1.000.000,00	650.000,00	308.307,60	47,43	308.307,60	47,43
10	STDS	93	CE-Jovem Aprendizagem em Serviço	8.000.000,00	3.670.447,17	2.522.087,55	68,71	2.257.115,55	61,49
11	STDS	130	Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri	898.000,00	898.000,00	815.200,00	90,78	815.200,00	90,78
12	STDS	258	Política Integrada de Economia Solidária	670.000,00	670.000,00	-	-	-	-
13	STDS	8	Criando Oportunidade – Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	2.900.000,00	1.015.000,00	998.323,40	98,36	949.754,60	93,57
		10		670.000,00	234.500,00	220.237,50	93,92	220.237,50	93,92
		40		920.000,00	322.000,00	-	-	-	-
14	STDS	95	Inclusão Social e Produtiva de Famílias Cearenses Cadastradas no CadÚnico	560.000,00	528.333,40	-	-	-	-
15	CIDADES	2042	Inclusão Social e Produtiva de Catadores	500.000,00	300.000,00	-	-	-	-
Total				101.658.559,58	62.667.139,40	50.918.315,04	81,25	47.350.514,51	75,56

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Quadro 9 – Recursos Liberados por Projetos Estruturantes – 3. Infraestrutura Domiciliar – 2014

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário									
1	CIDADES	171	Ligações Domiciliares e Intradomiciliares de Esgoto	5.652.787,25	1.736.213,22	-	-	-	-
2	CIDADES	34	Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KFW II	1.474.143,92	-	-	-	-	-
3	SDA	353	Construção de Cisternas de Placas (1)	8.557.618,33	8.557.618,33	3.658.145,57	42,75	3.658.145,57	42,75
4	SDA	385	Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água	19.311.520,33	19.311.520,33	6.618.163,21	34,27	1.096.869,54	5,68
5	SDA	389	Construção de Cisternas de Placas (2)	3.848.820,00	3.120.635,34	600.000,00	19,23	600.000,00	19,23
6	SDA	457	Implantação de Cisternas de Polietileno - Água para Todos	19.412.395,02	9.706.197,54	462.073,56	4,76	-	-
7	SDA	476	Construção de Cisternas de Placas (3)	730.329,00	730.329,00	31.559,04	4,32	-	-

SubTotal				58.987.613,85	43.162.513,76	11.369.941,38	26,34	5.355.015,11	12,41
Construção de Unidades Habitacionais									
1	CIDADES	1	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	1.678.704,43	1.678.704,43	1.144.544,53	68,18	1.144.544,53	68,18
2	CIDADES	4	Habitacional - Pró-Moradia	135.000,00	135.000,00	-	-	-	-
3	CIDADES	1516	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	1.750.000,00	635.000,00	222.182,03	34,99	152.380,92	24,00
4	CIDADES	1612	Minha Casa Minha Vida - Empreendimento até 50.000 Habitantes	564.000,00	221.000,00	21.000,00	9,50	21.000,00	9,50
5	CIDADES	1782	Habitação Rural - PNHR	1.233.917,00	1.233.917,00	987.834,50	80,06	987.834,50	80,06
6	CIDADES	2039	Minha Casa Minha Vida - Empreendimento Orgulho do Ceará	4.192.000,00	4.192.000,00	4.192.000,00	100,00	4.192.000,00	100,00
7	CIDADES	2081	Minha Casa Minha Vida - Residencial José Lino da Silveira - Etapas(I, III, V, VII) - Caucaia-CE	3.681.467,47	3.681.467,47	-	-	-	-
8	CIDADES	2224	Habitação Rural - PNHR	4.800.000,00	4.800.000,00	1.112.215,36	23,17	1.112.215,36	23,17
SubTotal				18.035.088,90	16.577.088,90	7.679.776,42	46,33	7.609.975,31	45,91
Melhoria de Unidades Habitacionais									
1	CIDADES	835	Fogões Sustentáveis	3.454.996,00	3.454.996,00	1.629.754,74	47,17	110.385,00	3,19
2	CIDADES	1465	Aluguel Social para Família de Baixa Renda	700.000,00	590.000,00	96.000,00	16,27	11.200,00	1,90
3	CIDADES	1613	Fogões Sustentáveis	82.534,25	82.534,25	82.534,25	100,00	82.534,25	100,00
4	CIDADES	2289	Melhorias Habitacionais no Município de Fortaleza	3.750.000,00	1.875.000,00	-	-	-	-
SubTotal				7.987.530,25	6.002.530,25	1.808.288,99	30,13	204.119,25	3,40
Total				85.010.233,00	65.742.132,91	20.858.006,79	31,73	13.169.109,67	20,03

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Quadro 10 – Recursos Liberados por Projetos Estruturantes – 4. Infraestrutura Comunitária – 2014

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário									
1	SRH	80	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará	603.252,39	603.252,39	603.251,39	100,00	89.702,09	14,87
2	SRH	332	Sistema de Abastecimento de Água do Distrito Dom Quintino no Município de Crato	888.438,48	126.919,78	-	-	-	-
3	SRH	277	Construção de Sistemas de Abastecimento de Águas nas Comunidades Situadas ao Longo dos Trechos I, II e III do Eixão das Águas	25.000,00	25.000,00	93.782,68	375,13	93.593,68	374,37
4	SRH	264	Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de	1.368.578,02	877.584,76	84.263,57	9,60	84.263,57	9,60

			Abastecimento						
5	SRH	269	Construção do Sistema Adutor de Palmácia	259.904,86	233.914,37	-	-	-	-
6	SRH	286	Construção da Barragem Germinal em Palmácia	86.654,35	78.168,93	217.488,47	278,23	217.488,47	278,23
7	SRH	282	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Alto Santo	284.827,02	256.344,30	35.675,89	13,92	35.675,89	13,92
8	SRH	233	Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens - Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	5.483.027,92	548.302,79	-	-	-	-
9	SDA	36	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água/Convênio FUNASA	19.655,29	19.655,29	-	-	-	-
10	SDA	135	Implantação de Sistema de Abastecimento e Água/Convênio FUNASA (1)	110.000,00	110.000,00	-	-	-	-
11	SDA	341	São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	23.709.590,00	23.709.590,00	9.807.597,19	41,37	710.091,81	2,99
12	SDA	417	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais	3.128.593,31	3.128.593,31	-	-	-	-
13	SDA	474	Abastecimento de Água na Comunidade de Ematuba – Independência-CE	450.000,00	450.000,00	-	-	-	-
14	SDA	475	Abastecimento de Água para Comunidade Poço de Areia - Tianguá/CE	535.816,18	535.816,18	-	-	-	-
15	CIDADES	9	Alvorada – Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com Menores Índices de Desenvolvimento Municipal – IDM	156.798,21	156.798,21	156.798,21	100,00	156.798,21	100,00
16	CIDADES	16	Implantação e Gerenciamento das Obras dos Sistemas de Abastecimento de Água do Programa Ceará II – KFW II	694.882,75	694.882,75	-	-	-	-
		22	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia CE-5 em Fortaleza	-	-	-	-	-	-
17	CIDADES	26	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2	226.251,12	113.125,56	-	-	-	-
18	CIDADES	29	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza – Conjunto Habitacional São Cristóvão	2.440.000,00	1.219.999,98	650.259,22	53,30	415.789,37	34,08
19	CIDADES	133	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira	2.697.249,26	1.348.624,62	-	-	-	-
20	CIDADES	168	Sistemas de Esgotamento Sanitário e de Abastecimento e Água – Residencial da Cidade de Jardim	3.500.048,30	-	-	-	-	-
21	CIDADES	183		1.433.968,02	-	-	-	-	-
SubTotal				48.102.535,48	34.236.573,22	11.649.116,62	34,03	1.803.403,09	5,27
Educação									

1	SEDUC	624	Construção de EEEP no Município de Granja	2.000.000,00	2.000.000,00	-	-	-	-
2	SEDUC	629	Construção de EEEP do Conjunto Ceará no Município de Fortaleza	2.847.075,36	2.847.075,36	740.352,36	26,00	740.352,36	26,00
3	SEDUC	632	Construção de EEEP no Município de Pacatuba	3.136.643,16	3.136.643,16	774.391,60	24,69	774.391,60	24,69
4	SEDUC	637	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	4.987.019,69	3.578.168,61	1.614.307,22	45,12	685.720,92	19,16
5	SEDUC	695	Construção de EEEP no Município de Limoeiro do Norte	412.598,24	412.598,24	412.598,24	100,00	37.706,46	9,14
6	SEDUC	733	Construção de EEEP no Município de Cariré	399.995,53	399.995,53	399.995,53	100,00	399.342,15	99,84
7	SEDUC	743	Construção de EEEP no Município de Pacujá	399.953,15	399.953,15	399.953,15	100,00	399.953,15	100,00
8	SEDUC	818	Construção de EEEP no Município de Sobral	278.121,84	278.121,84	278.121,84	100,00	-	-
9	SEDUC	1206	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Canindé	392.657,97	392.657,97	392.657,97	100,00	392.657,97	100,00
10	SEDUC	1222	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Quixeré	430.000,00	430.000,00	-	-	-	-
11	SEDUC	1262	Implantação de Unidades Técnico-Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará - Granja e Lavras da Mangabeira	630.031,59	537.864,50	-	-	-	-
12	SEDUC	1285	Reforma e Ampliação da Escola São Sebastião em Nova Roma – Tamboril	264.105,83	79.231,74	-	-	-	-
13	SEDUC	1315	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Parambu	450.000,00	450.000,00	-	-	-	-
14	SEDUC	1316	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Potiretama	330.000,00	330.000,00	-	-	-	-
15	SEDUC	1317	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Miraima	305.000,00	305.000,00	-	-	-	-
16	SEDUC	1318	Reforma de Escolas em Diversas Localidades – Tauá	280.228,48	168.137,08	-	-	-	-
17	SEDUC	1341	Prêmio Escola Nota Dez	21.124.000,00	-	-	-	-	-
18	SEDUC	1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	10.000.000,00	5.555.555,52	1.090.110,86	19,62	1.040.676,22	18,73
19	SEDUC	1395	Reforma e Ampliação de Escolas Municipais de Diversas Localidades do Município de Fortaleza e do Centro de Formação e Atendimento ao Professor	9.991.064,27	9.991.064,27	9.991.064,27	100,00	-	-
SubTotal				58.658.495,11	31.292.066,97	16.093.553,04	51,43	4.470.800,83	14,29
Assistência Social									
1	STDS	48	Centro de Profissionalização Inclusiva para Pessoas com Deficiência em Fortaleza	55.056,99	55.056,99	35.346,33	64,20	-	-
SubTotal				55.056,99	55.056,99	35.346,33	64,20	-	0,00
Comercialização									
1	SDA	477	Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-
2	STDS	242	Centro das Rendeiras do Iguape	111.862,07	111.862,07	-	-	-	-
SubTotal				1.111.862,07	1.111.862,07	-	0,00	-	0,00
Comunicação									

1	SDA	339	Casa Digital do Campo	577.622,18	577.622,18	461.267,86	79,86	461.267,86	79,86
SubTotal				577.622,18	577.622,18	461.267,86	79,86	461.267,86	79,86
Saúde									
1	SESA	1954	Apoio a Infraestrutura na Atenção Básica à Saúde	23.232.058,50	23.232.058,50	4.125.309,65	17,76	3.252.213,11	14,00
SubTotal				23.232.058,50	23.232.058,50	4.125.309,65	17,76	3.252.213,11	14,00
Transporte									
1	SEINFRA	285	Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba/Mucuripe.	14.000.000,00	14.000.000,00	14.000.000,00	100,00	13.067.564,00	93,34
SubTotal				14.000.000,00	14.000.000,00	14.000.000,00	100,00	13.067.564,00	93,34
Urbanização									
1	CIDADES	2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem, Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I))	5.008.637,75	3.008.637,75	2.946.797,26	97,94	2.870.094,36	95,40
2	CIDADES	1438	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho Zero - PAC II)	1.614.276,41	1.238.757,86	-	-	-	-
3	CIDADES	1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)	9.241.592,44	4.853.592,44	874.142,42	18,01	874.142,42	18,01
SubTotal				15.864.506,60	9.100.988,05	3.820.939,68	41,98	3.744.236,78	41,14
Total				161.602.136,93	113.606.227,98	50.185.533,18	44,17	26.799.485,67	23,59

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Quadro 11 – Recursos Liberados por Projetos Estruturantes – 5. Educação, Esporte e Cultura– 2014

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	SEDUC	1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	3.500.000,00	3.500.000,00	2.472.300,00	70,64	2.214.497,95	63,27
2	GABGOV	86	Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano	8.077.368,03	4.038.684,00	3.781.549,93	93,63	3.781.549,93	93,63
3	SESPORTE	11	Viva +	350.000,00	266.900,00	-	-	-	-
4	SESPORTE	18	Programa Segundo Tempo	732.440,26	722.440,26	351.543,97	48,66	136.409,47	18,88
5	SESPORTE	20	Bolsa Esporte	2.689.781,00	1.340.381,00	460.405,00	34,35	460.405,00	34,35
6	SECULT	68	Agentes de Leitura	1.500.000,00	936.200,00	264.001,20	28,20	83.780,00	8,95
SubTotal				16.849.589,29	10.804.605,26	7.329.800,10	67,84	6.676.642,35	61,79

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

• Participação de Outras Fontes de Recursos

O FECOP, no sentido de combater a pobreza no Ceará, alia-se às secretarias na formação de parcerias que potencializam os recursos disponíveis e ampliam a capacidade de resolução dos problemas a serem enfrentados. Desta forma, os recursos do Fundo constituem-se em muitos projetos apoiados, na contrapartida do Governo do Estado para mobilização de recursos de outras fontes. É função das Secretarias Setoriais identificarem projetos com objetivos, metas e público-alvo compatíveis com o FECOP, tendo como

perspectiva não somente assegurar recursos novos ou adicionais, mas também a otimização dos recursos existentes mediante a troca de experiências e a incorporação de métodos e técnicas inovadoras e exitosas.

No ano de 2014, do total de 146 projetos aprovados pelo CCPIS, 56,16% contam com recursos de outras fontes. Dentre as secretarias que executam projetos com recursos exclusivos do FECOP destaca-se a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Ressalta-se que a maioria destes projetos referem-se aos investimentos na Política Pública de Assistência Social nos níveis de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Estes serviços e benefícios incluem-se no âmbito do dever do Estado e direito de todo cidadão, onde cada ente federado tem obrigações nestas áreas de atuação que lhes são inerentes, devendo ser executadas com recursos próprios, e para tanto, o Estado utiliza a Fonte FECOP. O Governo Federal cofinancia os municípios e eventualmente abre edital para a participação de entidades.

Quadro 12 – Total de Projetos por Fonte de Recursos – 2014

Nº	Secretarias	Total de Projetos	Recursos Exclusivos do FECOP		Recursos de Outras Fontes	
			Abs.	%	Abs.	%
1	Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA	48	10	20,83	38	79,17
2	Secretaria da Educação – SEDUC	24	9	37,50	15	62,50
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	33	30	90,91	3	9,09
4	Secretaria das Cidades - CIDADES	26	8	30,77	18	69,23
5	Secretaria da Saúde – SESA	1	1	100,00	-	-
6	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	1	-	-	1	100,00
7	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	8	3	37,50	5	62,50
8	Gabinete do Governador – GABGOV	1	-	-	1	100,00
9	Secretaria de Esporte - SESPORTE	3	2		1	33,33
10	Secretaria da Cultura - SECULT	1	1	100,00	-	-
Total		146	64	43,84	82	56,16

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Analisando o orçamento dos projetos aprovados em 2014 destaca-se a significativa contribuição do FECOP para captação de recursos. Do valor total planejado para o referido ano, 73,98% corresponde a outras fontes, dentre as quais o Governo Federal assume posição de destaque (87,92% dos recursos de outras fontes).

A Secretaria das Cidades apresenta 26 projetos aprovados e do total de recursos orçamentados 92,07% é de outras fontes. Trata-se principalmente de recursos captados

através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) que apoiam a execução de obras de urbanização e a construção de unidades habitacionais de interesse social.

A Secretaria de Recursos Hídricos tem 8 projetos aprovados e 86,81% do valor total destes é de outras fontes. Tem por origem recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Infraestrutura Hídrica) e do Programa Água Doce, incluso no âmbito do Plano Brasil sem Miséria.

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário tem 48 projetos aprovados e 74,35% do valor total destes projetos é oriunda de outras fontes de recursos. Em termos absolutos, este valor é superior à totalidade de recursos do FECOP liberados em 2014. Esses recursos foram captados principalmente através dos programas federais, tais como Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Água para Todos.

A captação de recursos mediante financiamento externo (4,87% dos recursos de outras fontes) e interno (3,01% dos recursos de outras fontes) foi realizada apenas pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário e pela Secretaria das Cidades.

No que se refere a financiamento externo, a Secretaria do Desenvolvimento Agrário utiliza recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) no Projeto São José e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) no Projeto Paulo Freire. A Secretaria das Cidades conta com recursos do banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) para execução de obras de saneamento no âmbito do Programa Ceará II.

O financiamento interno utilizado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário foi obtido junto a Fundação Banco do Brasil para execução do projeto Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS. A Secretaria das Cidades obteve recursos do Programa de Financiamento das Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento (CPAC) para execução de unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

Quadro 13 – Valor Planejado por Fonte de Recursos – 2014

Nº	Secretarias	Valor Anual FECOP		Valor Anual Outras Fontes		Total
		Abs.	%	Abs.	%	
1	Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA	223.210.186,28	25,65	647.143.281,04	74,35	870.353.467,32
2	Secretaria da Educação – SEDUC	134.798.683,43	52,76	120.701.085,91	47,24	255.499.769,34
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	76.286.039,69	85,06	13.395.816,78	14,94	89.681.856,47
4	Secretaria das Cidades - CIDADES	60793254,58	7,93	705.357.143,58	92,07	766150398,2
5	Secretaria da Saúde – SESA	23.232.058,50	100,00	-	-	23.232.058,50
6	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	14.000.000,00	70,00	6.000.000,00	30,00	20.000.000,00
7	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	8.999.683,04	13,19	59.227.573,26	86,81	68.227.256,30
8	Gabinete do Governador – GABGOV	8.077.368,03	33,07	16.351.200,00	66,93	24.428.568,03
9	Secretaria de Esporte - SESPORTE	3.772.221,26	29,90	8.841.900,00	70,10	12.614.121,26
10	Secretaria da Cultura - SECULT	1.500.000,00	100,00	-	-	1.500.000,00
Total		554.669.494,81	26,02	1.577.018.000,57	73,98	2.131.687.495,38

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Quadro 14 – Valor Anual de Outras Fontes por Secretaria

Nº	Secretarias	Outras Fontes												Valor Anual Outras Fontes
		Tesouro (00)	%	Governo Federal	%	Governo Municipal	%	Financiamento Externo	%	Financiamento Interno	%	Órgãos Privados	%	
1	Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA	2.068.133,96	0,32	559.267.050,89	86,42	12.813.750,00	1,98	64.523.096,19	9,97	1.400.000,00	0,22	7.071.250,00	1,09	647.143.281,04
2	Secretaria da Educação – SEDUC	21.018.963,75	17,41	81.751.305,20	67,73	17.930.816,96	14,86							120.701.085,91
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS			13.395.816,78	100,00									13.395.816,78
4	Secretaria das Cidades - CIDADES	1.986.644,25	0,28	641.613.178,87	90,96	3.750.000,00	0,53	11.938.020,46	1,69	46.069.300,00	6,53			705.357.143,58
5	Secretaria da Saúde – SESA													-
6	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA			6.000.000,00	100,00									6.000.000,00
7	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH			59.227.573,26	100,00									59.227.573,26
8	Gabinete do Governador – GABGOV			16.351.200,00	100,00									16.351.200,00
9	Secretaria de Esporte - SESPORTE			8.841.900,00	100,00									8.841.900,00
10	Secretaria da Cultura - SECULT													-
Total		25.073.741,96	1,59	1.386.448.025,00	87,92	34.494.566,96	2,19	76.461.116,65	4,85	47.469.300,00	3,01	7.071.250,00	0,45	1.577.018.000,57

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

2.3. Aplicação dos Recursos

No primeiro semestre de 2014 foram empenhados R\$200.350.836,76 (duzentos milhões, trezentos e cinquenta mil, oitocentos e trinta e seis reais e setenta e seis centavos) e pagos R\$154.010.061,60 (cento e cinquenta e quatro milhões, dez mil, sessenta e um reais e sessenta centavos), correspondendo respectivamente a 110,32% e 84,81% do valor arrecadado no período.

Vale ressaltar que as despesas pagas com recursos do FECOP correm à conta de dotações orçamentárias consignadas, anualmente, nas Secretarias Setoriais e nos órgãos e entidades vinculadas, denominados de executores locais, responsáveis pela execução das ações financiadas pelo fundo.

Os recursos do fundo são transferidos diretamente da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) para as Secretarias Setoriais que, por sua vez, prestam contas de sua aplicação à Gerência Executiva do FECOP nos termos do Art. 41 do Decreto n.º 29.910, de 29 de setembro de 2009, no prazo máximo de sessenta dias após a liberação das parcelas.

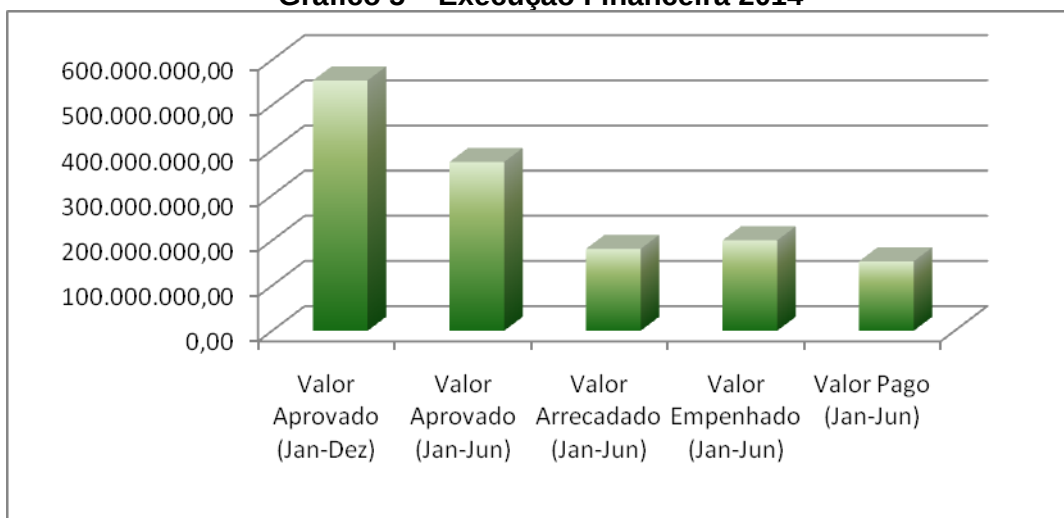
Todo esse fluxo (arrecadação, empenho e pagamento), é de responsabilidade da SEFAZ, gestora financeira do fundo. No entanto, a execução financeira dos projetos financiados pelo FECOP só inicia após a deliberação do CCPIS, que aprova o valor e limites financeiros para execução do projeto.

A GEF acompanha a execução financeira dos projetos em dois momentos: na solicitação das parcelas, quando são verificadas quanto ao cumprimento do orçamento e do cronograma de desembolso e na prestação de contas.

Quadro 15 – Execução Financeira 2014

Movimentação do FECOP - 2014	
Valor Aprovado (Jan-Dez)	554.669.494,81
Valor Aprovado (Jan-Jun)	374.010.278,65
Valor Arrecadado (Jan-Jun)	181.603.050,51
Valor Empenhado (Jan-Jun)	200.350.836,76
Valor Pago (Jan-Jun)	154.010.061,60

Fonte: GEF / SEFAZ

Gráfico 5 – Execução Financeira 2014

Fonte: GEF / SEFAZ

Observando o Gráfico 5, verifica-se que o valor arrecadado representa apenas 48,56% do valor programado para janeiro a junho de 2014. Entretanto, desse valor foi pago apenas 41,18%, que pode ser coberto pela receita do período. Destaca-se, ainda, que, além de historicamente a arrecadação do FECOP no segundo semestre do ano ser superior à do primeiro semestre, o saldo em conta registrado até junho, segundo dados da SEFAZ, é de R\$256.813.604,97 (duzentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e treze mil, seiscentos e quatro reais e noventa e sete centavos).

Quadro 16 – Desempenho Financeiro 2004 / 2014

Período	Recursos Arrecadados	%	Valor Pago	%	Índice de Execução Financeira (%)
2004	108.106.230,51	4,44	92.075.911,35	4,23	85,17
2005	158.472.722,86	6,51	136.565.300,51	6,28	86,18
2006	176.641.547,50	7,26	175.699.124,59	8,08	99,47
2007	185.782.581,03	7,63	139.942.070,87	6,43	75,33
2008	203.947.870,26	8,38	149.753.801,24	6,89	73,43
2009	220.349.638,71	9,05	199.326.302,76	9,16	90,46
2010	263.789.638,90	10,84	300.616.615,64	13,82	113,96
2011	282.570.482,47	11,61	224.205.634,21	10,31	79,35
2012	317.841.835,82	13,06	233.650.085,35	10,74	73,51
2013	334.451.816,87	13,74	369.175.953,54	16,97	110,38
2014	181.603.050,51	7,46	154.010.061,60	7,08	84,81
TOTAL	2.433.557.415,44	100,0	2.175.020.861,66	100,00	89,38

Fonte: GEF / SEFAZ

O quadro acima demonstra uma evolução positiva dos valores arrecadados pelo FECOP desde o primeiro ano de sua criação. Em 2013, considerando-se apenas o primeiro semestre, já se observa uma arrecadação equivalente a 54,30% de toda arrecadação do ano de 2014. Quanto à execução financeira, destaca-se o ano de 2010 em que pela primeira vez foi utilizado o saldo dos superávits acumulados da fonte FECOP.

A execução dos recursos do FECOP, de forma geral, tem sido impactada tanto por alterações na conjuntura política do Estado, como é o caso do desempenho observado nos anos de 2007 / 2008, quando houve alternância de poder e um reordenamento institucional promovido pelo governo, quanto por problemas de ordem climática, como é o caso do ano de 2012 em que foi alocado um volume expressivo de recursos em projetos para a agropecuária e que tiveram sua execução frustrada pelo quadro de estiagem severa.

No ano de 2013 teve-se que recorrer pela segunda vez ao saldo de exercícios anteriores, dado que o desembolso de recursos no período foi superior à arrecadação do ano. Embora tenha permanecido o quadro de estiagem, afetando a execução dos projetos produtivos rurais, observou-se um desempenho expressivo principalmente em função do valor alocado em projetos estruturantes de infraestrutura domiciliar e comunitária.

2.4. Relatório Financeiro

O Relatório Financeiro é um demonstrativo elaborado trimestralmente, conforme determina o inciso VI, do artigo 13, do Decreto n.º 29.910 de 29 de setembro de 2009. O objetivo desse relatório é evidenciar a movimentação financeira do fundo, confrontando os recursos arrecadados com o que foi aplicado pelas diversas secretarias setoriais que executam os projetos financiados pelo FECOP. No valor aplicado está incluso o valor pago para a execução dos projetos aprovados para o ano vigente e o valor de restos a pagar empenhados em anos anteriores.

Este relatório é elaborado com base em informações contábeis, o que pode causar divergências entre o saldo apurado e o saldo bancário, pois parte da arrecadação do mês só é transferida para a conta-corrente do FECOP no início do mês seguinte. Além disso, a aplicação dos recursos é apurada segundo o regime de competência e a compensação bancária poderá ocorrer no mês subsequente.

Quadro 17 – Relatório Financeiro 2013 / 2014

Relatório Financeiro	1° SEM/13	%	1° SEM/14	%	Δ%
	(a)		(b)		(b/a)
RECEITA					
ARRECADAÇÃO	162.337.736,15	93,82	181.603.050,51	92,96	11,9%
RENDIMENTOS	10.698.780,80	6,18	13.750.365,41	7,04	28,5%
TOTAL GLOBAL	173.036.516,95	100,00	195.353.415,92	100,00	12,9%
APLICAÇÃO					
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	45.092.797,88	36,26	67.463.641,71	34,50	49,6%
Secretaria da Educação – SEDUC	25.596.048,93	20,58	60.456.604,43	30,92	136,2%
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	20.470.821,69	16,46	26.643.947,24	13,63	30,2%
Secretaria das Cidades - CIDADES	26.101.185,99	20,99	12.964.228,43	6,63	-50,3%
Secretaria da Saúde - SESA	171.510,00	0,14	3.252.213,11	1,66	1796,2%
Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	4.422.126,65	3,56	19.567.158,36	10,01	342,5%
Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	216.561,56	0,17	520.901,22	0,27	140,5%
Gabinete do Governador - GABGOV	-	-	3.781.549,93	1,93	-
Secretaria do Esporte - SESPORTE	1.366.170,84	1,10	786.795,45	0,40	-42,4%
Secretaria da Cultura - SECULT	892.825,09	0,72	83.780,00	0,04	-90,6%
Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG	41.650,00	0,03	-	0,00	-100,0%
TOTAL APLICADO	124.371.698,63	100,00	195.520.819,88	100,00	57,2%
Saldo	48.664.818,32		-167.403,96		-100,3%

Fonte: SEFAZ / GEF

O quadro acima demonstra que o primeiro semestre de 2014 registrou aumento de 57,20% em relação ao valor da fonte FECOP aplicado no mesmo período de 2013. Em termos percentuais destaca-se a concentração de recursos na Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) com 34,50%; Secretaria da Educação (SEDUC) com 30,92%; e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) com 13,63% do valor aplicado. Em 2013, neste mesmo período, destacaram-se a SDA, a SEDUC e a CIDADES, que juntas englobaram 77,82%. Em uma análise comparativa entre os dois anos, deve-se destacar o crescimento do valor e da participação percentual da SEDUC e da SEINFRA.

Observa-se uma significativa alocação dos recursos do FECOP em projetos estruturantes, que por sua natureza propiciam aos seus beneficiários mais oportunidades de superar a condição de pobreza, embora existam também relevantes projetos assistenciais em execução, principalmente no âmbito da STDS.

Registre-se ainda que a Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), a Secretaria da Saúde (SESA) e o Gabinete do Governador (GABGOV) não tiveram projetos aprovados no primeiro semestre de 2013 e que os valores aplicados nesse período pela SEPLAG e SESA referem-se a restos a pagar empenhados em anos anteriores.

2.5. Alocação dos Recursos por Setorial

O CCPIS aprovou em 2014 um total de 146 projetos, orçados em R\$554.669.494,81 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos), apresentados por dez Secretarias Setoriais, sendo: 48 projetos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, envolvendo 40,24% do valor total aprovado; 24 da Secretaria da Educação (24,30% do valor total); 33 da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (14,75% do valor total); 26 da Secretaria das Cidades (10,96% do valor total); 1 da Secretaria de Saúde (4,19% do valor total); 1 da Secretaria da Infraestrutura (2,52% do valor total); 8 da Secretaria dos Recursos Hídricos (1,62% do valor total); 1 do Gabinete do Governador (1,46% do valor total); 3 da Secretaria do Esporte (0,68% do valor total) e 1 da Secretaria da Cultura (0,27% do valor total).

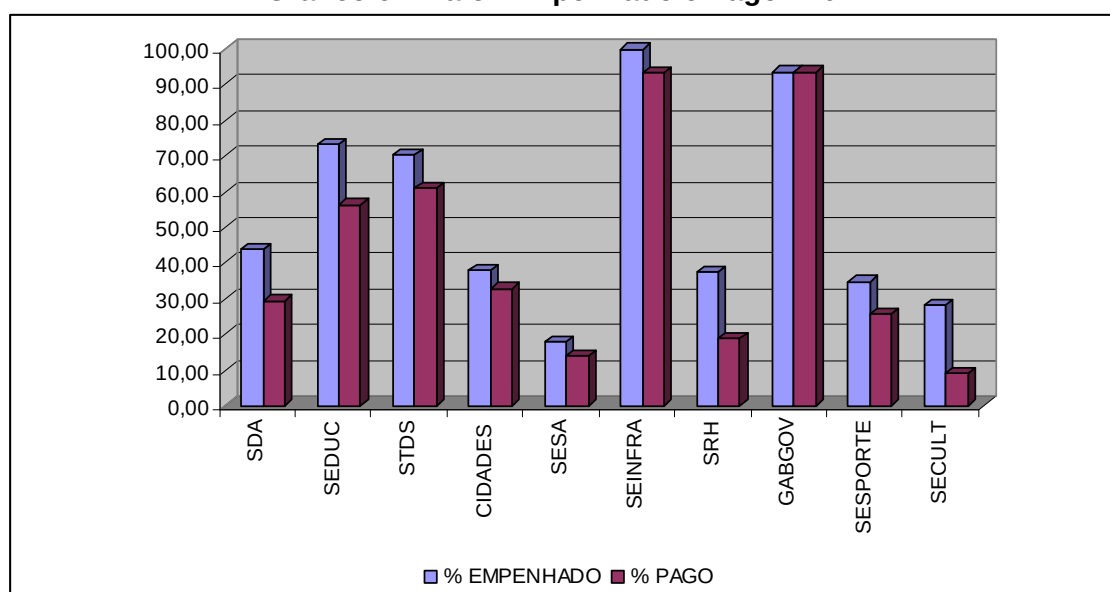
O resultado do primeiro semestre de 2014 demonstra um desempenho abaixo do desejável para o conjunto das secretarias que tiveram projetos aprovados. Foi empenhado apenas 53,57% e pago 41,18% dos recursos programados para o período. Embora a Secretaria da Infraestrutura e o Gabinete do Governador tenham apresentado bons índices de desempenho no que se refere a valor empenhado, o resultado geral é impactado pelo baixo desempenho das secretarias que tem maior participação no volume total de recursos do FECOP. A Secretaria do Desenvolvimento Agrário que, conforme citado anteriormente, engloba um elevado percentual do total de recursos, empenhou apenas 43,82%; a Secretaria da Educação empenhou 73,31%, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social empenhou 70,39% e a Secretaria das Cidades empenhou 38,12% dos recursos planejados para este período.

Quadro 18 – Desempenho Financeiro por Setorial – 2014

Nº	SECRETARIAS	Nº de Projetos	Limite Anual	%	Limite Jan-Jun (A)	Valor Empenhado (B)	% (B/A)	Valor Pago (C)	% (C/A)
1	Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA	48	223.210.186,28	40,24	165.547.890,77	72.549.255,14	43,82	48.654.961,33	29,39
2	Secretaria da Educação – SEDUC	24	134.798.683,43	24,30	81.652.084,54	59.862.044,28	73,31	46.057.011,68	56,41
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	33	76.286.039,69	13,75	42.164.775,72	29.680.953,07	70,39	25.739.274,46	61,04
4	Secretaria das Cidades - CIDADES	26	60.793.254,58	10,96	37.359.376,54	14.241.312,52	38,12	12.256.168,92	32,81
5	Secretaria da Saúde – SESA	1	23.232.058,50	4,19	23.232.058,50	4.125.309,65	17,76	3.252.213,11	14,00
6	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	1	14.000.000,00	2,52	14.000.000,00	14.000.000,00	100,00	13.067.564,00	93,34
7	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	8	8.999.683,04	1,62	2.749.487,32	1.034.462,00	37,62	520.723,70	18,94
8	Gabinete do Governador – GABGOV	1	8.077.368,03	1,46	4.038.684,00	3.781.549,93	93,63	3.781.549,93	93,63
9	Secretaria do Esporte - SESPORTE	3	3.772.221,26	0,68	2.329.721,26	811.948,97	34,85	596.814,47	25,62
10	Secretaria da Cultura - SECULT	1	1.500.000,00	0,27	936.200,00	264.001,20	28,20	83.780,00	8,95
Total		146	554.669.494,81	100,00	374.010.278,65	200.350.836,76	53,57	154.010.061,60	41,18

Fonte: GEF / SEFAZ

Gráfico 6 – Valor Empenhado e Pago - 2014



Fonte: GEF / SEFAZ

2.6. Aplicação de Recursos por Função de Governo

No primeiro semestre de 2014 as funções Agricultura e Educação foram as que tiveram maior volume de recursos empenhados, concentrando 66,09% do valor total.

Na função Agricultura, foram alocados valores expressivos para fazer frente ao terceiro ano de estiagem que vitimiza principalmente os agricultores de base familiar. Coordenados pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário, a totalidade dos projetos inclusos nesta função responderam por 36,21% e 31,59% do valor total da Fonte FECOP empenhado e pago no período, respectivamente.

Merece destaque o projeto Garantia Safra, que assegura uma renda mínima ao agricultor que contribuiu para o fundo Seguro Safra para o caso de perda total ou parcial da produção, o qual foi responsável por 28,19% do valor empenhado e por 42,03% do valor pago no período na função Agricultura.

Destacam-se ainda os projetos São José III – Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Incentivo a Produção e ao Consumo de Leite, Implantação de Cisterna de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água, Reforço de ATER nos Municípios dos Territórios de Cidadania no Estado do Ceará e Agente Rural. Juntos representaram 47,46% do valor empenhado e 28,41% do valor pago no primeiro semestre de 2014 na função em análise.

A função Educação engloba projetos de responsabilidade da Secretaria da Educação, os quais foram responsáveis por 29,88% do valor empenhado e por 29,91% do valor pago pela Fonte FECOP no primeiro semestre de 2014.

Merece destaque o Projeto Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional que empenhou e pagou R\$35.000.000,00 no período em análise, representando respectivamente, 58,47% e 75,99% do valor total empenhado e pago na função Educação. O projeto Reforma e Ampliação de Escolas Municipais de Diversas Localidades do Município de Fortaleza e do Centro de Formação e Atendimento ao Professor, também apresenta uma participação significativa na função, com 16,69% do valor empenhado nesta função, porém nada foi pago no período em análise.

As funções Assistência Social, Direitos da Cidadania e Trabalho incluem-se na área de atuação da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Em conjunto, estas funções

respondem por 16,70% e 19,17% dos valores total empenhados e pagos pela Fonte FECOP no período.

Na função Assistência Social e Direitos da Cidadania, registram-se os valores referentes a projetos que desenvolvem ações preventivas (Proteção Social Básica), os quais têm como objetivo prevenir a incidência de agravos à vida humana, em face das situações de vulnerabilidade, e ações protetivas (Proteção Social Especial), que têm por objetivo a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violações de direitos. Na função Trabalho predominam os projetos de Inclusão Produtiva, que têm como foco ações emancipatórias, comprometidas com a criação de condições de autonomização dos mais pobres, através de cursos de qualificação profissional e intermediação de emprego.

Na função Transporte inclui-se apenas o Projeto Desapropriação de Área da Faixa de Domínio do VLT Parangaba Mucuripe, coordenado pela Secretaria da Infraestrutura.

Na função Habitação, os valores alocados pela fonte FECOP constituem-se principalmente na contrapartida de projetos financiados pelo Governo Federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa, Minha Vida, cujo objetivo é a melhoria das condições de habitabilidade da população mais pobre do Estado. Os recursos da função Urbanismo são complementares aos utilizados na função Habitação. A Secretaria das Cidades, responsável maior por ambas as funções e pela função Saneamento, entende que habitabilidade é um termo que não se limita a construção de unidades habitacionais. É um conceito complexo, que segundo o Habitat Brasil, envolve aspectos que afetam a qualidade da moradia, a segurança da posse da terra; a infraestrutura de abastecimento de água, esgoto, drenagem e sistema viário; a forma do bairro; a disponibilidade de equipamentos urbanos e de serviços públicos como transporte, segurança; a existência de áreas de lazer e convivência comunitária, entre outros.

É oportuno destacar o que estabelece o art. 1.º da Lei n.º 37 de 26 de novembro de 2003, alterado pela Lei Complementar n.º 89 de 26 de outubro de 2010, quando trata do objetivo do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP:

É instituído no âmbito do Poder Executivo Estadual, o Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, de natureza contábil, com o objetivo de viabilizar para toda a população do Ceará acesso a níveis dignos de

subsistência, cujos recursos serão aplicados exclusivamente em **ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida**, conforme disposto no art.82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal. (grifo nosso)

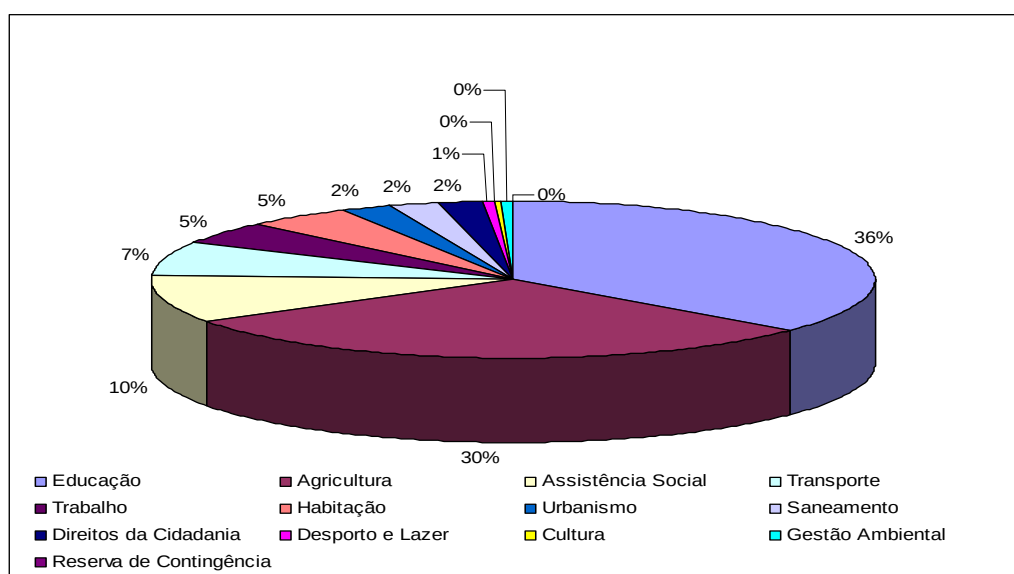
Desta forma, os projetos financiados pelo fundo não se limitam à satisfação de necessidades básicas e imediatas, mas possibilitam a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários, considerando, assim, o conceito amplo de combate à pobreza, que não está vinculada apenas a renda, mas às limitações impostas pelas privações da capacidade básica de um indivíduo.

Quadro 19 – Aplicação dos Recursos por Função de Governo 2014

Nº	Função de Governo	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	Agricultura	72.549.255,14	36,21	48.654.961,33	31,59
2	Educação	59.862.044,28	29,88	46.057.011,68	29,91
3	Assistência Social	19.260.811,54	9,61	16.962.455,12	11,01
4	Transporte	14.000.000,00	6,99	13.067.564,00	8,48
5	Trabalho	9.622.123,80	4,80	7.978.801,61	5,18
6	Habitação	9.488.065,41	4,74	7.814.094,56	5,07
7	Direitos da Cidadania	4.579.567,66	2,29	4.579.567,66	2,97
8	Saúde	4.125.309,65	2,06	3.252.213,11	2,11
9	Urbanismo	3.946.189,68	1,97	3.869.486,78	2,51
10	Saneamento	1.202.592,15	0,60	967.933,30	0,63
11	Desporto e Lazer	811.948,97	0,41	596.814,47	0,39
12	Gestão Ambiental	638.927,28	0,32	125.377,98	0,08
13	Cultura	264.001,20	0,13	83.780,00	0,05
Total		200.350.836,76	100,0	154.010.061,60	100,0

Fonte: GEF / SEFAZ

Gráfico 7 – Aplicação dos Recursos por Função de Governo 2014



Fonte: GEF / SEFAZ

2.7. Aplicação dos Recursos por Macrorregião

No primeiro semestre de 2014, do total de recursos do FECOP que foram empenhados por macrorregião, observa-se um predomínio no volume de recursos alocados na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) que absorveu neste período 44,42% do valor total empenhado e 45,79% do valor pago. Estes valores foram empenhados principalmente pela SEDUC (34,70%), STDS (23,01%), SEINFRA (15,73%) e Cidades (14,12%).

A Região Metropolitana de Fortaleza recebeu o maior volume dos recursos aplicados pela SEDUC, uma vez que concentra a maior parte da população residente no Ceará, de aproximadamente 43%, com elevada demanda de acesso à educação no Estado, refletindo-se no maior número de atendimento a jovens dessa região por meio de projetos como o de formação técnica de alunos do ensino médio integrado à educação profissional.

A STDS concentra recursos na Região Metropolitana de Fortaleza por diversos motivos, entre os quais se destaca o financiamento às políticas destinadas ao atendimento às crianças e adolescentes em situação de abandono e idosos (abrigos) e aos deficientes físicos, que têm estrutura centralizada no município de Fortaleza, apesar de atenderem a um público de todo o Estado.

A SEINFRA executa apenas um projeto financiado pelo FECOP em 2014, cuja área de abrangência é especificamente o Município de Fortaleza e busca melhorar as condições de acessibilidade das pessoas usuárias de transporte público.

O volume de recursos empenhados na RMF pela Secretaria das Cidades resulta principalmente da necessidade de reduzir o elevado déficit habitacional qualitativo e quantitativo existente nessa região. Nesse contexto estão os projetos que envolvem grande aporte de recursos, como é o caso dos projetos desenvolvidos em parceria com o Programa Minha Casa Minha Vida.

Em segundo lugar é necessário destacar o volume de recursos alocados nos projetos Maranguapinho e Cocó, que são desenvolvidos em parceria com o Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e que tem abrangência metropolitana (inclui os municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape e Maracanaú).

Em relação à aplicação mais equitativa de recursos, destaca-se a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) que, pela sua própria missão, atua principalmente no interior do Estado e empenhou valores em todas as macrorregiões, especialmente naquelas que apresentam aspectos climáticos mais vulneráveis, como é o caso do Sertão Central, Sertão dos Inhamuns e da Região do Cariri, a qual se constitui na segunda região mais populosa do Ceará, com significativa participação da agricultura familiar no conjunto de estabelecimentos agrícolas.

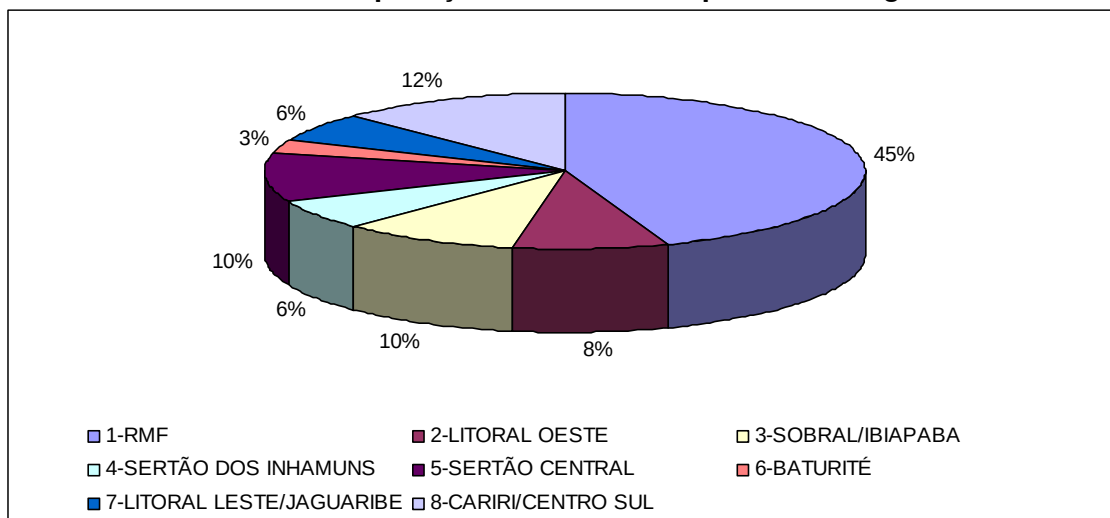
O quadro a seguir apresenta a distribuição geral dos recursos por Macrorregião do estado, evidenciando a concentração dos recursos aplicados na Região Metropolitana de Fortaleza.

Quadro 20 – Aplicação dos Recursos por Macrorregião 2014

Macrorregião	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%	População Beneficiada	%
1-RMF	89.000.828,15	44,42	70.518.253,66	45,79	364.069	16,03
2-LITORAL OESTE	16.837.242,75	8,40	11.611.835,00	7,54	188.642	8,31
3-SOBRAL/IBIAPABA	19.361.778,45	9,66	14.807.102,35	9,61	263.822	11,62
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	12.359.560,72	6,17	9.231.012,17	5,99	262.034	11,54
5-SERTÃO CENTRAL	20.475.197,67	10,22	14.779.914,89	9,60	362.565	15,97
6-BATURITÉ	5.583.115,47	2,79	3.595.378,95	2,33	100.102	4,41
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	11.920.303,06	5,95	9.655.734,41	6,27	161.049	7,09
8-CARIRI/CENTRO SUL	24.812.810,49	12,38	19.810.830,17	12,86	568.296	25,03
TOTAL	200.350.836,76	100,00	154.010.061,60	100,00	2.270.579,00	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 8 – Aplicação dos Recursos por Macrorregião 2014



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Quadro 21 – Aplicação proporcional dos Recursos por Secretaria segundo a Macrorregião - 2014

Macrorregião	Participação das Secretarias (%)										Total
	SDA	SEDUC	STDS	CIDADES	SESA	SEINFRA	SRH	GABGOV	SESPORTE	SECULT	
1-RMF	10,48	34,70	23,01	14,12	0,43	15,73	0,09	0,77	0,65	0,02	100,00
2-LITORAL OESTE	54,08	29,47	7,22	1,16	3,65	0,00	1,70	2,27	0,29	0,16	100,00
3-SOBRAL / IBIAPABA	49,38	34,38	8,59	1,62	3,27	0,00	0,03	2,41	0,15	0,18	100,00
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	61,54	22,65	4,96	1,11	2,17	0,00	0,56	6,49	0,16	0,35	100,00
5-SERTÃO CENTRAL	68,43	18,30	5,07	2,43	2,16	0,00	0,56	2,69	0,16	0,20	100,00
6-BATURITÉ	67,62	3,74	15,30	0,00	5,50	0,00	2,21	5,36	0,17	0,11	100,00
7-LITORAL LESTE / JAGUARIBE	52,13	28,98	7,72	0,00	4,51	0,00	2,99	3,21	0,43	0,03	100,00
8-CARIRI / CENTRO SUL	52,20	28,82	11,66	2,15	3,79	0,00	0,01	0,85	0,16	0,36	100,00
Total	36,21	29,88	14,81	7,11	2,06	6,99	0,52	1,89	0,41	0,13	100,00

Fonte: SEFAZ / GEF

No intuito de compreender melhor a distribuição espacial de recursos do FECOP e o aparente “privilegiamento” da Região Metropolitana de Fortaleza, buscaram-se informações adicionais no Censo de 2010.

O primeiro dado a ser destacado refere-se ao número de pessoas no Estado que se enquadram como público-alvo do FECOP. Mais da metade da população cearense (53%) tem renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo. Embora a RMF apresente a menor proporção de pessoas nestas condições, ela concentra 43% dos pobres do Ceará.

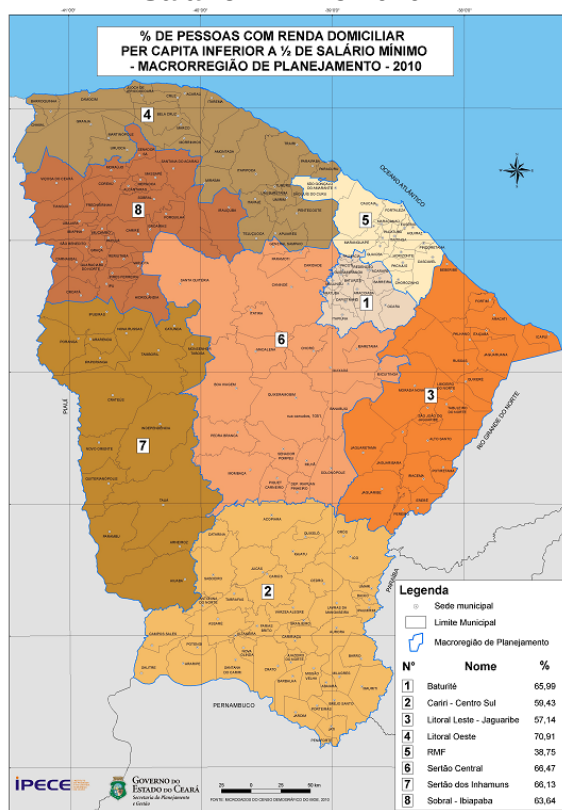
Segundo o quadro a seguir apresentado, a proporção de recursos do FECOP aplicados por região guarda coerência com a distribuição da população em situação de pobreza do Estado do Ceará.

Quadro 22 – População com Renda Inferior a ½ salário-mínimo por Macrorregião

Macrorregião	População Total	Nº de Pessoas com Renda Domiciliar Per Capita Inferior a 1/2 Salário Mínimo	%
1-RMF	3.615.767	1.401.109	31,28%
2-LITORAL OESTE	834.780	591.492	13,20%
3-SOBRAL/IBIAPABA	837.618	533.060	11,90%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	411.407	272.063	6,07%
5-SERTÃO CENTRAL	617.540	410.479	9,16%
6-BATURITÉ	230.523	152.122	3,40%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	566.250	323.555	7,22%
8-CARIRI/CENTRO SUL	1.338.496	795.468	17,76%
TOTAL	8.452.381	4.479.349	100,00%

Fonte: IPECE / Censo 2010

Mapa 1 – Distribuição Regional das Pessoas com Renda Per Capita Inferior a ½ Salário Mínimo 2010



Fonte: IPECE / Censo 2010

2.8. Aplicação dos Recursos por Programa de Governo

A distribuição na aplicação de recursos do FECOP por Programa de Governo guarda estreita correlação com o analisado no item 2.6, relativo à aplicação de recursos por Função de Governo.

Entre os programas com maior volume de recursos do FECOP alocados no primeiro semestre de 2014, está o Programa Ensino Médio Articulado à Educação Profissional, Desenvolvimento Agropecuário, Enfrentamento à Pobreza Rural, Assistência Social e Transporte e Logística do Estado do Ceará, que juntos totalizam 72,68% dos recursos empenhados.

O programa Ensino Médio Articulado à Educação Profissional, de responsabilidade da SEDUC empenhou 22,11% do valor total. Constituindo-se em um dos principais compromissos assumidos pela atual gestão, envolve ações de incremento na qualidade do ensino médio ofertado pelo Estado mediante o reforço nas atividades docentes

profissionalizantes e a modernização e expansão das redes públicas de ensino médio integrada à educação profissional.

Os Programas Desenvolvimento Agropecuário e Enfrentamento à Pobreza Rural, executados pela SDA empenharam juntos 36,19% do valor total. Tal fato é justificado pela necessidade de incrementar o atendimento à parcela da população cearense mais vitimada pela estiagem, notadamente para os agricultores de base familiar.

Embora minorada pela rede de proteção social, que inclui programas de transferência de renda dos governos federal e estadual, a seca impacta violentamente a população rural do Estado e induz a economia local a um verdadeiro colapso pela falta de água para produção e pela perda de estoques capitalizados em anos de bom inverno, como é o caso da morte dos rebanhos.

O programa Assistência Social, executado pela STDS empenhou 7,39% e desenvolveu ações de Proteção Social Básica e Especial, além de contribuir para a segurança alimentar e nutricional da parcela mais pobre da população por meio da operacionalização do projeto Restaurante Popular Mesa do Povo.

O programa Transporte e Logística do Estado do Ceará empenhou 6,99% e teve como foco o pagamento de desapropriações para a implantação do VLT e a aquisição de terrenos para reassentamento da população a ser removida de sua faixa de domínio.

Quadro 23 – Aplicação de Recursos por Programa de Governo 2014

Nº	Código	Programas	Empenhado	%	Pago	%
1	014	ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	44.301.603,96	22,11	41.723.458,62	27,09
2	028	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	41.840.086,28	20,88	38.705.402,32	25,13
3	029	ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL	30.664.002,98	15,31	9.949.559,01	6,46
4	050	ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.815.117,98	7,39	13.040.054,14	8,47
5	003	TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ	14.000.000,00	6,99	13.067.564,00	8,48
6	072	APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA	11.605.371,49	5,79	685.720,92	0,45
7	033	HABITACIONAL	9.488.065,41	4,74	7.814.094,56	5,07
8	021	PROMOÇÃO DA JUVENTUDE	8.913.922,43	4,45	7.913.947,84	5,14
9	049	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	4.445.444,90	2,22	3.621.876,10	2,35
10	037	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE	4.125.309,65	2,06	3.252.213,11	2,11
11	073	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.955.068,83	1,97	3.647.832,14	2,37
12	031	DESENVOLVIMENTO URBANO	3.820.939,68	1,91	3.744.236,78	2,43
13	026	ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	3.272.494,92	1,63	3.009.367,34	1,95
14	027	ATENÇÃO À PESSOA IDOSA	1.349.734,72	0,67	1.090.069,72	0,71
15	039	TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA	998.786,11	0,50	485.047,81	0,31
16	071	ESPORTE - EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LAZER	811.948,97	0,41	596.814,47	0,39
17	032	SANEAMENTO AMBIENTAL	807.057,43	0,40	572.587,58	0,37
18	051	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	798.017,73	0,40	798.017,73	0,52
19	022	EQUIDADE DE GÊNERO	131.771,52	0,07	131.271,52	0,09
20	034	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	125.250,00	0,06	125.250,00	0,08
21	067	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL	45.165,88	0,02	-	0,00
22	040	ACUMULAÇÃO HÍDRICA	35.675,89	0,02	35.675,89	0,02
Total			200.350.836,76	100,00	154.010.061,60	100,00

Fonte: GEF

3. Análise de Desempenho das Setoriais

3.1. Secretaria do Desenvolvimento Agrário

3.1.1. Aspectos Gerais

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), tem como missão a promoção do desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, tendo como finalidade principal melhorar a qualidade de vida dos agricultores e agricultoras familiares, com participação, inclusão e justiça social.

A intenção do Governo Estadual em estimular uma nova dinâmica de desenvolvimento rural substanciou-se em 2007 na criação da SDA com o objetivo de colocar uma forte estrutura a serviço da agricultura familiar alicerçada na sustentabilidade e na solidariedade. Suas atuais linhas de atuação encontram-se sistematizadas no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Ceará, o PDRSS 2012 – 2015.

O Plano ressalta que as conceituações sobre o espaço rural foram modificadas historicamente a partir da compreensão da sua complexidade e diversidade social, econômica e cultural. Entende que a agricultura familiar está associada à dimensão espacial de desenvolvimento sustentável, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal, normalmente associada à monocultura.

Os projetos executados pela SDA com recursos do Fecop são direcionados ao fortalecimento da agricultura familiar e dos movimentos sociais no campo. São projetos com foco principalmente no fortalecimento da infraestrutura produtiva e na ampliação das oportunidades de ocupação e renda por meio de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e ações de fomento.

No primeiro semestre de 2014 a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) obteve autorização do CCPIS para execução de 48 projetos dos quais 43 são de continuidade pois já foram financiados pelo FECOP em anos anteriores, e 5 foram apresentados pela primeira vez. São eles: Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo/Freire/FIDA – Componente 1 (Mapp 451), Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo/Freire/FIDA – Componente 2 (Mapp 452), Abastecimento de Água na Comunidade de Ematuba – Independência – Ce (Mapp 474), Abastecimento de Água na Comunidade de Poço de Areia – Tianguá – Ce (Mapp 475) e Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar (Mapp 477).

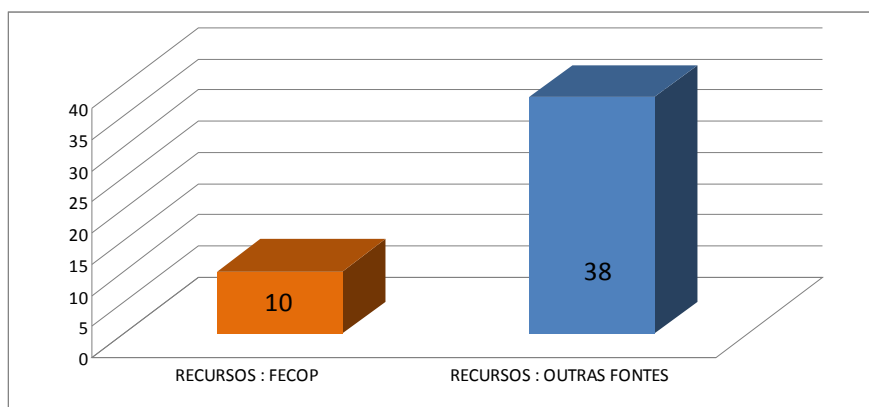
É importante salientar ainda, a importância dos recursos alocados por meio desta fonte para a captação de recursos oriundos de outras fontes. Da totalidade dos projetos executados pela SDA, 10 foram financiados exclusivamente pelo FECOP e 38 incluem recursos captados de outras fontes (Quadro 24 / Gráfico 9). A participação do valor disponibilizado pelo FECOP e do valor das outras fontes de recursos no valor anual destes projetos é de 25,65% e 74,35% respectivamente. Merece destaque o valor captado junto ao Governo Federal e o valor oriundo de fontes de financiamento externo (Quadro 25 / Gráfico 10).

Quadro 24 – Total de Projetos Segundo a Origem dos Recursos

Total de Projetos	Recursos Exclusivos do FECOP		Recursos de Outras Fontes	
	Absoluto	%	Absoluto	%
48	10	20,83	38	79,17

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 9 – Total de Projetos Segundo a Origem dos Recursos



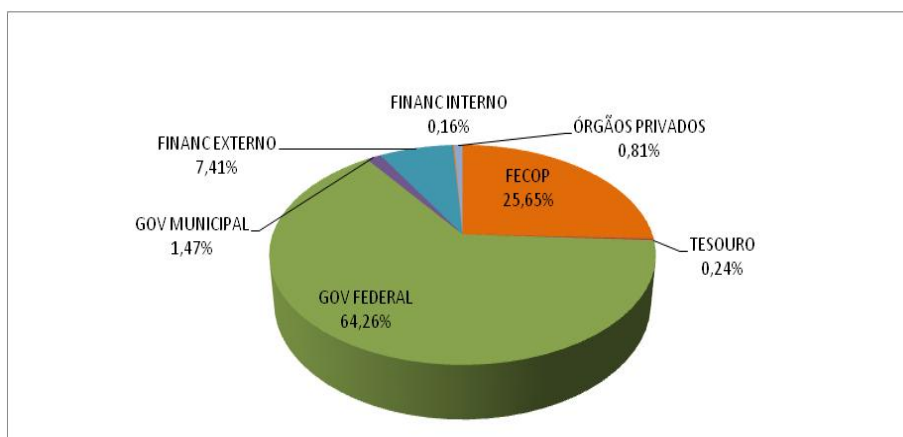
Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Quadro 25 – Valor dos Projetos Segundo a Origem dos Recursos

Valor FECOP		Valor Outras Fontes		Total
Abs.	%	Abs.	%	
223.210.186,28	25,65	647.143.281,04	74,35	870.353.467,32

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 10 – Participação por Origem dos Recursos



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Do valor total de recursos do FECOP disponibilizado pelo CCPIS para execução dos projetos da SDA em 2014 o maior volume (74,17%) tinha cronograma de desembolso previsto para o 1º semestre no valor de R\$165.547.890,77 (cento e sessenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, oitocentos e noventa reais e setenta e sete centavos). Deste valor, foram empenhados R\$72.549.255,14 (setenta e dois milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos), correspondendo a um desempenho de 43,82% e efetivamente pagos R\$ 48.654.961,33 (quarenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e sessenta e um reais e trinta e três centavos), correspondendo uma aplicação de 29,39% relativo ao mesmo período.

Quadro 26 – Execução Financeira da SDA

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	2	Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão	1.780.730,68	1.780.730,68	906.175,85	50,89	906.175,85	50,89
2	5	Agente Rural	11.000.000,00	5.504.264,00	5.345.130,00	97,11	4.922.546,00	89,43
3	10	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Mudas)	1.814.316,46	1.814.316,46	802.346,91	44,22	802.346,91	44,22
4	14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudas)	18.000.000,00	1.628.000,00	880.582,79	54,09	880.582,79	54,09
5	36	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água/Convênio FUNASA	19.655,29	19.655,29	-	-	-	-
6	37	Biodiesel do Ceará	4.763.430,01	3.983.430,01	3.576.414,00	89,78	1.722.929,00	43,25
7	38	Garantia Safra do Ceará	25.627.500,00	20.502.000,00	20.448.082,80	99,74	20.448.082,80	99,74
8	41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	1.300.000,00	1.300.000,00	-	-	-	-
9	50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	5.201.200,00	4.180.632,00	473.826,36	11,33	443.456,36	10,61
10	55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	12.052.500,00	7.422.057,61	7.023.620,19	94,63	1.451.977,87	19,56
11	56	Cédula da Terra	456.000,00	456.000,00	-	0,00	-	0,00
12	112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA)	1.650.000,00	1.527.750,00	1.527.750,00	100,00	1.527.750,00	100,00
13	135	Implantação de Sistema de Abastecimento e Água/Convênio FUNASA (1)	110.000,00	110.000,00	-	-	-	-
14	183	Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará	6.045.000,00	3.022.500,00	2.741.747,98	90,71	2.741.747,98	90,71
15	240	Reforço de ATER nos Municípios dos Territórios de Cidadania no Estado do Ceará	11.000.000,00	6.573.420,00	5.640.646,00	85,81	5.640.646,00	85,81
16	323	Produção de Ovos e Frangos Caipira	350.000,00	350.000,00	-	0,00	-	0,00
17	337	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRODETER	411.989,75	411.989,75	0,00	0,00	0,00	0,00
18	339	Casa Digital do Campo	577.622,18	577.622,18	461.267,86	79,86	461.267,86	79,86
19	340	São José III – Componente 1 – Inclusão Econômica – Implantação de Projetos Produtivos	4.000.000,00	1.828.333,00	-	-	-	-

20	341	São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	23.709.590,00	23.709.590,00	9.807.597,19	41,37	710.091,81	2,99
21	349	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais com Infraestrutura e Assistência Técnica	141.376,16	107.879,18	-	-	-	-
	350	Rurais com Infraestrutura e Assistência Técnica	181.884,24	181.884,24	45.165,88	24,83	-	-
22	353	Construção de Cisternas de Placas (1)	8.557.618,33	8.557.618,33	3.658.145,57	42,75	3.658.145,57	42,75
23	357	Revitalização dos Perímetros Públicos Irrigados	615.203,33	615.203,33	604.200,00	98,21	169.500,00	27,55
24	362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	1.400.000,00	1.400.000,00	-	-	-	-
25	363	Kit's de Irrigação (1)	3.162.775,00	3.162.775,00	-	-	-	-
26	365	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1)	6.536.601,16	6.536.601,16	470.844,99	7,20	470.844,99	7,20
27	372	Kit's de Irrigação (2)	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-
28	373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura	768.298,80	768.298,80	-	-	-	-
29	374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	966.676,00	966.676,00	-	-	-	-
30	378	Fruticultura Irrigada com Energia Alternativa	1.300.000,00	1.300.000,00	-	-	-	-
31	385	Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água	19.311.520,33	19.311.520,33	6.618.163,21	34,27	1.096.869,54	5,68
32	387	Zumbi – Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas no Estado do Ceará	400.000,00	400.000,00	-	-	-	-
33	389	Construção de Cisternas de Placas (2)	3.848.820,00	3.120.635,34	600.000,00	19,23	600.000,00	19,23
34	390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)	4.462.440,00	3.488.215,20	423.914,96	12,15	-	-
35	403	Convivência com o Semiárido – Kits de Irrigação e Barragens Subterrâneas	6.500.000,00	6.500.000,00	-	-	-	-
36	417	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais	3.128.593,31	3.128.593,31	-	-	-	-
37	418	Formação de Pastagem para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	135.046,82	135.046,82	-	-	-	-
38	430	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandiocultura	270.000,00	270.000,00	-	-	-	-

39	434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	3.140.235,91	3.140.235,91	-	-	-	-
40	451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades	2.239.422,32	746.474,12	-	-	-	-
41	452	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	1.650.000,00	90.000,00	-	-	-	-
42	457	Implantação de Cisternas de Polietileno	19.412.395,02	9.706.197,54	462.073,56	4,76	-	-
43	460	Implantação de Unidades de Tratamento Microbiológico e Fluoretação de Sistemas de Abastecimento de Água	495.600,00	495.600,00	-	-	-	-
44	474	Abastecimento de Água na Comunidade de Ematuba – Independência-CE	450.000,00	450.000,00	-	-	-	-
45	475	Abastecimento de Água para Comunidade Poço de Areia - Tianguá/CE	535.816,18	535.816,18	-	-	-	-
46	476	Construção de Cisternas de Placas (3)	730.329,00	730.329,00	31.559,04	4,32	-	0,00
47	477	Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-
48	480	Centro de Produção de Mudas de Palma Forrageira Para Alimentação Animal - REPALMA	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-
Total			223.210.186,28	165.547.890,77	72.549.255,14	43,82	48.654.961,33	29,39

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.1.2 Desenvolvimento

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), no seu art. 25, do Decreto nº 29.910 / 2009, que regulamenta a Lei Complementar Estadual nº 37 / 2003, Lei que instituiu o fundo, assegura que apoiará programas em duas grandes categorias: Programas Assistenciais e Programas Estruturantes. A primeira categoria priorizará de acordo com o &1º, ações direcionadas aos pobres crônicos ou grupos mais vulneráveis com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre. A segunda categoria, no seu &2º, se destina a população pobre para proporcionar condições de acumular meios físico, humano e social,

sendo suas ações voltadas para educação, ocupação e renda, infraestrutura e participação social, e que possibilite a migração da condição de pobre para não pobre.

Os projetos desenvolvidos pela SDA incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto referido acima, no grupo de projetos Assistenciais (Segurança Alimentar Nutricional) e Estruturantes (Ocupação e Renda e Infraestrutura).

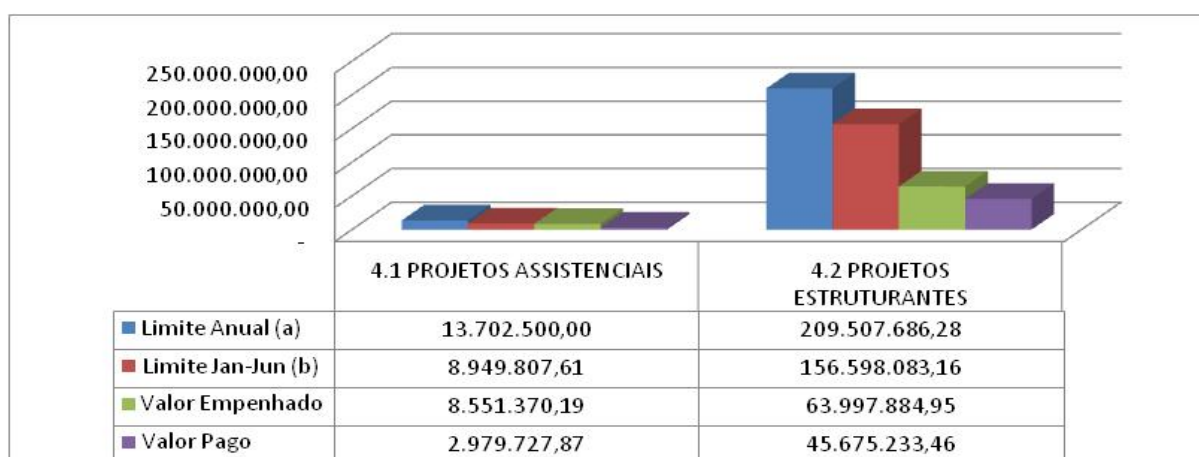
Com relação ao desempenho financeiro, apenas os projetos das categorias Segurança Alimentar e Nutricional, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Comunicação empenharam valores superiores a 50% do programado para o período. Ressalta-se que os projetos de Segurança Alimentar e Nutricional empenharam 95,55% e pagaram 33,29% do valor previsto para ser desembolsado no 1º semestre de 2014.

Quadro 27 – Execução Financeira por Categoria de Projetos

CATEGORIAS	Limite Anual (a)	Limite Jan-Jun (b)	Valor Empenhado		Valor Pago	
			Absoluto (c)	(%) (c/b)	Absoluto (d)	(%) (d/b)
1. PROJETOS ASSISTENCIAIS	13.702.500,00	8.949.807,61	8.551.370,19	95,55	2.979.727,87	33,29
1.1. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	13.702.500,00	8.949.807,61	8.551.370,19	95,55	2.979.727,87	33,29
2. PROJETOS ESTRUTURANTES	209.507.686,28	156.598.083,16	63.997.884,95	40,87	45.675.233,46	29,17
2.1. OCUPAÇÃO E RENDA	128.115.726,64	85.640.505,66	42.359.078,52	49,46	39.148.858,68	45,71
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	34.546.200,00	20.580.816,00	14.201.350,34	69,00	13.748.396,34	66,80
Fomento	93.569.526,64	65.059.689,66	28.157.728,18	43,28	25.400.462,34	39,04
2.2. INFRAESTRUTURA	81.391.959,64	70.957.577,50	21.638.806,43	30,50	6.526.374,78	9,20
Infraestrutura Domiciliar	51.860.682,68	41.426.300,54	11.369.941,38	27,45	5.355.015,11	12,93
Infraestrutura Comunitária	29.531.276,96	29.531.276,96	10.268.865,05	34,77	1.171.359,67	3,97
- Acesso à Água	27.953.654,78	27.953.654,78	9.807.597,19	35,09	710.091,81	2,54
- Comercialização	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-
- Comunicação	577.622,18	577.622,18	461.267,86	79,86	461.267,86	79,86
TOTAL	223.210.186,28	165.547.890,77	72.549.255,14	43,82	48.654.961,33	29,39

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 11 – Execução Financeira por Categoria de Projetos



Detalhamos a seguir, dentro das duas grandes categorias acima relatadas, os projetos executados com recursos do FECOP no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento Agrário:

3.1.2.1 Projetos Assistenciais

- **Segurança Alimentar e Nutricional**

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Art. 3º, da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN – Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006).

O leite que transforma vidas



A categoria engloba os projetos Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite e Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA). Ambos, embora destaque-se a vertente de SAN, têm dupla funcionalidade, pois atuam tanto no apoio aos produtores de base familiar por meio de ações de incentivo à produção e garantia de venda do produto a preços justos, quanto contribuem para a segurança alimentar e nutricional da população beneficiada fornecendo gratuitamente os produtos adquiridos.



trezentos e setenta reais e dezenove centavos) correspondendo a um desempenho financeiro semestral de 95,55%.

O melhor desempenho financeiro no semestre referente aos projetos desta categoria foi do Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA), que empenhou e pagou 100% do valor programado para o período.

O projeto Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite apresentou bom desempenho financeiro no que se refere ao valor empenhado (94,63%), porém pagou o equivalente a 19,56% do valor programado para o período. O valor empenhado foi global para 6 meses de contrato, mas os pagamentos foram afetados pela escassez de leite ocasionada pela estiagem e pela dificuldade de trazer para o programa os produtores pronafianos com conta aberta nas agências do Banco do Brasil, exigência do programa desde dezembro de 2013.

Quadro 28 – Execução Financeira dos Projetos Assistenciais / Segurança Alimentar e Nutricional

MAPP	Projetos	Limite Anual (a)	Limite Jan-Jun (b)	Valor Empenhado		Valor Pago	
				Absoluto (c)	(%) (c/b)	Absoluto (d)	(%) (d/b)
55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	12.052.500,00	7.422.057,61	7.023.620,19	94,63	1.451.977,87	19,56
112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA)	1.650.000,00	1.527.750,00	1.527.750,00	100,00	1.527.750,00	100,00
TOTAL		13.702.500,00	8.949.807,61	8.551.370,19	95,55	2.979.727,87	33,29

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.1.2.2. Projetos Estruturantes

Essa categoria, de acordo com a área de atuação da Secretaria do Desenvolvimento Agrário inclui projetos direcionados à Ocupação e Renda e Infraestrutura Comunitária e Domiciliar.

Para o ano de 2014, o limite anual total para os Projetos Estruturantes é de R\$209.507.686,28 (duzentos e nove milhões, quinhentos e sete mil, seiscentos e oitenta e seis reais e vinte e oito centavos), sendo que desse total foi orçamentado para desembolso no 1º semestre o valor R\$156.598.083,16 (cento e cinquenta e seis milhões, quinhentos e noventa e oito mil, oitenta e três reais e dezesseis centavos) e empenhado R\$63.997.884,95 (sessenta e três milhões, novecentos e noventa e sete mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), o que representa um índice de desempenho financeiro de 40,87%. Foi pago no semestre o valor de R\$45.675.233,46 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, duzentos e trinta e três reais e quarenta e seis centavos), correspondendo a 29,17% do valor programado para o período.

- **Ocupação e Renda**

Inclui projetos de fortalecimento da agricultura familiar através de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Fomento. O limite anual concedido nessa subcategoria foi de R\$128.115.726,64 (cento e vinte e oito milhões, cento e quinze mil, setecentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos) e o seu limite semestral correspondeu a R\$85.640.505,66 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta mil, quinhentos e cinco reais e sessenta e seis centavos), sendo que desse montante foi empenhado R\$42.359.078,52 (quarenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), e pago R\$39.148.858,68 (trinta e nove milhões, cento e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e oito centavos) o que representa um desempenho financeiro de 49,46% e 45,71% respectivamente. Nesse item destaca-se:

- **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**

Seu principal objetivo é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento

rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho, a agroindustrialização e outras formas de agregação de renda à produção primária, assim como o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas.

Dentre os pilares que sustentam esta política, destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. Sobretudo, cabe enfatizar que a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre é o elemento central de todas as ações orientadas pela PNATER.

O limite anual concedido em 2014 para os projetos de ATER foi de R\$34.546.200,00 (trinta e quatro milhões, quinhentos e quarenta e seis mil e duzentos reais), com um desembolso semestral previsto na ordem de R\$ 20.580.816,00 (vinte milhões, quinhentos e oitenta mil, oitocentos e dezesseis reais). Foi empenhado nesse mesmo período R\$ 14.201.350,34 (quatorze milhões, duzentos e um mil, trezentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos) e pago R\$ 13.748.396,34 (treze milhões, setecentos e quarenta e oito mil, trezentos e noventa e seis reais e trinta e quatro centavos) o que representa um desempenho de 69% e 66,80% respectivamente. Nesta categoria destacam-se os projetos Agente Rural e projeto Reforço de Ater nos Municípios dos Territórios de Cidadania no Estado do Ceará.

Quadro 29 – Execução Financeira dos Projetos Estruturantes / Ocupação e Renda / Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual (a)	Limite Jan-Jun (b)	Valor Empenhado		Valor Pago	
					Absoluto (c)	(%) (c/b)	Absoluto (d)	(%) (d/b)
1	5	Agente Rural	11.000.000,00	5.504.264,00	5.345.130,00	97,11	4.922.546,00	89,43
2	41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	1.300.000,00	1.300.000,00	-	-	-	-
3	50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	5.201.200,00	4.180.632,00	473.826,36	11,33	443.456,36	10,61
4	183	Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará	6.045.000,00	3.022.500,00	2.741.747,98	90,71	2.741.747,98	90,71
5	240	Reforço de ATER nos Municípios dos Territórios de Cidadania no Estado do Ceará	11.000.000,00	6.573.420,00	5.640.646,00	85,81	5.640.646,00	85,81
	TOTAL		34.546.200,00	20.580.816,00	14.201.350,34	69,00	13.748.396,34	66,80

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

- **Fomento**

Os projetos inclusos nesta categoria objetivam o fortalecimento da agricultura familiar por meio da disponibilização de recursos físicos e financeiros que contribuam para o aumento da produção e da produtividade das suas unidades de produção. São complementados com atividades de ATER, capacitação e treinamento.

Dentre os principais projetos dessa categoria, pelo valor anual disponibilizado, destaca-se o Programa Garantia Safra que assegura uma renda mínima aos agricultores de base familiar em caso de perdas iguais ou superiores a 50% da produção em função de estiagem. Contribui paralelamente para diminuição do êxodo rural por reduzir os riscos inerentes à agricultura de sequeiro e também para eliminação das práticas assistencialistas no trato da população rural nas ocorrências de seca. Destaca-se ainda o Programa Hora de Plantar, que distribui sementes e mudas de elevado potencial genético, permitindo o aumento da produtividade das culturas e melhor nível de renda dos beneficiários.

Incluem-se ainda nesta categoria o projeto Biodiesel do Ceará, que incentiva a produção de oleaginosas (mamona, girassol e algodão) inserindo a agricultura familiar na cadeia do biodiesel e contribuindo para a inclusão social de seus beneficiários e o desenvolvimento regional via geração de ocupação e renda. Merece também destaque os projetos de incentivo à agricultura irrigada, que facilitam e orientam para uma convivência com o semiárido mediante a utilização de técnicas tais como a implantação de quintais produtivos mantidos por cisterna de enxurradas e barragens subterrâneas e kits de irrigação.



O valor disponibilizado para esta categoria de projetos em 2014 foi de R\$93.569.526,64 (noventa e três milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, quinhentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos) dos quais R\$65.059.689,66 (sessenta e cinco milhões, cinqüenta e nove mil, seiscentos e oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos) estavam previstos

para aplicação no primeiro semestre. Deste valor foi empenhado R\$28.157.728,18 (vinte e oito milhões, cento e cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e oito reais e dezoito centavos), correspondendo a um desempenho financeiro de 43,28% e foram pagos R\$25.400.462,34 (vinte e cinco milhões, quatrocentos mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos), correspondendo a 39,04%. Destacamos em termos de valores empenhados e pagos no semestre o projeto Garantia Safra do Ceará, que teve limite semestral de R\$20.502.000,00 (vinte milhões e quinhentos e dois mil reais), e empenhou no semestre 99,74% deste valor o qual foi totalmente pago no período. É o resultado de mais um ano de estiagem.

Quadro 30 – Execução Financeira dos Projetos Estruturantes / Ocupação e Renda / Fomento

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual (a)	Limite Jan-Jun (b)	Valor Empenhado		Valor Pago	
					Absoluto (c)	(%) (c/b)	Absoluto (d)	(%) (d/b)
1	2	Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão	1.780.730,68	1.780.730,68	906.175,85	50,89	906.175,85	50,89
2	10	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Mudas)	1.814.316,46	1.814.316,46	802.346,91	44,22	802.346,91	44,22
3	14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudas)	18.000.000,00	1.628.000,00	880.582,79	54,09	880.582,79	54,09
4	37	Biodiesel do Ceará	4.763.430,01	3.983.430,01	3.576.414,00	89,78	1.722.929,00	43,25
5	38	Garantia Safra do Ceará	25.627.500,00	20.502.000,00	20.448.082,80	99,74	20.448.082,80	99,74
6	56	Cédula da Terra	456.000,00	456.000,00	-	0,00	-	0,00
7	323	Produção de Ovos e Frangos Caipira	350.000,00	350.000,00	-	0,00	-	0,00
8	337	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRODETER	411.989,75	411.989,75	0,00	0,00	0,00	0,00
9	340	São José III – Componente 1 – Inclusão Econômica – Implantação de Projetos Produtivos	4.000.000,00	1.828.333,00	-	-	-	-
10	349	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais com	141.376,16	107.879,18	-	-	-	-
11	350	Infraestrutura e Assistência Técnica	181.884,24	181.884,24	45.165,88	24,83	-	-
12	357	Revitalização dos Perímetros Públicos Irrigados	615.203,33	615.203,33	604.200,00	98,21	169.500,00	27,55

13	362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	1.400.000,00	1.400.000,00	-	-	-	-
14	363	Kits de Irrigação (1)	3.162.775,00	3.162.775,00	-	-	-	-
15	365	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1)	6.536.601,16	6.536.601,16	470.844,99	7,20	470.844,99	7,20
16	372	Kits de Irrigação (2)	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-
17	373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura	768.298,80	768.298,80	-	-	-	-
18	374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	966.676,00	966.676,00	-	-	-	-
19	378	Projetos Produtivos de Fruticultura Irrigada com Energia Alternativa	1.300.000,00	1.300.000,00	-	-	-	-
20	387	Zumbi – Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas no Estado do Ceará	400.000,00	400.000,00	-	-	-	-
21	390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)	4.462.440,00	3.488.215,20	423.914,96	12,15	-	-
22	403	Convivência com o Semiárido – Kits de Irrigação e Barragens Subterrâneas	6.500.000,00	6.500.000,00	-	-	-	-
23	418	Formação de Pastagem para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	135.046,82	135.046,82	-	-	-	-
24	430	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandiocultura	270.000,00	270.000,00	-	-	-	-
25	434	Projetos Produtivos para Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	3.140.235,91	3.140.235,91	-	-	-	-
26	451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades	2.239.422,32	746.474,12	-	-	-	-

27	452	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	1.650.000,00	90.000,00	-	-	-	-
28	460	Implantação de Unidades de Tratamento Microbiológico e Fluoretação de Sistemas de Abastecimento de Água	495.600,00	495.600,00	-	-	-	-
29	480	Centro de Produção de Mudas de Palma Forrageira Para Alimentação Animal - REPALMA	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-
TOTAL			93.569.526,64	65.059.689,66	28.157.728,18	43,28	25.400.462,34	39,04

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.1.2.2 Infraestrutura

Segundo classificação adotada pela Gerência Executiva do FECOP, essa categoria subdivide-se em Infraestrutura Comunitária, quando toda comunidade é beneficiada com o produto do projeto, e Infraestrutura Domiciliar, quando o benefício restringe-se ao âmbito do indivíduo e/ou da família.

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário executa projetos nas duas dimensões, os quais envolvem basicamente ações de saneamento básico, construção e reforma de equipamentos públicos. Para esse grupo foi autorizado o limite anual de R\$81.391.959,64 (oitenta e um milhões, trezentos e noventa e um mil, novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) e limite semestral de R\$70.957.577,50 (setenta milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos), dos quais foram empenhados R\$21.638.806,43 (vinte e um milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e seis reais e quarenta e três centavos), representando um desempenho financeiro semestral de 30,50%. Já em termos de valores pagos atingiu o valor de R\$6.526.374,78 (seis milhões, quinhentos e vinte e seis mil, trezentos e setenta e quatro reais e setenta e oito centavos), perfazendo um índice de 9,20%.

Pode-se observar claramente que em alguns projetos dessa categoria existe uma significativa diferença entre os valores empenhados e os pagos. Isto ocorre principalmente pela mudança

na sistemática de execução dos projetos, que antes eram formalizados através de convênios e atualmente estão sendo executados por contrato. Portanto, os valores dos projetos são empenhados e ficam aguardando suas medições para serem pagos.

- **Infraestrutura Comunitária**

Inclui projetos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e a implantação de estruturas de comercialização e de comunicação. O valor anual da fonte FECOP alocado para estes projetos em 2014 foi de R\$29.531.276,96 (vinte e nove milhões, quinhentos e trinta e um mil, duzentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos) e o cronograma de aplicação estava previsto para desembolso total no 1º semestre, no entanto o valor empenhado e pago neste período correspondeu a 34,77% e 3,97% respectivamente.

Apenas dois projetos desta categoria apresentaram execução financeira, O projeto São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado, que conta com financiamento externo e no qual o FECOP se constitui na contrapartida do Estado no acordo de empréstimo, e o projeto Casa Digital do Campo.

O Projeto São José III tem como foco o fortalecimento da agricultura familiar e o bem estar das comunidades rurais. A perspectiva é aumentar a inserção econômica, financiando projetos no âmbito de cadeias produtivas.



Tem como objetivos principais: promover o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ações voltadas à consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar; contribuir para a universalização do direito à água potável e ao esgotamento sanitário, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais do Estado; viabilizar a participação qualificada e o controle social dos beneficiários e suas organizações nas ações de gestão do desenvolvimento local; e estimular as relações de complementaridade entre os programas governamentais.

Os beneficiários principais são os agricultores familiares, que desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas em comunidades rurais, bem como famílias rurais sem acesso à água potável e esgotamento sanitário, sendo esses representados por suas associações comunitárias,

associações de produtores, cooperativas, condomínios ou outros tipos de organizações legalmente constituídas.

Quadro 31 – Execução Financeira dos Projetos Estruturantes / Infraestrutura Comunitária

MAPP	Projetos	Limite Anual (a)	Limite Jan-Jun (b)	Valor Empenhado		Valor Pago	
				Absoluto (c)	(%) (c/b)	Absoluto (d)	(%) (d/b)
1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO							
36	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água /Convênio FUNASA	19.655,29	19.655,29	-	-	-	
135	Implantação de Sistema de Abastecimento e Água/Convenio FUNASA (1)	110.000,00	110.000,00	-	-	-	-
341	São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	23.709.590,00	23.709.590,00	9.807.597,19	41,37	710.091,81	2,99
417	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais	3.128.593,31	3.128.593,31	-	-	-	-
474	Abastecimento de Água na Comunidade de Ematuba – Independência -CE	450.000,00	450.000,00	-	-	-	-
475	Abastecimento de Água para Comunidade Poço de Areia - Tianguá/CE	535.816,18	535.816,18	-	-	-	-
TOTAL		27.953.654,78	27.953.654,78	9.807.597,19	35,09	710.091,81	2,54
2. COMERCIALIZAÇÃO							
477	Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-
TOTAL		1.000.000,00	1.000.000,00	-	0,00	-	0,00
3 COMUNICAÇÃO							
339	Casa Digital do Campo	577.622,18	577.622,18	461.267,86	79,86	461.267,86	79,86
TOTAL		577.622,18	577.622,18	461.267,86	79,86	461.267,86	79,86
TOTAL GERAL		29.531.276,96	29.531.276,96	10.268.865,05	34,77	1.171.359,67	3,97

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

- **Infraestrutura Domiciliar**

Esse grupo inclui projetos que objetivam disponibilizar água para consumo humano e obteve recursos do FECOP para contrapartida de recursos captados junto ao Governo Federal no âmbito do Programa Água para Todos. Em sua totalidade estes projetos apresentaram um orçamento para 2014 no valor de R\$51.860.682,68 (cinquenta e um milhões, oitocentos e sessenta mil, seiscentos e oitenta e dois reais e sessenta e oito centavos) e valor semestral de R\$41.426.300,54 (quarenta e um milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, trezentos reais e cinquenta e quatro centavos). Em se tratando de valores empenhados, alcançou um desempenho de 27,45%, correspondente ao valor de R\$11.369.941,38 (onze milhões, trezentos e sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e um reais e trinta e oito centavos) dos quais foram pagos R\$5.355.015,11 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, quinze reais e onze centavos), o qual representa um percentual de 12,93% sobre o valor concedido para o período.



A implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água tem como objetivo principal contribuir para a universalização do acesso à água em áreas rurais, notadamente para as populações dispersas, disponibilizando-a com a quantidade e a qualidade necessária ao consumo humano.

Quadro 32 – Execução Financeira dos Projetos Estruturantes / Infraestrutura Domiciliar

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual (a)	Limite Jan-Jun (b)	Valor Empenhado		Valor Pago	
					Absoluto (c)	(%) (c/b)	Absoluto (d)	(%) (d/b)
1	353	Construção de Cisternas de Placas (1)	8.557.618,33	8.557.618,33	3.658.145,57	42,75	3.658.145,57	42,75
2	385	Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água	19.311.520,33	19.311.520,33	6.618.163,21	34,27	1.096.869,54	5,68
3	389	Construção de Cisternas de Placas (2)	3.848.820,00	3.120.635,34	600.000,00	19,23	600.000,00	19,23

4	457	Implantação de Cisternas de Polietileno - Água para Todos	19.412.395,02	9.706.197,54	462.073,56	4,76	-	-
5	476	Construção de Cisternas de Placas (3)	730.329,00	730.329,00	31.559,04	4,32	-	0,00
TOTAL			51.860.682,68	41.426.300,54	11.369.941,38	27,45	5.355.015,11	12,93

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.1.3 Aplicação de Recursos Por Macrorregião

A aplicação de recursos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA no primeiro semestre de 2014 é registrada em todas as regiões e municípios do Estado do Ceará, intensificando-se naquelas que apresentam aspectos mais vulneráveis, incluindo os climáticos, como é o caso do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns e da Região do Cariri, que constitui-se na região mais populosa do estado, excluindo-se a RMF, com significativa participação da agricultura familiar no conjunto de estabelecimentos agrícolas.

Quadro 33 - Distribuição dos Recursos Aplicados

Descrição	Empenhado	(%)	População Beneficiada	(%)
REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA	9.324.352,71	12,85	75.421	4,68
LITORAL OESTE	9.104.829,58	12,55	128.570	7,98
SOBRAL / IBIAPABA	9.560.451,83	13,18	195.436	12,12
SERTÃO DE INHAMUNS	7.605.495,00	10,48	222.846	13,82
SERTÃO CENTRAL	14.011.800,68	19,31	312.934	19,41
BATURITÉ	3.775.499,00	5,20	81.340	5,05
LITORAL LESTE / JAGUARIBE	6.214.411,50	8,57	126.517	7,85
CARIRI / CENTRO SUL	12.952.414,84	17,85	468.967	29,09
Total	72.549.255,14	100,00	1.612.031	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.1.4 Principais Resultados/Dificuldades

Resultados

- Beneficiados 137.146 agricultores (as) de base familiar com 3.866,8 toneladas de sementes de milho híbrido milho variedade, feijão Caupi, feijão Phaseolus, sorgo forrageiro e mamona.
- Beneficiados 1.704 agricultores (as) familiares com aquisição de produtos da agricultura familiar do Programa de Aquisição de Alimentos.
- Beneficiadas 69.404 pessoas através de 607 entidades socioassistenciais com distribuição de alimentos oriundas do Programa de Aquisição de Alimentos.
- Adquiridos e distribuídos 4.116.194 litros de leite bovino pasteurizado tipo C.
- Adquiridos e distribuídos 274.191 litros de leite caprino padronizado.
- Realizados 334.119 inscrições de agricultores familiares do Programa Garantia Safra.
- Entregues 8.131 cisternas de placas, beneficiando 40.654 pessoas.
- Implantadas 1.389 cisternas de enxurrada, beneficiando 6.400 pessoas.
- Implantadas 3.561 cisternas de polietileno, beneficiando 14.956 pessoas.
- Formados 589 Agentes Rurais nos aspectos tecnológicos, gerenciais e organizacionais das atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares.
- 496 Agentes Rurais Supervisionados nos aspectos tecnológicos, gerenciais e organizacionais das atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares.
- Prestada Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) a 99.219 agricultores familiares, beneficiando um total de 338.877 pessoas.

Dificuldades

- Morosidade dos processos licitatórios, ocasionada principalmente pela falta de informação e documentação incompleta no corpo do processo;
- Dependência da liberação das subestações de energia elétrica por parte da COELCE para a conclusão da 2ª etapa do projeto Curupati depende;
- Dificuldade na armazenagem e logística das sementes e mudas do Programa Hora de Plantar;
- Dificuldade na fiscalização da execução de projetos executivos de Sistemas de Abastecimento de Água Simplificado oriundas do Projeto São José III ocasionada principalmente pela falta de poucos técnicos;

- Morosidade na publicação da Lei autorizativa de convênios com associações acarretando conseqüente atraso na elaboração dos convênios de despesa elaborados com as associações beneficiárias dos projetos financiados pelo FECOP.
- Baixa qualidade das prestações de contas apresentadas pelos convenientes ocasionando demora na liberação das parcelas dos convênios de despesa por estarem condicionadas à sua aprovação.
- Inadimplência por parte das entidades conveniadas, restringindo o repasse de recursos.
- Extrema irregularidade da quadra chuvosa.
- Morosidade das empresas contratadas na apresentação das medições de execução.
- Falta de capacitação inicial e continuada dos bolsistas de transferência tecnológica.
- Cancelamento de bolsas sem a substituição imediata.
- Desabastecimento de leite provocado pela estiagem.
- Indeferimento de empresas concorrentes em Edital de Credenciamento por ausência de documentação necessária.
- Atraso e/ou demora nos repasses dos recursos federais.
- Atraso e/ou demora na formalização de convênios de receita.
- Atraso e/ou demora no processo de contratação de empresas licitadas devido ausência de documentação necessária.
- Morosidade nas análises das manifestações de interesse dos beneficiários de projetos produtivos e abastecimento de água com vista a execução físico-financeira, devido ao significativo número de projetos apresentados.
- Entraves em processos licitatórios para aquisição de equipamentos.

3.2. Secretaria da Educação

3.2.1. Aspectos Gerais

A Secretaria da Educação – SEDUC tem como missão garantir educação básica com equidade e foco no sucesso do aluno. Em sua visão de futuro, objetiva ser uma organização eficaz que valoriza o desenvolvimento de pessoas, tendo como prioridade garantir, até 2014, o atendimento educacional de todas as crianças e jovens de 04 a 18 anos, a melhoria dos resultados de aprendizagem em todos os níveis de ensino e a efetiva articulação do ensino médio à educação profissional e ao mundo do trabalho.

Seus valores se traduzem em: Ética, Transparência, Efetividade, Equidade, Respeito, Busca de Excelência, Disposição de Servir.

No sentido do alcance da sua finalidade e objetivos, a SEDUC atua, por meio dos seus programas e projetos, desenvolvendo parcerias, buscando fortalecer o regime de colaboração entre União, Estado e Municípios, focalizando a alfabetização de crianças na idade certa e as ações voltadas para a educação profissional, a inclusão e o respeito à diversidade.

Em 2014, do total de 24 projetos aprovados pelo CCPIS, 9 são financiados exclusivamente pela fonte FECOP, representando um percentual de 37,50%, e 15 são financiados também por outras fontes, representando 62,50%. Apenas um projeto foi apresentado pela primeira vez no ano, sendo todos os demais são de continuidade.

Os recursos autorizados na fonte FECOP totalizam em 2014 R\$ 134.798.683,43 (cento e trinta e quatro milhões, setecentos e noventa e oito mil, seiscentos e oitenta e três reais e quarenta e três centavos), sendo que para o semestre janeiro a junho, o valor concedido foi de R\$81.652.084,54 (oitenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).

Os recursos financeiros que compreendem as outras fontes somam R\$120.701.085,91 (cento e vinte milhões, setecentos e um mil, oitenta e cinco reais e noventa e um centavos), ou seja, 47,24% do volume de recursos total dos projetos, no valor de R\$ 255.499.769,34 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, setecentos e sessenta e nove reais e trinta e quatro centavos), do qual 67,73% provêm do Governo Federal.

O Quadro 34, referente à execução financeira da SEDUC, mostra um desempenho de 73,31% do limite para o semestre e 56,41% do valor total pago. O projeto Prêmio Escola Nota 10, que

detém um valor bastante significativo, é executado apenas no segundo semestre, uma vez que sua execução depende dos resultados do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará para o cálculo do prêmio.

Quadro 34 – Execução Financeira da SEDUC

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Limite jan-jun	Valor empenhado	%	Valor pago	%
1	624	Construção de EEEP no Município de Granja	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	629	Construção de EEEP do Conjunto Ceará no Município de Fortaleza	2.847.075,36	2.847.075,36	740.352,36	26,00	740.352,36	26,00
3	632	Construção de EEEP no Município de Pacatuba	3.136.643,16	3.136.643,16	774.391,60	24,69	774.391,60	24,69
4	637	Construção de Centros de Educação Infantil – CEI	4.987.019,69	3.578.168,61	1.614.307,22	45,12	685.720,92	19,16
5	695	Construção de EEEP no Município de Limoeiro do Norte	412.598,24	412.598,24	412.598,24	100,00	37.706,46	9,14
6	733	Construção de EEEP no Município de Cariré	399.995,53	399.995,53	399.995,53	100,00	399.342,15	99,84
7	743	Construção de EEEP no Município de Pacujá	399.953,15	399.953,15	399.953,15	100,00	399.953,15	100,00
8	807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	25.859.257,87	5.079.087,12	4.596.603,12	90,50	2.982.641,35	58,72
9	818	Construção de EEEP no Município de Sobral	278.121,84	278.121,84	278.121,84	100,00	0,00	0,00
10	900	Projeto e-Jovem	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	40.000.000,00	40.000.000,00	35.000.000,00	87,50	35.000.000,00	87,50
12	1206	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Canindé	392.657,97	392.657,97	392.657,97	100,00	392.657,97	100,00
13	1222	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Quixeré	430.000,00	430.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	1262	Implantação de unidades Técnico-Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará – Granja e Lavras da Mangabeira	630.031,59	537.864,50	0,00	0,00	0,00	0,00

15	1285	Reforma e Ampliação da Escola de São Sebastião em Nova Roma – Tamboril	264.105,83	79.231,74	0,00	0,00	0,00	0,00
16	1315	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Parambu	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	1316	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Potiretama	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	1317	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Miraima	305.000,00	305.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	1318	Reforma de Escolas em Diversas Localidades - Tauá	280.228,48	168.137,08	0,00	0,00	0,00	0,00
20	1341	Prêmio Escola Nota Dez	21.124.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	10.000.000,00	5.555.555,52	1.090.110,86	19,62	1.040.676,22	18,73
22	1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	3.500.000,00	3.500.000,00	2.472.300,00	70,64	2.214.497,95	63,27
23	1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	1.780.930,45	1.780.930,45	1.699.588,12	95,43	1.389.071,55	78,00
24	1395	Reforma e Ampliação de Escolas Municipais de Diversas Localidades do Município de Fortaleza e do Centro de Formação e Atendimento ao Professor	9.991.064,27	9.991.064,27	9.991.064,27	100,00	0,00	0,00
Total			134.798.683,43	81.652.084,54	59.862.044,28	73,31	46.057.011,68	56,41

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.2.2. Desenvolvimento

Os projetos desenvolvidos pela SEDUC incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Estruturantes, nas seguintes categorias:

- Infraestrutura Comunitária, que envolve projetos de construção e reforma de equipamentos públicos que beneficiam toda uma comunidade.
- Inclusão Produtiva Urbana abrangendo os projetos de fomento e capacitação profissional, adequados às vocações locais, com vistas a inserção e reinserção do mercado de trabalho.

- Educação, que abrange projetos vinculados à educação formal em seus diversos estágios, desenvolvidos de forma complementar às ações regulares do Estado.

Os 24 projetos financiados pelo FECOP encontram-se agregados em três categorias conforme se segue: 19 apoiam a ***Infraestrutura comunitária***, sendo que 18 projetos que se destinam a reformas e construções, referentes a construção de 07 Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional; a construção de 05 Escolas Estaduais de Ensino Médio; reforma e ampliação de escolas municipais em Fortaleza, Tamboril e Tauá; reformas e ampliações de 48 unidades escolares estaduais; construção de Centros de Educação Infantil; Implantação de Unidades Técnico Pedagógicas e 01 projeto referente a premiação de escolas que obtiveram o melhor desempenho no Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará – SPAECE, com ênfase nas escolas inseridas no Programa de Alfabetização na Idade Certa através do Prêmio Escola Nota 10. Destaca-se ainda 04 projetos de ***Inclusão Produtiva Urbana***, sendo por meio dos projetos de formação técnica (concessão de bolsas para alunos do ensino médio integrado à educação profissional e seleção e contratação de professores para atuação nesse nível de ensino). Por fim, acrescenta-se 01 projeto categorizado na ***Educação***, voltado a gestão escolar.

3.2.2.1. Projetos Estruturantes - Infraestrutura Comunitária

No ano de 2014, os 19 projetos destinados à Infraestrutura Comunitária financiados com recursos do FECOP totalizaram R\$ 58.658.495,11 (cinquenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e onze centavos) de limite financeiro anual concedido, sendo que o valor empenhado nessa categoria até o mês de junho de 2014 foi de R\$16.093.553,08 (dezesseis milhões, noventa e três mil, quinhentos e cinquenta e três reais e oito centavos), representando 51,43% do limite semestral de R\$31.292.066,97 (trinta e um milhões, duzentos e noventa e dois mil, sessenta e seis reais e noventa e sete centavos), conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 35 – Projetos de Infraestrutura Comunitária

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Limite jan-jun	Valor empenhado	%	Valor pago	%
1	624	Construção de EEEP no Município de Granja	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	629	Construção de EEEP do Conjunto Ceará no Município de Fortaleza	2.847.075,36	2.847.075,36	740.352,36	26,00	740.352,36	26,00
3	632	Construção de EEEP no Município de Pacatuba	3.136.643,16	3.136.643,16	774.391,60	24,69	774.391,60	24,69
4	637	Construção de Centros de Educação Infantil – CEI	4.987.019,69	3.578.168,61	1.614.307,22	45,12	685.720,92	19,16
5	695	Construção de EEEP no Município de Limoeiro do Norte	412.598,24	412.598,24	412.598,24	100,00	37.706,46	9,14
6	733	Construção de EEEP no Município de Cariré	399.995,53	399.995,53	399.995,53	100,00	399.342,15	99,84
7	743	Construção de EEEP no Município de Pacujá	399.953,15	399.953,15	399.953,15	100,00	399.953,15	100,00
8	818	Construção de EEEP no Município de Sobral	278.121,84	278.121,84	278.121,84	100,00	0,00	0,00
9	1206	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Canindé	392.657,97	392.657,97	392.657,97	100,00	392.657,97	100,00
10	1222	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Quixeré	430.000,00	430.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	1262	Implantação de unidades Técnico-Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará – Granja e Lavras da Mangabeira	630.031,59	537.864,50	0,00	0,00	0,00	0,00
12	1285	Reforma e Ampliação da Escola de São Sebastião em Nova Roma – Tamboril	264.105,83	79.231,74	0,00	0,00	0,00	0,00
13	1315	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Parambu	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	1316	Construção de EEEM na Área Rural do Município de Potiretama	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	1317	Construção de EEEM na Área Rural do Município de	305.000,00	305.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

		Miraíma						
16	1318	Reforma de Escolas em Diversas Localidades - Tauá	280.228,48	168.137,08	0,00	0,00	0,00	0,00
17	1341	Prêmio Escola Nota Dez	21.124.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	10.000.000,00	5.555.555,52	1.090.110,86	19,62	1.040.676,22	18,73
19	1395	Reforma e Ampliação de Escolas Municipais de Diversas Localidades do Município de Fortaleza e do Centro de Formação e Atendimento ao Professor	9.991.064,27	9.991.064,27	9.991.064,27	100,00	0,00	0,00
Total			58.658.495,11	31.292.066,97	16.093.553,04	51,43	4.470.800,83	14,29

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

A gestão governamental tem privilegiado investimentos na expansão do ensino médio, responsabilidade constitucional do Estado, e no fortalecimento da política de formação e profissionalização dos jovens cearenses, expandindo a rede física, com a construção de Escolas Estaduais de Educação Profissional, tendo como objetivo propiciar oportunidade de inserção no processo produtivo e melhoria da qualidade de vida da população jovem.

Entre os 19 projetos desta categoria destaca-se a construção de 07 Escolas de Educação Profissional, com funcionamento em tempo integral, com capacidade de atendimento a 3.780 jovens cearenses, contribuindo para a geração de emprego e renda, além da possibilidade de ingresso na universidade, bem como a construção de 05 Escolas Estaduais de Ensino Médio, com funcionamento nos três turnos que permitirá o acesso a 4.050 alunos a continuidade de estudos. Incluem-se ainda, a reforma e ampliação de escolas municipais em Fortaleza, Tamboril e Tauá, fortalecendo o Regime de Colaboração Estado e Municípios, propiciando a melhoria das condições físicas dessas escolas, o bem estar dos alunos e sua aprendizagem.

Complementam essa categoria as reformas e ampliações de unidades escolares estaduais, sendo 18 concluídas até o momento e 30 em execução e a construção de Centros de Educação Infantil, sendo que dos 19 CEIs previstos no projeto para 2014, dois estão concluídos e dezessete estão com obras em andamento.

Destacam-se ainda nesse grupo, a premiação das escolas por meio do incentivo àquelas que obtiveram o melhor desempenho na avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da

Educação Básica do Ceará (SPAECE) e apoio às escolas que tiveram a avaliação menos significativa, para que estas possam melhorar o nível de proficiência acadêmica dos alunos, através do Prêmio Escola Nota 10. O projeto de Implantação de Unidades Técnico Pedagógicas não foi executado no período.

Construção de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP)

No ano de 2007, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Profissionalizado com o objetivo de fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. Através do repasse de recursos para os Estados investirem na criação, modernização e expansão das redes públicas de ensino médio integrada à educação profissional, o Programa busca integrar o conhecimento do ensino médio à prática.

Nesse contexto, o Governo do Estado do Ceará, através da SEDUC, comprometido com a tarefa de elevar os resultados da escola pública e com atenção especial para o ensino médio, assumiu em 2008 o desafio de promover a articulação do currículo do ensino médio com a formação para o mundo do trabalho.

A estrutura das EEEP's abrange 4,5 mil metros quadrados, com 12 salas de aula, auditório para 200 lugares, biblioteca e dependências administrativas. Dispõe de Laboratórios Tecnológicos, de Línguas, Informática, Química, Física, Biologia e Matemática. Disponibiliza para a comunidade escolar também um ginásio poliesportivo e um teatro de arena. A construção segue o padrão estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC) para escolas profissionais e tem capacidade para atender 540 alunos em tempo integral.

A rede de EEEP apresenta um currículo que integra a formação geral do ensino médio às disciplinas dos cursos técnicos, com aulas das 7 às 17 horas. São modelos inovadores em conteúdo, método e gestão. Os estudantes contam com três refeições diárias, uniforme escolar, livros didáticos e técnicos, apoio permanente à aprendizagem e à formação.

Em 2014 permanece a proposta de conclusão de 07 EEEPs nos municípios de Granja, Pacatuba, Limoeiro do Norte, Cariré, Pacujá, Sobral e Fortaleza.

Escola de Educação Profissional (Padrão)



Fonte: SEDUC

Construção de Escolas Estaduais de Ensino Médio (EEEM)

A construção de Escolas Estaduais de Ensino Médio (EEEM) objetiva ampliar e melhorar a estrutura física da rede ensino na área rural para atender aos estudantes no mesmo local onde vivem, contribuindo para a permanência do aluno na escola.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2008 revelou que a escolaridade média da população cearense com 15 anos ou mais residente na zona rural é de 4 anos, contra 7,1 anos no meio urbano. Portanto, o investimento na infraestrutura fortalece o trabalho pedagógico da escola, proporcionando o interesse dos alunos pelos estudos.

O analfabetismo também é maior no campo: entre as pessoas de 15 anos ou mais, atinge 23,5% na área rural, quase 5,5 vezes superior ao verificado na zona urbana que é 4,3%. O estudo do Observatório da Equidade alerta que se o "Brasil Rural" fosse um país, teria o 4º pior desempenho entre os países da América Latina e Caribe, melhor apenas que Haiti (45,2%), Nicarágua (31,9%) e Guatemala (28,2%).

A estrutura física das EEEMs estão de acordo com o padrão MEC em tamanho para atender a necessidade de cada distrito e todas terão a mesma qualidade de uma escola construída na área urbana.

Em 2014 encontram-se em fase de conclusão as EEEM de Canindé, Quixeré, Potiretama e Miraíma; e, em andamento a construção da EEEM na zona rural do município de Parambu. No total, as 5 escolas irão beneficiar 1.890 estudantes do ensino médio.

Ampliação e Reforma de Escolas de Ensino Fundamental e Médio

Os projetos de ampliação e reforma de Escolas de Ensino Fundamental (EEF) e Escolas Estaduais de Ensino Médio (EEEM) foram elaborados considerando a persistência histórica das desigualdades educacionais entre a zona rural e urbana, embora o acesso ao ensino fundamental seja dado como universalizado em todo o Brasil. Na zona urbana, a criança que ingressa na educação infantil tem mais oportunidades de concluir o ensino superior, mas isso ainda não faz parte da realidade da grande maioria dos sujeitos do campo. Ainda no século 21, milhares de crianças e jovens enfrentam inúmeras barreiras para continuar os estudos e concluir as etapas do fundamental e do médio, em cenário que muitas vezes evoca os primeiros anos do século passado.

O projeto Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino tem como objetivos: reformar 200 escolas e ampliar 20 salas de aula nas escolas da rede pública de ensino de acordo com as demandas recebidas das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e da Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR), bem como possibilitar aos jovens de 15 a 17 anos da área de cobertura da Escola Estadual de Ensino Médio a oportunidade de uma educação de qualidade.

No sentido de fortalecer o Regime de Colaboração Estado e Município, o Estado também aloca recursos financeiros nas reformas e ampliação de Escolas de Ensino Fundamental, em parceria com as prefeituras. O Projeto Reforma e Ampliação de Escolas municipais de Fortaleza tem como proposta, beneficiar 06 escolas de período integral e o Centro de Formação e Atendimento ao Professores. Até junho de 2014 o processo licitatório encontrava-se em andamento, sem previsão para início da execução das obras.

No município de Tauá, foi cumprida a meta de reforma de 51 escolas em 2013. Foi objeto de novo convênio a reforma/ampliação de mais 11 Escolas, que até o final do semestre de 2014 ainda não havia sido publicado no Diário Oficial do Estado.

Construção de Centros de Educação Infantil (CEI)

Entre os brasileiros de 4 e 5 anos que não estão matriculados nos sistemas de ensino público, 32% são oriundos de famílias com renda familiar per capita de até um quarto do salário mínimo e apenas 6,9% são de famílias com renda superior a 2 salários mínimos per capita.

Os desafios que se colocam para o desenvolvimento das políticas direcionadas à educação infantil são abrangentes, requerendo, tanto dos setores públicos, quanto da sociedade civil,

integração e parceria para superação das demandas de acesso e qualidade desse nível de ensino, constituindo um importante incremento na cobertura dessas faixas, em particular das crianças de 4 e 5 anos, seja pelas condições físicas e materiais que serão ofertadas, seja pela iniciativa indutora do Estado.

A rede municipal, conforme prevê a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é a principal responsável pela oferta de educação infantil. A maior oferta de matrículas para essa etapa da educação básica está concentrada na zona urbana, representando para o Brasil e Ceará uma média de mais de 60% da oferta.

No Ceará, as estatísticas educacionais da SEDUC apresentaram um déficit de 42% no atendimento às crianças de 0 a 5 anos. Este quadro, agregado às precárias condições existentes na estrutura física dos estabelecimentos e espaços educativos, amplia a responsabilidade dos gestores públicos quanto à adoção de medidas para a solução deste grave problema social.

Implantação de Unidades Técnico Pedagógicas

O projeto se apóia na necessidade de suprir as escolas agropecuárias de Granja e Lavras da Mangabeira de unidades técnico-pedagógicas de produção que auxiliem o ensino e aprendizagem dos discentes, na perspectiva de proporcionar-lhes as práticas de manejo agrícola e manejo animal imprescindíveis para o desenvolvimento de uma formação eficaz, centradas nos princípios da convivência com o semi-árido e agroecologia.

O projeto é constituído das seguintes ações: 1- Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Avicultura Caipira; 2- Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Produção de Ovinocaprinocultura; 3- Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Produção de Bovinocultura; 4-Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Produção de Aquicultura; 5- Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Produção de Horticufruticultura.

Até junho de 2014 não foi iniciado a execução do projeto, uma vez que a SEDUC aguarda regulamentação legal para os repasses para as escolas.

Prêmio Escola Nota 10

O Prêmio Escola Nota Dez, instituído através da Lei Estadual Nº14. 371 de 19 de junho de 2009 inclui-se no âmbito do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) e foi criado com o objetivo de apoiar os municípios cearenses na melhoria da qualidade do ensino, da leitura e da escrita nas séries iniciais do ensino fundamental.

A Lei prevê que o Prêmio seja destinado para até 150 (cento e cinquenta) escolas públicas que apresentarem os seguintes critérios: ter pelo menos 20 (vinte) alunos matriculados no 2º ano do ensino fundamental regular e ter o Indicador de Desempenho Escolar de Alfabetização (IDE- Alfa) situado no intervalo entre 8,5 e 10,0. Além disso, garante contribuição financeira a até 150 escolas com menores IDE-Alfa.

Em 06 de dezembro de 2011 foi aprovada a Lei Estadual Nº15.052, que disciplina o Prêmio Escola Nota Dez e revoga a legislação anterior. A nova legislação determina que a cada ano sejam premiadas até 150 escolas públicas do segundo ano e até 150 escolas públicas do quinto ano do Ensino Fundamental. Também beneficia as escolas públicas, em igual número das premiadas, que obtiveram menores resultados nas avaliações do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) do segundo e quinto anos.

Tendo em vista que os resultados do Sistema Permanente de Avaliação não estavam disponíveis em tempo hábil, não houve distribuição do prêmio no 1º semestre do corrente ano. Contudo, a avaliação aconteceu no 1º semestre, mas o repasse das parcelas ficará para o 2º semestre. Foram premiadas 404 escolas, sendo que 96 foram selecionadas nas duas modalidades.

3.2.2.2 Projetos Estruturantes – Inclusão Produtiva Urbana

Constitui a segunda subcategoria de projetos estruturantes, com 04 projetos, dentre os quais se destacam a Formação Técnica e Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, as escolas que tratam das disciplinas específicas de cada curso e que não estão contempladas nas contratações realizadas por meio de concurso exclusivo para as demais áreas do conhecimento do núcleo comum.

Em 2014 os quatro projetos destinados a Inclusão Produtiva Urbana totalizaram R\$72.640.188,32 (setenta e dois milhões, seiscentos e quarenta mil, cento e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos), de limite financeiro anual concedido, tendo como limite semestral (jan-jun) o valor de R\$48.860.017,67 (quarenta e oito milhões, oitocentos e sessenta mil, dezessete reais e sessenta e sete centavos) com execução de 84,53%, ou seja, R\$41.296.191,24 (quarenta e um milhões, duzentos e noventa e seis reais, cento e noventa e um mil e vinte e quatro centavos), conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 36 – Projetos de Inclusão Produtiva Urbana

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Limite jan-jun	Valor empenhado	%	Valor pago	%
1	807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	25.859.257,87	5.079.087,12	4.596.603,12	90,50	2.982.641,35	58,72
2	900	Projeto e-Jovem	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	40.000.000,00	40.000.000,00	35.000.000,00	87,50	35.000.000,00	87,50
4	1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	1.780.930,45	1.780.930,45	1.699.588,12	95,43	1.389.071,55	78,00
Total			72.640.188,32	46.860.017,67	41.296.191,24	88,13	39.371.712,98	84,02

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Concessão de Bolsa Estágio

A Política Estadual de Estágio envolve concessão de bolsa estágio, auxílio transporte, seguro contra acidentes pessoais e aquisição de Equipamento de Proteção Individual (EPI). Esse conjunto de ações visa possibilitar aos educandos das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) e do Projeto e-Jovem o desenvolvimento das potencialidades individuais, desenvolvendo a capacidade empreendedora de jovens profissionais capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias técnicas científicas. O Projeto diminui o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, bem como incentiva o exercício da observação, do senso crítico, da criatividade e do relacionamento.

Educandos do Curso de Manutenção Automotiva



Fonte: SEDUC

Educandos do Curso de Edificações



Fonte: SEDUC

Projeto e-Jovem

O projeto e-Jovem objetiva tornar os educandos mais preparados para o mundo laboral tendo por vertentes a associação entre estudo e o trabalho. Esta política possibilita a seus beneficiários um diferencial na sua formação, constituindo-se em importantes estratégias de impacto econômico e social.

O projeto é desenvolvido em dois módulos. O Módulo I é composto por linguagens básicas, nas áreas de Matemática, Português, Inglês Instrumental, Informática Básica e Preparação para o Trabalho e Prática Social, com carga horária de 400h/a. A concepção pedagógica norteadora baseia-se em Educação à Distância (EaD), com metodologia semipresencial, pressupondo que a aprendizagem aconteça de forma autônoma, significativa e efetiva, diversificando as formas de acesso, produção e apresentação da informação.

O Módulo II oferece uma formação técnica e profissional contemplando conteúdos em áreas específicas de conhecimento em Tecnologia da Informação. Dentre as disciplinas tem-se: Software Livre (Linux Básico e Avançado, BrOffice), Suporte a Hardware e Redes de Computadores, Criação e Manipulação de Imagens (Gimp e Inkscape), Desenvolvimento WEB I e II (Lógica, CSS, PHP), Java Script, Banco de Dados, Sistema de Gerenciamento de Conteúdo (Joomla), Inglês Técnico, Empregabilidade e Empreendedorismo, totalizando 880h/a. Neste módulo a ênfase é no ensino presencial através de aulas teóricas e práticas utilizando o computador como ferramenta de ensino e aprendizagem das tecnologias de construção de websites, redes, hardware e de programação.

Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional

As Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) oportunizam a profissionalização dos educandos, novos caminhos para a busca do conhecimento, geração de emprego e renda, implantação de incubadoras para atender a demanda local, além de incentivar a permanência do jovem no próprio local de moradia.

Constitui-se também em uma estratégia que visa estimular a permanência do jovem no ambiente escolar, facilitando, a transição entre a escola e o trabalho, assegurando-lhes direitos de acesso à educação e ao mundo de trabalho. As imagens 01 e 02 demonstram momentos da vivência dos educandos nas escolas.

No sentido de fortalecer e instrumentalizar os estudantes, são utilizados:

- Materiais pedagógicos, de modo a lhes permitir o desenvolvimento da autonomia intelectual dos fundamentos teórico-metodológicos dos conteúdos, tanto nas situações de aprendizagem desenvolvidas em sala de aula quanto no autodesenvolvimento profissional dos alunos das 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio;
- Tecnologia SEBRAE para desenvolvimento das competências empreendedoras, que contribuam para o planejamento e criação de negócios sustentáveis, com foco em oportunidades identificadas no mercado para os alunos de 1ª série do ensino médio;
- Material didático da parte diversificada do currículo, atendendo às disciplinas Mundo do Trabalho e Projeto de Vida.

Destaca-se ainda, a seleção e contratação de professores para atuação nas disciplinas ofertadas nas diversas áreas profissionalizantes do ensino médio integrado à educação profissional.

EEEP Francisco Aristóteles de Sousa – Itaitinga



Fonte: SEDUC

Educandos do curso de Técnico de Enfermagem da EEEP Joaquim Nogueira



Fonte: SEDUC

3.2.2.3. Projetos Estruturantes - Educação

A terceira categoria, Educação compreende o Projeto Jovem de Futuro que é voltado para a Gestão Escolar para Resultados, realizado em parceria com o Instituto Unibanco que tem como foco garantir que os jovens entrem, tenham um bom desempenho e concluam o ensino médio.

O Projeto Jovem de Futuro, único nesta categoria financiado com recursos do FECOP, totalizou R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) de limite financeiro anual, mesmo valor previsto para desembolso no semestre, com execução de 70,64%, ou seja, R\$ 2.472.300,00 (dois milhões, quatrocentos e setenta e dois mil e trezentos reais), conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 37 – Projetos na Área de Educação

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Limite jan-jun	Valor empenhado	%	Valor pago	%
1	1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	3.500.000,00	3.500.000,00	2.472.300,00	70,64	2.214.497,95	63,27
Total			3.500.000,00	3.500.000,00	2.472.300,00	70,64	2.214.497,95	63,27

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Com duração de três anos, o Projeto oferece apoio técnico e financeiro para a concepção, implantação e avaliação de suas atividades e visa aumentar significativamente a proficiência dos alunos em língua portuguesa e matemática.

No sentido do alcance desses objetivos, foram estabelecidas metas a serem atingidas ao longo do Projeto, como: redução de 50% na proporção de alunos com rendimento abaixo do nível intermediário das avaliações em larga escala do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB e Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE; aumento de 25 pontos na média de desempenho nas disciplinas de língua portuguesa e matemática e, ainda, redução de 40% na evasão de alunos entre o primeiro e último ano de sua implementação.

3.2.3. Aplicação dos Recursos por Macrorregião

Do total de recursos empenhados no primeiro semestre de 2014, a Região Metropolitana de Fortaleza concentra 51,59% no período, conforme quadro a seguir:

Quadro 38 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	30.883.765,08	51,59	33.399	33,08
2-LITORAL OESTE	4.962.062,87	8,29	11.173	11,06
3-SOBRAL/IBIAPABA	6.655.949,66	11,12	13.570	13,44
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	2.799.612,87	4,68	7.453	7,38
5-SERTÃO CENTRAL	3.746.599,84	6,26	8.014	7,93
6-BATURITÉ	208.642,24	0,35	605	0,59
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	3.454.064,17	5,77	8.291	8,21
8-CARIRI/CENTRO SUL	7.151.347,55	11,95	18.435	18,26
TOTAL	59.862.044,28	100,00	100.940	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

A concentração de recursos na RMF pode ser justificada por diversos aspectos, entre eles:

- Segundo o Perfil Educacional dos Jovens de 15 a 17 anos – Análise Comparativa – Brasil, Nordeste e Ceará, de agosto 2013, existem alguns fatores que explicam a alta taxa de residência na RMF, quais sejam: o município de Fortaleza, em 2010 concentrava 29% da população total; a capital cearense apresenta 7.786,5 hab./ km²; em 2009 já existiam 15 municípios compondo a RMF.

- Destacam-se também nessa região os problemas sociais mais graves como desemprego, risco social e pessoal e pobreza, associados à alta concentração populacional, representando 43% da população do Estado, segundo o Censo de 2010.
- A maior parte do valor empenhado na RMF foi executado por meio do projeto Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional e projeto Concessão de Bolsas de Estudo para Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional que concede bolsas para alunos do 3º ano do Ensino Médio das EEEPs e alunos do e-Jovem. Considerando a concentração da população na RMF, justifica-se o maior número de atendimento de jovens nestes municípios.

3.2.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados

- Em andamento a construção de 5 Escolas Estaduais de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EEEP), obras em andamento, nos municípios de Fortaleza (93,71 % de execução física), Cariré (99,99% de execução física), Granja (90,64% de execução física), Pacatuba (98% de execução física), Limoeiro do Norte (30% de execução física).
- Concluídas 2 Escolas Estaduais de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EEEP) em Pacujá e Sobral.
- Concluídas 18 obras em Escolas Regulares, Escolas Profissionalizantes, Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) e Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE), sendo 14 reformas e 4 ampliações, beneficiando 2.811 pessoas.
- Continuidade na execução de 30 obras nas Escolas Regulares, Escolas Profissionalizantes, Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAS), Escolas Indígenas e CREDES, sendo 22 reformas e 8 ampliações em 28 municípios.
- Em andamento a construção de 05 EEEMs, obras em andamento, nos municípios de Canindé (98,97% de execução física), Quixeré (75,90% de execução física), Potiretama (77,15% de execução física), Miraíma (90,21% de execução física) e Parambu (56,75% de execução física).
- Concluídos 02 CEIs em Horizonte e Irauçuba.

- Em andamento a construção de 17 CEIs, obras em andamento, nos seguintes municípios: Horizonte (1 CEI onde um está com 94,67%), Guaraciaba do Norte (1 CEI com 79/90%), Sobral (3 CEIs onde um está com 87,37%, outro com 88,21% e o último com 95,27%), Cariré (1 CEI com 89,98%), Tianguá (3 CEIs onde um está com 61,57%, outro com 57,28% e o último com 57,98%), Varjota (1 CEI com 91,03%), Ubajara (1 CEI com 93,92%), Tauá (2 CEIs onde um está 23,54% e o outro com 69,37%), Itatira (1 CEI com 20,22%), Quixeramobim (1 CEI com 76,26%), Redenção (1 CEI com 98,88%), Mauriti (1 CEI com 33,74%).
- Em andamento a formação de 41.652 educandos, nível médio/técnico nas EEEP, distribuídos por macrorregião, sendo RO I: 13.401 alunos; RO II: 5.071 alunos; RO III: 5.090 alunos; RO IV: 3.302 alunos; RO V: 3.461 alunos; RO VI: 289 alunos; RO VII: 3.525 alunos; RO VIII: 7.513 alunos.
- Concedidas 4.869 bolsas de estágio para os educandos das EEEPs cumprirem seu estágio curricular obrigatório.
- Distribuídos 6.055 kits de Equipamento de Proteção Individual (EPI) para os educandos das EEEPs cumprirem seu estágio curricular obrigatório.

Dificuldades

- A impossibilidade de execução dos projetos que dependem de repasse de recursos financeiros para as Unidades Escolares devido a necessidade de formalização/legalização dos mencionados repasses. Como medida resultante da solicitação do Tribunal de Contas do Estado (TCE) foi publicado no D.O.E a Lei Complementar nº 137 de 23/05/2014, que dispõe sobre regras para aplicação de recursos financeiros pelas Unidades Administrativas e Escolas Públicas Estaduais. Deste modo, para que os repasses sejam concretizados, aguarda-se a regulamentação da Lei Complementar nº 137 para o segundo semestre do corrente ano.
- A execução dos projetos referentes a construção de obras civis sofreu atrasos devido a descumprimento dos prazos de entrega do objeto, pendência de documentação na entrega da medição final, rescisão contratual e ainda relacionados ao trâmite de dispensa de licitação, o que acarreta uma demora significativa na entrega do produto final. Para superação destes obstáculos, a SEDUC, em parceria com o Departamento de arquitetura e Engenharia (DAE), decidiu adotar mecanismos mais efetivos para o monitoramento das ações.
- Em relação ao Projeto Jovem de Futuro, houve atrasos principalmente na elaboração coletiva dos Planos Escolares e na realização das visitas mensais pela superintendência às

escolas. Para sanar essa situação, foram adotadas as providências que se seguem: reforço, junto às escolas, sobre a importância do planejamento coletivo; envolvimento das CREDE's e da Superintendência de Fortaleza (SEFOR) na realização de monitoramento do Projeto, e viabilização de recursos financeiros para realização de visitas às escolas com maior frequência.

3.3. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

3.3.1. Aspectos Gerais

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) tem como missão contribuir para elevação da qualidade de vida da população cearense, sobretudo dos segmentos socialmente vulnerabilizados, através da coordenação e execução das Políticas do Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional.

Para alcançar os objetivos pretendidos em 2014, a STDS contou com os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), na ordem de R\$76.286.039,69 (setenta e seis milhões, duzentos e oitenta e seis mil, trinta e nove reais e sessenta e nove centavos), que viabilizaram o atendimento a 478.169 pessoas por meio da execução de 33 (trinta e três) projetos que contemplam serviços e ações de enfrentamento à pobreza.

Do total de projetos financiados pelo FECOP, 20 são voltados à área da Proteção Social, 01 de Segurança Alimentar e Nutricional, 10 de Inclusão Produtiva Urbana de seus beneficiários, através de ações de capacitação/fomento, e, por último 02 são destinados à Infraestrutura Comunitária. Também é importante frisar que todos os projetos aprovados no período em análise são de continuidade, ou seja, vem sendo financiados há pelo menos dois anos consecutivos.

Convém registrar que a execução financeira da STDS no referido semestre foi de R\$29.680.953,07 (vinte e nove milhões, seiscentos e oitenta mil, novecentos e cinquenta e três reais e sete centavos), correspondendo a 70,39% do valor total dos recursos programados para o semestre, no valor de R\$42.164.775,72 (quarenta e dois milhões, cento e sessenta e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais e setenta e dois centavos). Tais recursos suplementam as destinações orçamentárias da União e financiam integralmente a implementação das ações orçamentárias programadas de enfrentamento à pobreza, seja na forma de contrapartida, de transferência direta aos municípios, via convênios/co-financiamento, ou como repasse a organizações não governamentais, que desenvolvem projetos em parceria com o Estado.

Ressalta-se ainda que a maioria dos projetos em execução tem como fonte de financiamento somente os recursos do FECOP, com exceção do Projovem Trabalhador- Juventude Cidadã, Política Integrada de Economia Solidária e do projeto Inclusão Social e Produtiva de Famílias Cearenses Cadastradas no Cadúnico. Os dois primeiros são frutos de uma parceria entre o Governo do Estado com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e o terceiro com o

Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. O montante dos recursos aportados pelos órgãos federais para o ano de 2014 foi de R\$13.395.816,78 (treze milhões, trezentos e noventa e cinco mil, oitocentos e dezesseis reais e setenta e oito centavos), que corresponde a 14,94% do orçamento total do FECOP destinado à STDS.

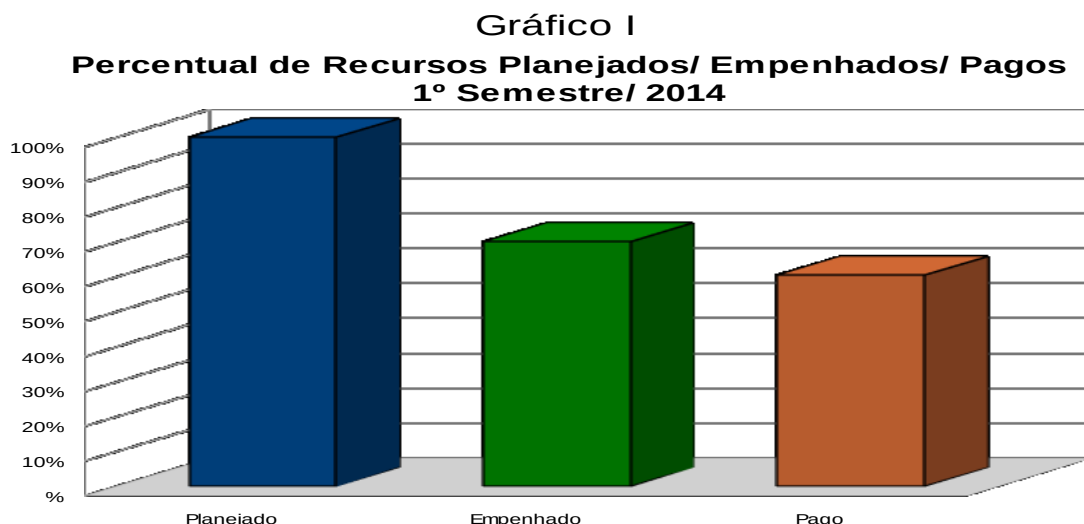
Quadro 39 - Execução Financeira da STDS

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Limite jan-jun	Valor empenhado	%	Valor pago	%
1	08 10 40	Criando Oportunidade – Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	4.490.000,00	1.571.500,00	1.218.560,90	77,54	1.169.992,10	74,45
2	12	Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã	1.100.371,26	1.100.371,26	545.252,92	49,55	375.012,19	34,08
3	13	Estação Família	1.500.000,00	1.500.000,00	937.500,00	62,50	870.000,00	58
4	14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica – Casa do Caminho	300.000,00	150.000,00	131.771,52	87,85	131.271,52	87,51
5	15	Abrigo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono – Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia	5.200.000,00	2.882.054,98	2.511.662,55	87,15	2.320.841,30	80,53
6	17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABC's, Círcos e CIP'S)	6.500.000,00	3.458.539,68	3.406.665,57	98,5	3.326.754,44	96,19
7	18	Espaço Viva Gente	2.000.000,00	1.002.999,98	1.003.030,42	100	1.001.657,41	99,87
8	19	Famílias Desafios e Inclusão Social	2.400.000,00	1.212.000,00	1.099.003,46	90,68	1.080.143,40	89,12
9	23	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza (Proteção Social Básica)	2.200.000,00	1.200.000,00	1.036.950,00	86,41	841.350,00	70,11
10	23	Juventude Empreendedora	1.550.000,00	775.000,00	775.000,00	100	0,00	0
11	24	Fortalecimento da Rede Socioassistencial (Subvenção Social)	2.700.000,00	900.000,00	346.510,00	38,5	0,00	0
12	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	7.300.000,00	3.652.500,00	3.442.500,00	94,25	2.800.800,00	76,68
13	26	Artesanato Competitivo	1.750.000,00	1.750.000,00	1.636.684,00	93,52	1.636.684,00	93,52
14	28	Restaurante Popular Mesa do Povo (Segurança Alimentar e Nutricional)	930.000,00	930.000,00	798.017,73	85,81	798.017,73	85,81
15	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS	6.000.000,00	2.928.100,80	2.898.335,54	98,98	2.838.123,89	96,93

16	31	Fortalecimento da Rede de Assistência Social da STDS (Ações/Serviços Socioassistenciais Complementares)	2.300.000,00	1.150.000,00	363.397,99	31,6	0,00	0
17	32	Investimento Cidadão	670.000,00	387.760,00	196.065,99	50,56	159.105,99	41,03
18	34	Terceira Idade Cidadã	1.550.000,00	920.000,00	348.753,07	37,91	254.253,07	27,64
19	43	Idoso Sujeito Pleno	2.000.000,00	1.330.380,02	1.000.981,65	75,24	835.816,65	62,83
20	44	Primeiro Passo	8.500.000,00	3.893.470,00	1.801.030,83	46,26	1.416.490,17	36,38
21	48	Centro de Profissionalização Inclusiva para Pessoas com Deficiência em Fortaleza	55.056,99	55.056,99	35.346,33	64,2	0,00	0
22	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	550.000,00	263.000,00	221.112,45	84,07	221.112,45	84,07
23	68	De Volta Pra Casa: Uma Proposta Metodológica de Reinserção Social de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	420.000,00	210.000,00	176.225,00	83,92	176.225,00	83,92
24	71	Garantindo à Acessibilidade	1.000.000,00	650.000,00	308.307,60	47,43	308.307,60	47,43
25	87	Construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC	25.317,85	25.317,85	0,00	0	0,00	0
26	88	Construção e Equipamentos para o Abrigo de Idosos	1.945.431,52	1.945.431,52	0,00	0	0,00	0
27	93	CE-Jovem Aprendizagem em Serviço	8.000.000,00	3.670.447,17	2.522.087,55	68,71	2.257.115,55	61,49
28	95	Inclusão Social e Produtiva de Famílias Cearenses Cadastradas no CadÚnico	560.000,00	528.333,40	0,00	0	0,00	0
29	130	Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri	898.000,00	898.000,00	815.200,00	90,78	815.200,00	90,78
30	181	Geração Livre	210.000,00	105.150,00	105.000,00	99,86	105.000,00	99,86
31	211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes	900.000,00	337.500,00	0,00	0	0,00	0
32	242	Centro das Rendeiras do Iguape	111.862,07	111.862,07	0,00	0	0,00	0
33	258	Política Integrada de Economia Solidária	670.000,00	670.000,00	0,00	0	0,00	0
Total			76.286.039,69	42.164.775,72	29.680.953,07	70,39	25.739.274,46	61,04

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 12 – Percentual de Recursos Planejados/Empenhados/Pagos



3.3.2. Desenvolvimento

Os projetos desenvolvidos pela STDS incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Assistenciais, nas modalidades Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Segurança Alimentar e Nutricional; e Projetos Estruturantes, na subcategoria Inclusão Produtiva Urbana.

Projetos Assistenciais:

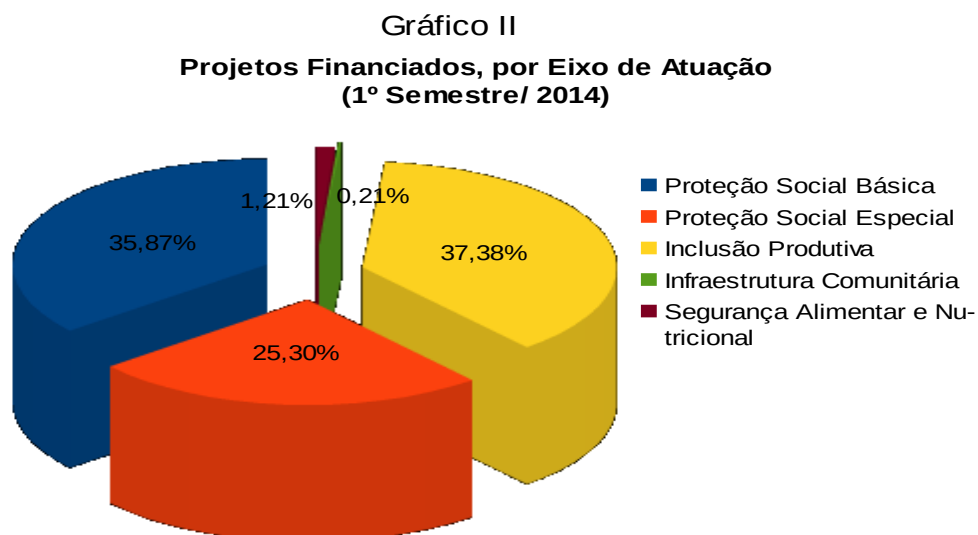
- Proteção Social Básica, envolvendo os projetos de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos conforme identificação da vulnerabilidade apresentada;
- Proteção Social Especial, agregando os projetos que tem como foco as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados;
- Segurança Alimentar e Nutricional, envolvendo os projetos que contribuem para a melhoria das condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente e modo permanente.

Projetos Estruturantes:

- Inclusão Produtiva Urbana que inclui os projetos de fomento e capacitação profissional, adequados às vocações locais, com vistas à inserção e reinserção no mercado formal de trabalho.

- Infraestrutura Comunitária, que envolve projetos de construção e reforma de equipamentos públicos que beneficiam toda a comunidade.

Gráfico 13 – Projetos por Eixo de Atuação



3.3.2.1. Projetos Assistenciais

Proteção Social Básica (Ação Preventiva)

Em 2014 foram apoiados com recursos do FECOP 10 projetos na categoria Proteção Social Básica que se destacam por prestar de forma articulada as seguranças afiançadas pela Política de Assistência Social por meio da inclusão dos beneficiários e de suas famílias nos serviços socioassistenciais e de outras políticas setoriais. Tal estratégia fortalece as potencialidades familiares e amplia o leque de oportunidades, promovendo a superação das situações de vulnerabilidade e risco social.

O orçamento total desta categoria para o ano de foi de R\$27.370.000,00 (vinte e sete milhões e trezentos e setenta mil reais), sendo que o limite semestral foi de R\$14.496.799,66 (quatorze milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, setecentos e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos). A execução foi de R\$ 12.038.090,96 (doze milhões, trinta e oito mil, noventa reais e noventa e seis centavos), que corresponde a 83,03% do valor planejado para o período em análise, conforme mostra quadro a seguir:

Quadro 40 - Execução Financeira – Projetos da Categoria Proteção Social Básica

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	13	Estação Família	1.500.000,00	1.500.000,00	937.500,00	62,5	870.000,00	58
2	17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABC's, Circos e CIP'S)	6.500.000,00	3.458.539,68	3.406.665,57	98,5	3.326.754,44	96,19
3	18	Espaço Viva Gente	2.000.000,00	1.002.999,98	1.003.030,42	100	1.001.657,41	99,87
4	19	Famílias Desafios e Inclusão Social	2.400.000,00	1.212.000,00	1.099.003,46	90,68	1.080.143,40	89,12
5	23	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza (Proteção Social Básica)	2.200.000,00	1.200.000,00	1.036.950,00	86,41	841.350,00	70,11
6	24	Fortalecimento da Rede Socioassistencial (Subvenção Social)	2.700.000,00	900.000,00	346.510,00	38,5	0,00	0
7	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	7.300.000,00	3.652.500,00	3.442.500,00	94,25	2.800.800,00	76,68
8	32	Investimento Cidadão	670.000,00	387.760,00	196.065,99	50,56	159.105,99	41,03
9	34	Terceira Idade Cidadã	1.550.000,00	920.000,00	348.753,07	37,91	254.253,07	27,64
10	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	550.000,00	263.000,00	221.112,45	84,07	221.112,45	84,07
Total			27.370.000,00	14.496.799,66	12.038.090,96	83,03	10.555.176,76	72,81

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Todas as ações da Proteção Social Básica têm como porta de entrada do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O CRAS é uma unidade pública municipal, integrante do SUAS, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, bem como à articulação destes serviços no seu território de abrangência e a atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social.

O Projeto Estação Família capacita equipes técnicas municipais para trabalhar o desenvolvimento de competências familiares nos eixos de cognição, de relações e de direitos juntos às famílias, contribuindo para o empoderamento das mulheres.

A Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) é um serviço ofertado necessariamente no CRAS, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias,

prevenir a ruptura de seus vínculos, e contribuir na melhoria de sua qualidade. O cofinanciamento dos PAIF constitui-se num grande avanço na forma de executar a Política da Assistência Social, alterando a lógica do financiamento entre o Município e o Estado, e desses com a União; e, permite viabilizar o atendimento das necessidades efetivamente identificadas nos territórios dos municípios, de acordo com sua natureza.

A Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos de Pessoas em Situação de Extrema Pobreza é uma ação continuada, que objetiva apoiar técnica e financeiramente os municípios nas despesas de custeio relativas a auxílios-natalidade e funeral, os quais se caracterizam como benefício da proteção social básica, assegurados pela Política da Assistência Social à populações em situação de risco, que se enquadram em critérios pré estabelecidos em dispositivos legais.

Registra-se, ainda, as ações dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, implementadas através dos projetos voltados para idosos, deficientes, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social dentre outros. Nessa ótica, foram implementados os projetos Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais, Espaço Viva Gente, Investimento Cidadão, Terceira Idade Cidadã, Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social, Famílias Desafios à Inclusão Social e Fortalecimento da Rede Socioassistencial (Subvenção Social Básica).

Nesse contexto, destacam-se os projetos Espaço Viva Gente, que se caracteriza como uma unidade pública integrante da rede socioassistencial com função de proteção social básica junto às crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir os riscos sociais através da implementação de estratégias de arte-cultura, esporte e qualificação profissional para o desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Com o mesmo foco evidencia-se o projeto Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais cujo objetivo é fortalecer a cidadania de crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 17 anos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, através de ações que visem o desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. As atividades socioeducativas, estão consolidadas nos eixos estratégicos: esporte, nutrição, arte e cultura, informática e trabalho com as famílias. As ações são ofertadas nos contraturnos da escola, de forma que os usuários possam ter um atendimento complementar à jornada escolar. O referido projeto é executado em parceria com entidade comunitária, buscando a participação de representantes da sociedade civil e a divisão de responsabilidades na solução dos problemas vivenciados pelo público alvo. Cita-se ainda a municipalização da Unidade do

Conjunto são Miguel em Caucaia como parte do reordenamento da Proteção Social Básica no Estado.

Grupo de Chorinho - Espaço Viva Gente



Fonte: STDS

Proteção Social Especial (Ação Protetiva)

Neste subgrupo estão sendo apoiados 10 projetos, cujo orçamento para 2014 é de R\$19.300.749,37 (dezenove milhões, trezentos mil, setecentos e quarenta e nove reais e trinta e sete centavos), sendo que o limite programado para o primeiro semestre foi no valor de R\$11.063.935,17 (onze milhões, sessenta e três mil, novecentos e trinta e cinco reais e dezessete centavos) e executado até junho R\$ 7.187.374,25 (sete milhões, cento e oitenta e sete mil, trezentos e setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) o que corresponde 64,96% do valor planejado para o período.

Quadro 41 - Projetos Assistenciais - Proteção Social Especial

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica – Casa do Caminho	300.000,00	150.000,00	131.771,52	87,85	131.271,52	87,51
2	15	Abrigo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono – Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia	5.200.000,00	2.882.054,98	2.511.662,55	87,15	2.320.841,30	80,53
3	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS	6.000.000,00	2.928.100,80	2.898.335,54	98,98	2.838.123,89	96,93
4	31	Fortalecimento da Rede de Assistência Social da STDS (Ações/Serviços Socioassistenciais Complementares)	2.300.000,00	1.150.000,00	363.397,99	31,6	0,00	0
5	43	Idoso Sujeito Pleno	2.000.000,00	1.330.380,02	1.000.981,65	75,24	835.816,65	62,83
6	68	De Volta Pra Casa: Uma Proposta Metodológica de Reinserção Social de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	420.000,00	210.000,00	176.225,00	83,92	176.225,00	83,92
7	87	Construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC	25.317,85	25.317,85	0,00	0	0,00	0
8	88	Construção e Equipamentos para o Abrigo de Idosos	1.945.431,52	1.945.431,52	0,00	0	0,00	0
9	181	Geração Livre	210.000,00	105.150,00	105.000,00	99,86	105.000,00	99,86
10	211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes	900.000,00	337.500,00	0,00	0	0,00	0
Total			19.300.749,37	11.063.935,17	7.187.374,25	64,96	6.407.278,36	57,91

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Trata-se da modalidade de atendimento assistencial destinada às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, abuso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

São situações que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções. Portanto, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos, que assegurem a proteção aos direitos, à qualidade na atenção protetiva e à efetividade na reinserção almejada. Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos,

exigindo muitas vezes uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo.

É interessante ressaltar que o atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares não foram totalmente rompidos, requer maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e individualizada, assim como um acompanhamento sistemático e monitorado.

Desse modo, para dar concretude a essas demandas, foram implantados os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que funcionam como unidades de atendimento especializadas, de abrangência municipal ou regional, que ofertam serviços continuados, e tem como foco a família e a situação vivenciada.

Além do atendimento ofertado pelo CREAS Regional de Fortaleza em nossa capital e municípios vinculados (Acarape, Barreira, Chorozinho e Pindoretama), o Projeto co-financia 39 CREAS Municipais do interior do Estado do Ceará, conforme os indicadores do Censo do Mapa de Risco – CEMARIS.

Outro projeto que merece destaque é “Idoso Sujeito Pleno” que garante o abrigo a pessoas idosas com direitos ameaçados ou violados na Unidade de Abrigo dos Idosos, onde são ofertadas atividades culturais, educativas, lúdicas e de lazer na comunidade considerando a necessidade de manter o idoso ativo e participante da vida comunitária. Como avanço, cita-se a parceria com a Universidade Estadual do Ceará/Rede de saúde municipal de Fortaleza para ministrar cursos de capacitações aos servidores lotados na instituição como forma de melhorar o padrão de atendimento destinados aos beneficiários.

Nesta perspectiva, os projetos financiados pelo FECOP vêm fortalecendo os referidos serviços de Proteção Social Especial. Destacam-se os projetos que estão em andamento voltados aos serviços de acolhida e abrigo para crianças, adolescentes, idosos e mulheres vítimas de violência: Novos Caminhos para Proteção de Mulheres - Casa do Caminho, Abrigo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono - Abrigo Desembargador Olívio Câmara e Tia Júlia e Idoso Sujeito Pleno.

Merece destaque neste ano o Projeto Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes, fruto de uma parceria exitosa entre a STDS e o Instituto Piamarta, com a finalidade de ampliar o atendimento através do acolhimento institucional, desenvolvendo estratégias preventivas ao agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos. Para tanto, busca oferecer a crianças e adolescentes educação e promoção social por meio de atendimento em

tempo integral (24h), acolhendo-as em unidades socioassistenciais e educativas, que suprem as suas necessidades básicas e fortalecem a manutenção de vínculos familiares, contribuindo para a formação de cidadãos com valores humanos sólidos.

Há ainda, o projeto Geração Livre, que têm como alvo os jovens em conflito com a Lei, internados em unidades socioeducativas privativas de liberdade. Oferta um rol de ações, tais como: oficinas de profissionalização, prática esportiva, encontro sistemático com as famílias dos internos, e a construção de um projeto de vida que busque a ressignificação e a formação de novos valores, para o retorno à vida social/comunitária, após o cumprimento da medida socioeducativa de internação.

Registra-se ainda, que todos os serviços de Proteção Social Especial atuam diretamente ligados ao Sistema de Garantia de Direito (SGD), que é a articulação e a integração de várias instâncias do poder público na aplicação de mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal. Compõem este sistema órgãos como: Ministério Público, Juizado da Infância e da Adolescência, Defensoria Pública dentre outros. Na prática, o SGD visa dar celeridade a todas as questões que envolvam esses segmentos.

Unidade de Abrigo dos Idosos



Fonte: STDS

Segurança Alimentar e Nutricional

Em 2014 foram destinados à área de Segurança Alimentar e Nutricional, recursos na ordem de R\$930.000,00 (novecentos e trinta mil reais), com limite semestral de mesmo valor, sendo executados R\$798,017,73 (setecentos e noventa e oito mil, dezessete reais e setenta e três centavos), correspondente a 85,81% do valor planejado para o período, conforme registro no quadro a seguir.

Quadro 42 - Projetos Assistenciais - Segurança Alimentar e Nutricional

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	28	Restaurante Popular Mesa do Povo	930.000,00	930.000,00	798,017,73	85,81	798.017,73	85,81
Total			930.000,00	930.000,00	798.017,73	85,81	798.017,73	85,81

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional prevê a implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). O objetivo do SISAN é articular políticas na área, de modo a criar condições de assegurar de forma sustentável o direito à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade, suficientes à sobrevivência. As ações federais na área de Segurança Alimentar e Nutricional, estão organizadas em três eixos de atuação: apoio à produção, comercialização e consumo.

Os projetos dessa categoria, apoiados pela STDS, incluem-se no terceiro eixo, com ações de promoção do direito humano a alimentação adequada às pessoas em situação de insegurança alimentar, que fazem suas refeições fora do domicílio. Logo, através do Restaurante Popular Mesa do Povo, acontece a ampliação da oferta de refeições adequadas a preços acessíveis, à população de baixa renda.

O público beneficiário do restaurante é formado por trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes, aposentados, moradores de rua e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Destaca-se que nos meses de março e junho, foi realizada a pesquisa de satisfação junto aos usuários. Os dados pesquisados apontaram que 80% dos frequentadores estão muito satisfeito com a qualidade da alimentação ofertada e também preços cobrados. Também registra-se a programação de capacitação desenvolvida pela equipe do restaurante através de palestras, minicursos e oficinas sobre práticas alimentares saudáveis e eventos socioculturais.

Informa-se ainda, que o “Restaurante Popular Mesa do Povo” estava sendo mantido pela STDS desde 2002, mas será repassado para Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) / Secretaria do Trabalho (SETRA), a partir do dia 01/07/2014.

Restaurante Popular Mesa do Povo



Fonte: STDS

3.3.2.2. Projetos Estruturantes

Inclusão Produtiva Urbana (Fomento e Capacitação)

Em 2014 foram apoiados com recursos do FECOP 10 projetos de inclusão produtiva, cujo orçamento total é de R\$28.518.371,26 (vinte e oito milhões, quinhentos e dezoito mil, trezentos e setenta e um reais e vinte seis centavos), com limite semestral de 15.507.121,83 (quinze milhões, quinhentos e sete mil, cento e vinte e um reais e oitenta e três centavos), sendo executados até junho R\$9.622.123,80 (nove milhões, seiscentos e vinte e dois mil, cento e vinte e três reais e oitenta centavos), que corresponde a 62,04% do valor planejado para o período em análise.

Quadro 43 - Projetos de Inclusão Produtiva Urbana

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	12	Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã	1.100.371,26	1.100.371,26	545.252,92	49,55	375.012,19	34,08
2	23	Juventude Empreendedora	1.550.000,00	775.000,00	775.000,00	100	0,00	0
3	26	Artesanato Competitivo	1.750.000,00	1.750.000,00	1.636.684,00	93,52	1.636.684,00	93,52
4	44	Primeiro Passo	8.500.000,00	3.893.470,00	1.801.030,83	46,26	1.416.490,17	36,38
5	71	Garantindo à Acessibilidade	1.000.000,00	650.000,00	308.307,60	47,43	308.307,60	47,43
6	93	CE-Jovem Aprendizagem em Serviço	8.000.000,00	3.670.447,17	2.522.087,55	68,71	2.257.115,55	61,49
7	258	Política Integrada de Economia Solidária	670.000,00	670.000,00	0,00	0	0,00	0
8	130	Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri	898.000,00	898.000,00	815.200,00	90,78	815.200,00	90,78
9	08	Criando Oportunidade – Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	4.490.000,00	1.571.500,00	1.218.560,90	77,54	1.169.992,10	74,45
10	10							
11	40							
12	95	Inclusão Social e Produtiva de Famílias Cearenses Cadastradas no CadÚnico	560.000,00	528.333,40	0,00	0	0,00	0
Total			28.518.371,26	15.507.121,83	9.622.123,80	62,04	7.978.801,61	51,45

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Os projetos de Inclusão Produtiva coordenados pela STDS têm como foco ações emancipatórias, comprometidas com a criação de condições para a autonomia dos mais pobres, através de cursos de qualificação profissional, ações de geração de ocupação e incentivo à economia popular e solidária.

Para tanto, no primeiro semestre do ano em curso, foram financiados 10 (dez) projetos de inclusão produtiva, sendo 05 direcionados para o fortalecimento do capital humano através das ações de capacitação e 05 que contemplam investimento em qualificação profissional articulada com ações de fomento, que vão gerar bens e aumentar as oportunidades de ocupação e renda para os excluídos dos processos produtivos.

Com essa finalidade destaca-se o projeto Primeiro Passo voltado para atender jovens com idade entre 16 e 24 anos de idade, cursando o ensino fundamental e médio. Também contempla os egressos do ensino público com renda de até ½ salário-mínimo. O projeto está dividido em três linhas de ação, a saber: Jovem Aprendiz – oferta cursos de formação técnico-

profissional e inserção no mercado de trabalho; Jovem Estagiário – encaminha jovens para estagiar em empresas privadas e órgãos públicos; Jovem Bolsista.- oferta cursos de qualificação profissional e concede bolsa de capacitação.

O projeto CE – Jovem aprendizagem em Serviço qualifica para o mercado de trabalho, jovens entre 16 e 24 anos, que cursam ensino fundamental ou médio, bem como os egressos da rede pública de ensino. Encontra-se dividido em 4 linhas de ação: Jovem Aprendiz - Qualifica jovens através de formação técnico-profissional e simultaneamente insere em empresas privadas; Estágio Remunerado - encaminha os jovens para a realização de estágio nas empresas e os remunera através da bolsa estágio; Cursos Livres - capacita os jovens através de cursos de qualificação profissional; Jovem Bolsista – capacita os jovens através de cursos de qualificação profissional e concede bolsa capacitação.

O projeto Criando Oportunidade - Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense tem como objetivo contribuir para consolidar a política de geração de emprego, trabalho e renda preconizada pelo Governo do Estado articulada com outras políticas públicas, na perspectiva do fortalecimento da cidadania e ampliação das oportunidades de inserção dos cidadãos cearenses em situação de vulnerabilidade social e econômica no mundo do trabalho. Para alcance desses objetivos no período em análise foi desenvolvido um conjunto de ações de capacitação que beneficiaram trabalhadores em Fortaleza.

Por sua vez, o projeto Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri vem oportunizando a geração de renda e o fortalecimento da atividade artesanal na região centro-sul do Estado.

É importante destacar também as ações do projeto Garantindo a Acessibilidade como uma ferramenta essencial para a inclusão de pessoas com deficiência (PCD's) na sociedade, através da identificação e desenvolvimento das habilidades e/ou qualificação profissional. Deste modo, esta mão de obra qualificada fica à disposição dos empregadores para alocação nas vagas disponíveis no mercado de trabalho destinadas a este segmento, conforme estabelecido na Lei nº 8.213/91. Esta Lei determina que as empresas com cem ou mais empregados, devem contratar em seus quadros funcionários PCD's.

Artesãos em atividade no Centro de Referência do Artesanato do Cariri



Fonte: STDS

Beneficiárias do Projeto Criando Oportunidades



Fonte: STDS

Infraestrutura Comunitária

Nesta categoria foram aprovados R\$166.919,06 (cento e sessenta e seis mil, novecentos e dezenove reais e seis centavos), com limite semestral de igual valor, sendo executados até junho de 2014 o valor 35.346,33 (trinta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais e trinta e três centavos), que representam 21,17% da programação do período.

Os projetos de Infraestrutura Comunitária são voltados para impulsionar as atividades que ampliam as oportunidades de melhoria de renda para os mais pobres. Ademais estes empreendimentos serão importantes pólos potencializadores de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho para as pessoas com deficiência, artesãos individuais e pequenos empreendedores dos municípios selecionados.

Vale evidenciar que os referidos equipamentos foram inaugurados em fevereiro/2014 e já estão em funcionamento. Os recursos previstos para o ano são destinados para pagamento do último lote de aquisições do Centro de Profissionalização e para contratação de obras de montagem do gradil de segurança do Centro das Rendeiras.

Quadro 44 - Execução Financeira – Projetos da Categoria Infraestrutura Comunitária

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	48	Centro de Profissionalização Inclusiva para Pessoas com Deficiência em Fortaleza	55.056,99	55.056,99	35.346,33	64,20	0,00	0
2	242	Centro das Rendeiras do Iguape	111.862,07	111.862,07	0,00	0	0,00	0
Total			166.919,06	166.919,06	35.346,33	21,17	0,00	0

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Centro de Rendeiras do Cariri



Fonte: STDS

3.3.3. Aplicação de Recursos por Macrorregião

Do montante de recursos empenhados no primeiro semestre de 2014, no valor de R\$29.680.953,07 (vinte e nove milhões, seiscentos e oitenta mil, novecentos e cinquenta e três reais e sete centavos), tem-se que a Região Metropolitana de Fortaleza foi contemplada com 69%, seguida pela macrorregião Cariri/Centro Sul com 9,74% e Sobral/Ibiapaba com 5,60%, enquanto o Sertão dos Inhamuns apresenta-se com o menor índice de participação 2,06 %, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 45 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	20.481.999,58	69,00	247.060	51,66
2-LITORAL OESTE	1.215.230,46	4,09	38.921	8,13
3-SOBRAL/IBIAPABA	1.663.878,79	5,60	43.530	9,10
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	613.092,00	2,06	23.545	4,93
5-SERTÃO CENTRAL	1.038.704,55	3,49	29.597	6,18
6-BATURITÉ	853.977,40	2,87	14.500	3,03
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	920.226,43	3,10	19.929	4,16
8-CARIRI/CENTRO SUL	2.893.843,86	9,74	61.087	12,77
TOTAL	29.680.953,07	100,00	478.169	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

A concentração de recursos na RMF pode ser justificada por diversos aspectos, entre eles:

- Conforme dados apresentados no Perfil Básico Municipal (IPECE/2013), 43,08% da população do Estado do Ceará vive na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Destes 85,51% estão concentrados em 4 municípios, quais sejam: Fortaleza com 67,46%; Caucaia 9,11%; Maracanaú 5,76% e Maranguape com 3,18%. Com efeito, pode-se inferir que a concentração de população em uma mesma região pode acarretar problemas sociais diversos, impactando na população mais pobre, público-alvo da STDS, e exigindo do poder público um investimento compatível com a dimensão dos problemas existentes.
- Destaca-se que aproximadamente 90% dos adolescentes envolvidos em atos infracionais são procedentes de Fortaleza e somente 10% são oriundos do interior do Estado, portanto há a necessidade de maior investimento na região para os jovens em situação de risco social. Destaca-se que as Unidades de Privação de Liberdade para cumprimento de Medida Sócio educativa de Internação para adolescentes, ficam localizadas em Fortaleza, mas recebe adolescentes de todo o Estado, sendo todos os internos alvo de projetos de inclusão produtiva.

- Os projetos de Proteção Social Especial destinados ao atendimento às crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social e abandono (abrigos), aos idosos, deficientes e mulheres vítimas de violência (abrigos), têm atuação centralizada no município de Fortaleza, apesar de atenderem a um público em todo o Estado.
- Na área do trabalho, os projetos Primeiro Passo, CE - Jovem Aprendizagem em Serviço e Garantindo a Acessibilidade tiveram a maioria de ações centradas na capital em função da demanda por qualificação profissional entre os mais jovens e da dinamicidade econômica da região metropolitana.

3.3.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados

- Realizada a 49ª. FEIRART - Feira Estadual do Artesanato, beneficiando 4.800 artesãos;
- Capacitados e encaminhados 668 jovens para estágio através do Projeto Primeiro Passo;
- Capacitados 3.024 jovens através do Projovem Trabalhador, sendo 1.036 incluídos produtivamente;
- Encaminhados 79 jovens para estágio e recebendo bolsa estágio através do Projeto CE Jovem – Aprendizagem em Serviço;
- Qualificadas 1.172 pessoas através do Projeto Criando Oportunidades;
- Qualificados 150 jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação através do Projeto Criando Oportunidades;
- Fornecidas 161.100 refeições no Restaurante Popular, correspondendo a 87,17% da meta programada para o período;
- Cofinanciados 181 Centros de Referência da Assistência Social nos municípios de forma regular e automática com serviços de Proteção e Atendimento integral à família em 159 municípios e beneficiando 65.125 famílias;

- Cofinanciados 162 municípios com benefícios eventuais (auxílio-funeral/auxílio de natalidade), atendendo a 7.253 pessoas;
- Beneficiadas 262 pessoas com deficiência da RMF com vales-transportes para o deslocamento aos serviços de educação e saúde;
- Centro de Profissionalização Inclusiva em funcionamento, com 64% equipamentos adquiridos;
- Inseridas 72 pessoas com deficiência no mercado de trabalho através do Centro de Profissionalização Inclusiva;
- Qualificadas 107 pessoas com deficiência para o mercado de trabalho através do projeto Garantindo a Acessibilidade;
- Apoiados 38 municípios técnica e financeiramente para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoa com deficiência, para o atendimento de 1.330 pessoas com deficiência;
- Apoiados 68 municípios técnica e financeiramente para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a pessoa idosa, para o atendimento de 3.400 idosos;
- Realizado o evento do Dia Mundial de Conscientização da Violência à Pessoa Idosa;
- Atendidas 1.055 famílias com direitos sociassistenciais pelos CREAS em Fortaleza e municípios vinculados;
- Acolhidos 122 idosos no Abrigo dos Idosos;
- Abrigadas 12 mulheres vítimas de violência familiar na Casa do Caminho;
- Acolhidos 183 crianças, adolescentes e adultos nos Abrigos Tia Júlia e Desembargador Olívio Câmara (ADOC);
- Assessorados 80 municípios sobre os convênios, elaboração dos projetos, planos de trabalho e prestação de contas do Projeto Estação Família;

- Apoiadas 54 entidades da rede socioassistenciais com recursos financeiros e assessoramento técnico;
- Acompanhados 48 crianças e adolescentes em situação de rua;
- Concedidos mensalmente 456 vales-transportes e 230 cestas básicas aos pais/responsáveis dos adolescentes privados de liberdade, participantes das oficinas de vivência, beneficiando 158 adolescentes internos e seus respectivos familiares;
- Acolhidas 444 pessoas através da Rede Socioassistencial conveniada em 8 municípios;
- Atendidas 628 pessoas através do Projeto Espaço Viva Gente (363 pessoas em cursos de qualificação ou oficinas produtivas e 265 em atividades socioeducativas, artísticas e culturais);
- Atendidas 4.410 pessoas através das atividades do projeto Famílias – Desafios e Inclusão Social (2.477 pessoas com expedição de documentos, 270 pessoas em cursos de qualificação e 1.663 em atividades socioeducativas).

Dificuldades

- Morosidade na contratação das entidades executoras devido aos processos administrativos e jurídicos que devem se enquadrar conforme as exigências estabelecidas na Lei de contratos e convênios de nº 119/2014;
- A lei estadual nº 15613/2014, que autoriza o repasse de recursos às entidades sem fins lucrativos por meio de convênios, foi publicada somente em 10 de junho de 2014. Em razão deste fator, os recursos só poderiam ser repassados às entidades selecionadas no Edital de Seleção Pública de Entidades/Instituições de Natureza Privada sem fins lucrativos para fins de concessão de Subvenções Sociais/2014, após a publicação da lei no Diário Oficial;
- Aumento da demanda para abrigamento de idosos em situação de vulnerabilidade social ocasionando a queda do padrão dos serviços ofertados, uma vez que o atendimento foi realizado além da capacidade;

- Atrasos no andamento dos processos licitatórios, que impossibilitaram a aplicação dos recursos disponibilizados pelo FECOP aos projetos Economia Solidária, Centro das Rendeiras, Construção e Equipamentos para o Abrigo de Idosos;
- Morosidade das prefeituras para alterar o CNPJ municipal junto a Receita Federal para abertura de Conta bancária vinculada para recebimento dos recursos do Cofinanciamento repassados pelo Fundo Estadual de Assistência social, conforme exigência da Instrução normativa nº 1.143 de 11/04/2011.
- O valor do recurso financeiro transferido aos municípios cofinanciados está defasado em relação à base de referência para o cofinanciamento estadual, que é de 50% do montante repassado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS) aos municípios para a execução desse serviço. Atualmente o MDS utiliza como referência o valor de R\$2,40 (dois reais e quarenta centavos) por família referenciada, observando a classificação por porte do município, de acordo com a Portaria 116 de 22 de outubro de 2013. Contudo o Estado ainda utiliza a referência anterior de R\$1,80 (um real e oitenta centavos) por família referenciada.
- Alguns jovens abandonam as atividades socioassistenciais ofertadas pela Proteção Social Básica em função do ingresso precoce em atividades de trabalho em tempo integral, dificultando a continuidade do acompanhamento realizado pelos profissionais destes serviços.

3.4. Secretaria das Cidades

3.4.1. Aspectos Gerais

A Secretaria das Cidades (CIDADES), estruturada em conformidade com as diretrizes do Ministério das Cidades, é responsável pela implementação das políticas de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Saneamento. Tem como missão “Promover o desenvolvimento equilibrado das cidades e regiões do Ceará por meio de ações de estruturação urbana, habitação, saneamento ambiental e fortalecimento institucional dos municípios”.

Em sua prática de atuação compreende a necessidade de uma gestão fundamentada em estratégias de inclusão social para a construção de uma cidade que respeite e garanta o direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, à saúde, à educação, à cultura, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para a presente e futuras gerações.

Nesse sentido, executa 04 (quatro) Programas de Governo de caráter finalístico, conforme destacado no Plano Plurianual 2012-2015: Habitacional, Desenvolvimento Urbano, Saneamento Ambiental e Desenvolvimento Regional.

O FECOP, desde sua criação, tem colaborado de forma exclusiva ou compondo a contrapartida para a captação de recursos externos, para a execução de projetos que atendam as necessidades e as expectativas da sociedade.

No primeiro semestre de 2014, a Secretaria obteve a aprovação do CCPIS para alocação de recursos do FECOP em 26 projetos (**Quadro 46**), divididos nas áreas de Habitação (12), Desenvolvimento Urbano (03), Saneamento Ambiental (09) e Inclusão Produtiva (02). Deste total, 8 (oito) são financiados com recursos exclusivos do Fundo e 18 (dezoito) contam também com recursos de outras fontes. Para tanto, foram formalizadas parcerias institucionais, entre as quais se destacam as realizadas com o Governo Federal e com organismos internacionais.

O valor total do FECOP disponibilizado em 2014 para a Secretaria das Cidades perfaz o montante de R\$60.793.254,58 (sessenta milhões, setecentos e noventa e três mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) dos quais foram alocados R\$37.359.376,54 (trinta e sete milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, trezentos e setenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) para desembolso no 1º semestre. Desse valor foram empenhados no período em análise R\$14.241.312,52 (catorze milhões, duzentos e quarenta e

um mil, trezentos e doze reais e cinquenta e dois centavos), correspondendo a 38,12% do limite concedido a CIDADES (**Quadro 46**).

Quadro 46– Execução Financeira da CIDADES

Nº	Mapp	Projetos	Limite Anual	Limite Jan - Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	1	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	1.678.704,43	1.678.704,43	1.144.544,53	68,18	1.144.544,53	68,18
2	2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem, Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I)	5.008.637,75	3.008.637,75	2.946.797,26	97,94	2.870.094,36	95,40
3	4	Projeto Habitacional - Pró-Moradia	135.000,00	135.000,00	-	-	-	-
4	9	Alvorada – Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com Menores Índices de Desenvolvimento Municipal – IDM	156.798,21	156.798,21	156.798,21	100,00	156.798,21	100,00
5	16	Implantação e Gerenciamento das Obras dos Sistemas de Abastecimento de Água do Programa Ceará II –	694.882,75	694.882,75	-	-	-	-
	22	KFW II	-	-	-	-	-	-
6	26	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia CE-5 em Fortaleza	226.251,12	113.125,56	-	-	-	-
7	29	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2	2.440.000,00	1.219.999,98	650.259,22	53,30	415.789,37	34,08
8	34	Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KFW II	1.474.143,92	-	-	-	-	-
9	133	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza – Conjunto Habitacional São Cristóvão	2.697.249,26	1.348.624,62	-	-	-	-
10	168	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira	3.500.048,30	-	-	-	-	-
11	171	Ligações Domiciliares e Intradomiciliares de Esgoto	5.652.787,25	1.736.213,22	-	-	-	-
12	183	Sistemas de Esgotamento Sanitário e de Abastecimento e Água – Residencial da Cidade de Jardim	1.433.968,02	-	-	-	-	-
13	512	Inserção Produtiva - Apoio aos APLs	130.000,00	109.125,00	125.250,00	114,78	125.250,00	114,78

14	835	Fogões Sustentáveis	3.454.996,00	3.454.996,00	1.629.754,74	47,17	110.385,00	3,19
15	1438	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II)	1.614.276,41	1.238.757,86	-	-	-	-
16	1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)	9.241.592,44	4.853.592,44	874.142,42	18,01	874.142,42	18,01
17	1465	Aluguel Social para Família de Baixa Renda	700.000,00	590.000,00	96.000,00	16,27	11.200,00	1,90
18	1516	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	1.750.000,00	635.000,00	222.182,03	34,99	152.380,92	24,00
19	1612	Minha Casa Minha Vida - Empreendimento até 50.000 Habitantes	564.000,00	221.000,00	21.000,00	9,50	21.000,00	9,50
20	1613	Fogões Sustentáveis	82.534,25	82.534,25	82.534,25	100,00	82.534,25	100,00
21	1782	Habitação Rural - PNHR	1.233.917,00	1.233.917,00	987.834,50	80,06	987.834,50	80,06
22	2039	Minha Casa Minha Vida - Empreendimento Orgulho do Ceará - FAR	4.192.000,00	4.192.000,00	4.192.000,00	100,00	4.192.000,00	100,00
23	2042	Inclusão Social e Produtiva de Catadores	500.000,00	300.000,00	-	-	-	-
24	2081	Minha Casa Minha Vida - Residencial José Lino da Silveira – FAR - Etapas(I, III, V, VII) - Caucaia-CE	3.681.467,47	3.681.467,47	-	-	-	-
25	2224	Habitação Rural - PNHR	4.800.000,00	4.800.000,00	1.112.215,36	23,17	1.112.215,36	23,17
26	2289	Melhorias Habitacionais no Município de Fortaleza	3.750.000,00	1.875.000,00	-	-	-	-
Total			60.793.254,58	37.359.376,54	14.241.312,52	38,12	12.256.168,92	32,81

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF).

3.4.2. Desenvolvimento

Os projetos desenvolvidos pela Secretaria das Cidades incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Estruturantes, nas seguintes categorias:

- Infraestrutura Domiciliar, cujo produto beneficia diretamente um indivíduo ou uma família;
- Infraestrutura Comunitária, que engloba os projetos cujo produto gerado é apropriado por toda a comunidade;

- Inclusão Produtiva Urbana, que inclui os projetos de fomento e capacitação profissional, adequados às vocações locais, com vistas à inserção e reinserção no mercado formal de trabalho;
- Inclusão Produtiva Rural, que abrange projetos direcionados ao fortalecimento da agricultura familiar através de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e fomento.

3.4.2.1. Projetos de Infraestrutura Domiciliar

- **Habitação**

Na área habitacional a Secretaria das Cidades desenvolveu projetos que objetivam ampliar a oferta de moradia digna para as famílias excluídas dos mecanismos de mercado para aquisição da casa própria. De modo especial são ofertadas unidades habitacionais para famílias em situação de risco, residentes em áreas ambientalmente degradadas e/ou recuperadas por meio da execução de projetos de melhoria urbana e ambiental. Os projetos enquadrados nesta categoria visam reduzir o déficit habitacional qualitativo e quantitativo no Estado do Ceará.

Com o objetivo de dar sustentabilidade aos empreendimentos habitacionais e garantir a sua apropriação pelo público beneficiado, é desenvolvido trabalho social em parceria com órgãos e entidades buscando viabilizar o acesso das famílias beneficiadas a outros serviços públicos, a exemplo da energia elétrica, educação, saúde, coleta de lixo, entre outros.

Com o intuito de reduzir o déficit quantitativo, são desenvolvidos projetos voltados para a construção de unidades habitacionais de interesse social dotadas de infraestrutura (terraplanagem, drenagem de águas pluviais, pavimentação de vias, passeios, abastecimento de água, esgotamento sanitário, articulação para fornecimento do serviço de energia elétrica). Estes projetos são executados em parceria com a União, Municípios e entidades vinculadas à construção civil.

Com o objetivo de reduzir o déficit qualitativo no Estado do Ceará, a Secretaria das Cidades executa projetos onde se destaca as reformas habitacionais e a substituição de fogões artesanais por fogões sustentáveis. Este último é executado exclusivamente com recursos do FECOP.

No primeiro semestre de 2014, foram apoiados com recursos do FECOP 12 projetos habitacionais sendo 8 (oito) destinados a redução do déficit habitacional quantitativo através da construção de novas unidades, desenvolvidos em sua totalidade em parceria com o Governo

Federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e da Caixa Econômica Federal (CEF); 3 (três) destinados a redução do déficit habitacional qualitativo, dos quais 2 (dois) realizam-se por meio da distribuição e instalação de fogões sustentáveis e 1 (um) envolve pequenas reformas; e 1(um) projeto para pagamento de aluguel social, que objetiva a realocação temporária de famílias impactadas por projetos estruturantes que serão beneficiadas com unidades habitacionais ainda não concluídas. Os projetos para redução do déficit qualitativo e aluguel social são financiados exclusivamente com recursos do FECOP.

Os projetos de Infraestrutura Domiciliar – Habitação totalizam em 2014 o valor de R\$26.022.619,15 (vinte e seis milhões, vinte e dois mil, seiscentos e dezenove reais e quinze centavos) que representa 42,81% do volume de recursos disponibilizado para a Secretaria das Cidades pelo FECOP no referido ano. Foi previsto para o primeiro semestre o desembolso de R\$22.579.619,15 (vinte e dois milhões, quinhentos e setenta e nove mil, seiscentos e dezenove reais e quinze centavos) dos quais foram empenhados R\$9.488.065,41 (nove milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos) e pagos R\$7.814.094,56 (sete milhões, oitocentos e catorze mil, noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos) (**Quadro 47**).

Quadro 47 – Execução Financeira - Infraestrutura Domiciliar – Habitação

Nº	Mapp	Projetos	Limite Anual	Limite Jan - Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	1	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	1.678.704,43	1.678.704,43	1.144.544,53	68,18	1.144.544,53	68,18
2	4	Projeto Habitacional - Pró-Moradia	135.000,00	135.000,00	-	-	-	-
3	835	Fogões Sustentáveis	3.454.996,00	3.454.996,00	1.629.754,74	47,17	110.385,00	3,19
4	1465	Aluguel Social para Família de Baixa Renda	700.000,00	590.000,00	96.000,00	16,27	11.200,00	1,90
5	1516	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	1.750.000,00	635.000,00	222.182,03	34,99	152.380,92	24,00
6	1612	Minha Casa Minha Vida - Empreendimento até 50.000 Habitantes	564.000,00	221.000,00	21.000,00	9,50	21.000,00	9,50
7	1613	Fogões Sustentáveis	82.534,25	82.534,25	82.534,25	100,00	82.534,25	100,00
8	1782	Habitação Rural - PNHR	1.233.917,00	1.233.917,00	987.834,50	80,06	987.834,50	80,06
9	2039	Minha Casa Minha Vida - Empreendimento Orgulho do Ceará - FAR	4.192.000,00	4.192.000,00	4.192.000,00	100,00	4.192.000,00	100,00
10	2081	Minha Casa Minha Vida - Residencial José Lino da Silveira – FAR - Etapas(I, III, V, VII) - Caucaia-CE	3.681.467,47	3.681.467,47	-	-	-	-
11	2224	Habitação Rural - PNHR	4.800.000,00	4.800.000,00	1.112.215,36	23,17	1.112.215,36	23,17
12	2289	Melhorias Habitacionais no Município de Fortaleza	3.750.000,00	1.875.000,00	-	-	-	-
Total			26.022.619,15	22.579.619,15	9.488.065,41	42,02%	7.814.094,56	34,61%

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

- Projetos que contribuem para redução do déficit quantitativo por fonte de financiamento



A Secretaria das Cidades desenvolve 2 projetos habitacionais de caráter estruturante (Projeto Habitacional Maranguapinho e Projeto Habitacional Rio Cocó) nos quais os recursos do FECOP se constituem na contrapartida aos recursos obtidos junto ao Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O projeto **Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)** é parte integrante do Projeto Rio Maranguapinho que está em execução por meio de contrato firmado com a CAIXA e o Governo do Estado do Ceará, com recursos do PAC, oriundos do Ministério das Cidades, beneficiando direta e indiretamente aproximadamente 30.000 pessoas. Vincula-se ao Projeto Rio Maranguapinho – Trecho I,II, III – PAC I (Barragem, Dragagem e Urbanização) que visa o controle de cheias, urbanização das margens, recuperação socioambiental do rio e implantação de equipamentos sociais. Também interage com as obras de saneamento da Cagece e com as obras de iluminação pública da Coelce.

Este projeto tem como área de intervenção a Região Metropolitana de Fortaleza, mais especificamente os municípios de Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia. Tem como objetivo melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio. As áreas de risco do Rio Maranguapinho, que representam 48,57% das áreas de risco de Fortaleza, são constituídas por sub-habitações construídas praticamente dentro da calha menor do Rio.

No âmbito deste projeto, a CIDADES programou a construção de 13 (treze) residenciais localizados nos municípios de Fortaleza (07), Maranguape (01), Caucaia (02), Maracanaú (03), dos quais seis já estão construídos e habitados, e que totalizam 6.547 unidades habitacionais. Para o ano de 2014, a meta é o reassentamento de 1.914 famílias através da construção de 1.914 unidades habitacionais, sendo: 612 U.H no Residencial Aldemir Martins (Fortaleza), 128 U.H Residencial Santo Sátiro (Maracanaú), 422 U.H no Residencial Itamar Franco (Caucaia), 282 U.H no Residencial Zilda Arns (Caucaia) e 470 U.H no Residencial José de Alencar (Fortaleza) (**Quadro 48**).

Para viabilizar o alcance desta meta o projeto estimou um valor total de R\$142.412.830,46 (cento e quarenta e dois milhões, quatrocentos e doze mil, oitocentos e trinta reais e quarenta e seis centavos) dos quais R\$1.678.704,43 (um milhão, seiscentos e setenta e oito mil, setecentos e quatro reais e quarenta e três centavos) corresponde à fonte FECOP e seria totalmente desembolsado no primeiro semestre, e R\$140.734.126,03 (cento e quarenta milhões, setecentos e trinta e quatro mil, cento e vinte e seis reais e três centavos) correspondem ao Governo Federal (PAC). No que se refere aos recursos do FECOP, foi empenhado e pago 68,18% do valor previsto para o período.

Nesse primeiro semestre, a Secretaria das Cidades deu continuidade às obras do Residencial Aldemir Martins e Santo Sático. Os outros três residenciais estão paralisados por orientação do Ministério das Cidades, que solicitou a migração dos recursos a serem obtidos através do PAC para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O Estado do Ceará acatou a sugestão do Ministério das Cidades, formalizou o pedido junto à CAIXA e aguarda o retorno da solicitação. A execução financeira ocorrida no período refere-se ao pagamento de medições dos Residenciais em execução. A população beneficiada só será registrada à proporção em que as unidades habitacionais forem sendo concluídas e entregues.

Quadro 48 – Residenciais do Projeto Rio Maranguapinho

Nº	EMPREENHIMENTO	QUANT. DE UNIDADES	TIPOLOGIA	ÁREA DO APTO (M²)	STATUS
1	Residencial Leonel Brizola	576	APTO	44,57	Obra Concluída – Famílias Morando
2	Residencial Juraci Magalhães	336	APTO	44,46	Obra Concluída – Famílias Morando
3	Residencial Miguel Arraes	1212	APTO	44,46	Obra Concluída – Famílias Morando
4	Residencial Rachel de Queiroz	324	APTO	44,46	Obra Concluída – Famílias Morando
5	Residencial Blanchard Girão	108	CASA	52,45	Obra Concluída – Famílias Morando
6	Residencial Lupe De Paula	69	CASA	43,78	Obra Concluída – Famílias Morando
7	Residencial Eleazar de Carvalho	696	APTO	44,46	Obra a iniciar
8	Residencial Santo Sático	128	APTO	44,09	Obra em Construção
9	Residencial Aldemir Martins	612	APTO	52,45	Obra em Construção
10	Residencial José Alencar	870	APTO	44,46	Obra a iniciar
11	Residencial Itamar Franco	822	APTO	44,46	Obra a iniciar
12	Residencial Zilda Arns	282	APTO	44,46	Obra a iniciar
13	Residencial Pajuçara	512 456(Apto)+56(Casa)	APTO/ CASA	44,46/43,78	Em fase de contratação
Total		6.547	-	-	-

Fonte: Secretaria das Cidades / Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos.

Obra do Residencial Aldemir Martins



Obra do Residencial Santo Sático



O projeto **Rio Cocó (Ações Habitacionais)** também integra uma proposta de ação multisetorial. Tem como público alvo a população residente em áreas de risco situadas às margens deste rio. Em sua concepção global inclui a construção de barragem, dragagem e urbanização do Rio Cocó para o controle de cheias, recuperação ambiental das áreas ribeirinhas, construção de unidades habitacionais de interesse social, execução de trabalho técnico social e implantação / ampliação da infraestrutura de saneamento. O conjunto de suas intervenções beneficiará aproximadamente 41.575 mil pessoas que residem no município de Fortaleza. Para sua execução conta com recursos do FECOP e do PAC.

Habitações Indenizadas pelo Projeto Rio Cocó



As metas do projeto para 2014 consistem em liberar 45% do total da área da obra de urbanização do Rio Cocó, realizar 120 indenizações de benfeitorias e executar 15% da obra do Residencial Paupina.

Para viabilizar o alcance desta meta o projeto estimou um valor total de R\$48.853.448,59 (quarenta e oito milhões, oitocentos e cinqüenta e três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e cinqüenta e nove centavos) dos quais R\$1.750.000,00 (um milhão e setecentos e cinqüenta mil reais) corresponde à fonte FECOP e R\$47.103.448,59 (quarenta e sete milhões, cento e três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e cinqüenta e nove centavos) corresponde ao Governo Federal (PAC). Planejou para o primeiro semestre um desembolso na ordem de R\$635.000,00 (seiscentos e trinta e cinco mil reais) referentes à fonte FECOP, dos quais empenhou 34,99% e pagou 24,00%.

Neste primeiro semestre foram negociadas 40 indenizações de benfeitorias das quais 29 já foram pagas. Para a construção do Residencial Paupina foi dado prosseguimento à aprovação do Projeto Executivo junto à Prefeitura e a CAIXA. Após esta etapa será iniciado o processo licitatório.



O Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria das Cidades, empreendeu esforços para mobilizar todos os agentes relacionados com o desenvolvimento do

Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do Governo Federal (Lei Federal nº 11.977/2009, posteriormente alterada pela Lei Federal nº 12.424/2011), visando incrementar o seu desempenho no Estado. A criação de um Comitê Interinstitucional e a utilização do mecanismo de aporte de recursos do Estado, autorizado pela Lei Estadual nº 15.143/2012, em complemento aos recursos federais, foram instrumentos que possibilitaram o efetivo aumento na quantidade de unidades habitacionais contratadas.

A Secretaria das Cidades viabiliza a execução do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em três modalidades: Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e o PMCMV 2 (SUB 50).

Na primeira modalidade apresentada, o **PMCMV (FAR)**, os projetos apoiados são lastreados com recursos do Orçamento Geral da União, depositados no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Essa modalidade é voltada para o atendimento de famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil (mil e seiscentos reais), residentes nas capitais, regiões metropolitanas e municípios com população acima de 50 mil habitantes. No Estado do Ceará poderão ser atendidos até 42 municípios. Esta modalidade prevê a construção e entrega de unidades habitacionais por intermédio de instituições financeiras oficiais federais. No primeiro semestre de 2014 a Secretaria das Cidades firmou contrato junto a CAIXA e Banco do Brasil (BB), na modalidade PMCMV-FAR visando o aporte de recursos para o projeto Minha Casa Minha Vida - Empreendimento Orgulho do Ceará e o projeto Minha Casa Minha Vida - Residencial José Lino da Silveira Etapa (I, III, V e VII).

Os recursos de contrapartida do Estado para estes projetos são aportados de uma única vez, nas contas específicas de cada projeto. Somente é possível contabilizar as unidades construídas e a população beneficiada após a conclusão de cada um deles.

O projeto **Minha Casa Minha Vida - Empreendimento Orgulho do Ceará** tem por área de abrangência o município de Maracanaú e seus beneficiários devem obedecer aos critérios básicos de seleção adotados pelo Programa. A meta estabelecida para o projeto em 2014 é de aportar recursos financeiros em caráter de subsídio para a construção de 2.096 unidades habitacionais.

Para viabilizar o alcance desta meta o projeto estimou um valor total de R\$136.240.000,00 (cento e trinta e seis milhões e duzentos e quarenta mil reais) dos quais R\$4.192.000,00 (quatro milhões e cento e noventa e dois mil reais) corresponde a fonte FECOP, a ser totalmente desembolsado no primeiro semestre, e R\$132.048.000,00 (cento e trinta e dois

milhões e quarenta e oito mil reais) corresponde ao aporte do Governo Federal. Empenhou e pagou 100% deste valor.

O projeto **Minha Casa Minha Vida - Residencial José Lino da Silveira Etapa (I, III, V e VII) (Mapp 2081)** tem por área de abrangência o município de Caucaia. Seus beneficiários também devem obedecer aos critérios básicos de seleção adotados pelo Programa. A meta estabelecida para o projeto em 2014 é construir 1.216 unidades habitacionais mediante aporte de recursos financeiros em caráter de subsídio.

Para viabilizar o alcance desta meta o projeto estimou um valor total de R\$73.517.426,50 (setenta e três milhões, quinhentos e dezessete mil, quatrocentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos), dos quais R\$3.681.467,47 (três milhões, seiscentos e oitenta e um mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos) corresponde à fonte FECOP, cujo desembolso total estava previsto para o primeiro semestre, e R\$69.835.959,03 (sessenta e nove milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e nove reais e três centavos) corresponde ao aporte do Governo Federal. No que se refere aos recursos do FECOP, nada foi empenhado. A obra referente a este projeto encontra-se em execução, porém a Secretaria das Cidades está aguardando a publicação dos contratos no Diário Oficial do Estado (DOE) para efetuar o processo de desembolso.

A segunda modalidade do PMCMV, **Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)**, é regulamentada pelo Ministério das Cidades e voltada para a população que vive no campo.

O PNHR concede subsídios com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ao beneficiário (pessoa física) agricultor familiar ou trabalhador rural para a construção de unidade habitacional em área rural. O valor da subvenção do PNHR é de até R\$28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais) para a edificação, até R\$400,00 (quatrocentos reais) para o trabalho social e até R\$600,00 (seiscentos reais) para assistência técnica, conforme Portaria n.º 229, de 28 de maio de 2012.

O Estado do Ceará complementa o valor da subvenção federal, em até R\$4.000,00 (quatro mil reais) por unidade, conforme a Lei n.º 15.143 de 23 de abril de 2012. O projeto estabeleceu ainda como objetivo específico substituir as casas de taipa da zona rural por casas de alvenaria.

No âmbito desta modalidade a Secretaria das Cidades obteve aprovação do CCPIS em 2014 para execução de 2 projetos, ambos com a mesma denominação: **Habitação Rural – PNHR**.

O primeiro deles **Habitação Rural – PNHR (Mapp 1782)** estabeleceu como meta para 2014 aportar recursos financeiros em caráter de subsidio para contratação de 357 unidades habitacionais em municípios do Estado do Ceará.

Para viabilizar o alcance desta meta o projeto estimou um valor total de R\$18.233.917,00 (dezoito milhões, duzentos e trinta e três mil e novecentos e dezessete reais), dos quais R\$1.233.917,00 (um milhão, duzentos e trinta e três mil e novecentos e dezessete reais) correspondem à fonte FECOP e R\$17.000.000,00 (dezessete milhões) são referentes aos recursos aportados pelo Governo Federal. Planejou para o primeiro semestre um desembolso na ordem de R\$987.834,50 (novecentos e oitenta e sete mil, oitocentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos) da fonte FECOP dos quais empenhou e pagou 80,06%.

O segundo deles **Habitação Rural – PNHR (Mapp 2222)** estabeleceu como meta para 2014 aportar recursos financeiros em caráter de subsidio para contratação de 1.200 unidades habitacionais em municípios do Estado do Ceará.

Para viabilizar o alcance desta meta o projeto estimou um valor total de R\$39.000.000,00 (trinta e nove milhões) dos quais R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) correspondem à fonte FECOP, a ser totalmente desembolsado no primeiro semestre, e R\$34.200.000,00 (trinta e quatro milhões e duzentos mil reais) são referentes a recursos aportados pelo Governo Federal. Empenhou e pagou 23,17% dos recursos da fonte FECOP planejados para o período.

No primeiro semestre de 2014, os dois projetos realizaram as ações de assistência técnica e a contratação de 464 unidades habitacionais junto ao agente financeiro CAIXA em 12 municípios do interior do Estado (**Quadro 49**). Só será possível computar as unidades habitacionais concluídas e entregues ao final de cada contrato quando for apresentada a prestação de contas final pelo agente financeiro.

Quadro 49 - Unidades Habitacionais Contratadas - 2014

Município	Quant. UH - 1º Sem/14
Barro	50
Catarina	49
Abaíara	50
Pacujá	55
Trairi	50
Tejuçuoca	26
Umirim	50
Massapê	10
Fortim	37
Itarepa	17
Ocara	38
Caucaia	32
Total	464

Fonte: Base de Dados - PMCMV (PNHR) – Projetos CDHIS.

A terceira modalidade, o **PMCMV 2 (SUB 50)** é direcionada aos municípios do interior do Estado com população de até 50 mil habitantes, beneficiando pessoas / famílias com rendimento mensal bruto de até R\$1.600,00 (mil e seiscentos reais). O valor unitário do subsídio por beneficiário é na ordem de R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais), sendo R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) do Governo Federal e R\$3.000,00 (três mil reais) de contrapartida do Estado do Ceará.

O Estado do Ceará por apresentar em todos os seus municípios a existência de famílias sobrevivendo em domicílios rústicos, sobretudo casas de taipa, priorizou neste projeto a substituição desses imóveis, contribuindo para erradicação da Doença de Chagas.

O projeto **Minha Casa Minha Vida – Municípios com até 50.000 habitantes** foi contratado junto ao Governo Federal no segundo semestre de 2012 quando foi assinado o Termo de Acordo e Compromisso (TAC), com a meta global de construir 2.660 unidades habitacionais em 61 municípios do Estado do Ceará. Conta desde o seu início com recursos do FECOP. A autorização de obras foi concedida em 2013 e neste ano foram construídas e entregues 156 unidades habitacionais. Em 2014 o projeto desenvolve-se dentro do planejado. Foram entregues no primeiro semestre do ano corrente um total de 460 unidades habitacionais.

Em sua programação de 2014 o projeto apresenta um valor anual de R\$67.064.000,00 (sessenta e sete milhões e sessenta e quatro mil reais), dos quais R\$ 564.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil reais) correspondem à fonte FECOP e R\$66.500.000,00 (sessenta e seis milhões e quinhentos mil reais) são referentes a recursos do Governo Federal. Empenhou e pagou 9,50% dos recursos da fonte FECOP planejados para o período.

Quadro 50 - Unidades Habitacionais Construídas e Entregues

MUNICÍPIO	2013	2014	TOTAL
Barroquinha	0	19	19
Chaval	0	6	6
Martinópolis	2	18	20
Paracuru	6	13	19
Paraipaba	1	4	5
Pentecoste	22	8	30
São Luís do Curu	0	17	17
Tururu	0	6	6
Uruoca	0	17	17
Croatá	0	4	4
Guaraciaba do Norte	5	0	5
Hidrolândia	4	0	4
Ipú	7	18	25
Irauçuba	18	10	28
Pires Ferreira	15	2	17
Santana do Acaraú	0	13	13
São Benedito	0	6	6
Senador Sá	0	30	30
Ubajara	0	11	11
Ararendá	8	3	11
Novo Oriente	0	22	22
Parambu	0	50	50
Quiterianópolis	0	11	11
Choró	0	6	6
Ibicuitinga	0	32	32
Itatira	0	10	10
Capistrano	0	19	19
Mulungu	0	9	9
Pacoti	0	9	9
Redenção	0	8	8
Ererê	0	8	8
Itaíçaba	0	6	6
Antonina do Norte	10	8	18
Aurora	5	0	5
Barro	7	0	7
Cariús	0	9	9
Farias Brito	6	13	19
Ipauimirim	8	13	21
Jucás	4	7	11
Porteiras	25	15	40
Quixelô	3	0	3
Total	156	460	616

Fonte: Base de Dados - PMCMV (SUB 50) – Projetos CDHIS.

Município: Barroquinha
Beneficiário: Rubenilda Souza Aguiar



Município: Senador Sá
Beneficiário: Ana Lúcia Moreira





O **Projeto Habitacional Pró-Moradia** é financiado com recursos da CAIXA e contrapartida do FECOP desde o ano de 2007. Engloba ações de requalificação urbana em Fortaleza, no Bairro Vicente Pinzon, nas áreas denominadas Lagoa do Gengibre (3,62 ha) e Lagoa do Coração (18,38 ha). Esta última engloba as áreas contíguas denominadas Joana D'Arc e Aristides Barcelos.

Apresenta como metas para o ano de 2014 realizar 292 melhorias habitacionais na área do Projeto Farol Novo; pagar 3 indenizações na área da Lagoa do Coração (Projeto Farol Novo); realizar trabalho técnico social com 2.029 famílias na área do Projeto Farol Novo e executar 1.201 ligações de esgoto e 300 ligações de água na área do Projeto Joana D'Arc.

O projeto não teve execução física e financeira em 2014, pois aguarda a aprovação da CAIXA quanto à alteração contratual das metas pactuadas.

- Projetos que contribuem para redução do déficit qualitativo

Fogões Ecoeficientes

A substituição de fogões a lenha tradicionais por fogões com eficiência energética é uma ação desenvolvida com recursos exclusivos do FECOP desde 2008. O uso do equipamento reduz a emissão de poluentes no interior das casas e, com isso, diminui a incidência de problemas respiratórios e oftalmológicos, contribuindo, dessa forma, para a melhoria das condições de saúde de seus beneficiados.

Sua versão 2014 consiste no fornecimento e instalação de fogões que utilizam lenha em quantidade bem menor à que é exigida por um fogão a lenha tradicional. É constituído de uma estrutura metálica incluindo, duas bocas, gaveta para armazenamento de lenha, gaveta para remoção de cinzas e chaminé para evitar a fumaça no interior das casas.

Em 2014 o FECOP aprovou recursos para a execução de 2 projetos com esta finalidade o **Projeto Fogões Sustentáveis (Mapp 835 e 1613)**. Ambos apresentaram como meta para o referido ano a entrega de 5.275 unidades com prestação de assistência técnica. Foram entregues 400 fogões sustentáveis que beneficiaram aproximadamente 1.660 pessoas no município de Piquet Carneiro. Ressalte-se que as famílias receberam orientação técnica por meio de ações de educação ambiental para conscientização acerca da importância da preservação do meio ambiente e da valorização da caatinga.

Família Beneficiada no Assentamento Santa Bárbara – Fazenda Capiné



Melhorias Habitacionais

O projeto **Melhorias Habitacionais no Município de Fortaleza** em sua versão 2014 é desenvolvido em parceria com a prefeitura municipal.

O município de Fortaleza informa em seu Plano de Trabalho que as obras referentes a cada reforma deverão ser definidas a partir da identificação de inadequação das habitações segundo os critérios pré-estabelecidos, em ordem de prioridade: saneamento, segurança dos imóveis, conforto ambiental e harmonia paisagística.

O projeto não teve execução físico-financeira nesse primeiro semestre de 2014 em virtude da demora na entrega da documentação do município de Fortaleza para os trâmites necessários na formalização do Convênio.

Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda

O projeto **Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda (Mapp 1465)** foi formulado e aprovado em 2012 tendo por objetivo efetuar o pagamento do aluguel de unidades residenciais destinadas a abrigar, provisoriamente, famílias residentes na faixa de alagamento em situação de alto risco e em áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho e ao Rio Cocó, enquanto aguarda a conclusão dos residenciais para onde serão removidas.

Posteriormente, a população alvo passou a ser mais abrangente, englobando as famílias residentes em todas as áreas de intervenção dos projetos de interesse social da CIDADES e que aguardam a conclusão das obras das unidades habitacionais onde serão reassentadas.

Neste semestre foram firmados 05 Termos de Acordo com beneficiários do Projeto Rio Cocó e 16 Termos de Acordo com beneficiários do Projeto Rio Maranguapinho.

Ressaltamos que neste semestre não foi necessário negociar muitos aluguéis junto às famílias do Projeto Cocó, pois existe a previsão de entrega, em setembro, de 1.006 unidades habitacionais no empreendimento Cidade Jardim, e devido à proximidade da data, não foi oferecido o benefício do aluguel. Ressalta-se que o aluguel está sendo proposto somente para quem faz a opção pelo Residencial.

- **Saneamento Básico**

Esses projetos são elaborados e executados em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico e têm como objetivo a universalização do acesso à água tratada, a coleta e o tratamento dos esgotos. Os serviços são prestados de forma a promover a saúde pública e a proteção do meio ambiente e implementados de forma articulada com as ações de desenvolvimento urbano e habitação. Sua execução contribui também para a redução do déficit habitacional qualitativo.

Do total dos recursos programados para a Secretaria das Cidades em 2014, os projetos da categoria Infraestrutura Domiciliar – Saneamento Básico perfazem um total de R\$ 7.126.931,17 (sete milhões, cento e vinte e seis mil, novecentos e trinta e um reais e dezessete centavos) (11,72%) **(Quadro 51)**.

Em referência ao valor programado para a Secretaria das Cidades no primeiro semestre estes projetos perfazem um total R\$ 1.736.213,22 (um milhão, setecentos e trinta e seis mil, duzentos e treze reais e vinte e dois centavos) (4,65%) **(Quadro 51)**. São executados pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece, sociedade de economia mista vinculada à Secretaria das Cidades e não foi registrado empenho de recursos no período.

Quadro 51 – Execução Financeira - Infraestrutura Domiciliar – Saneamento Básico

Nº	Mapp	Projetos	Limite Anual	Limite Jan - Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	34	Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KfW II	1.474.143,92	-	-	-	-	-
2	171	Ligações Domiciliares e Intradomiciliares de Esgoto	5.652.787,25	1.736.213,22	-	-	-	-
Total			7.126.931,17	1.736.213,22	-	-	-	-

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF).

O **Projeto Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KfW II** engloba a implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares – MSDs em localidades das áreas da Bacia do Baixo e Médio Jaguaribe (BBJ), financiadas pelo Banco Alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), com contrapartida do Governo do Estado através do FECOP e vem contribuindo, desde 2006, para o desenvolvimento do Ceará, atuando no setor de Saneamento – Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário das localidades do interior do Estado.

A implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSDs) foi dividida em 4 lotes. A licitação foi finalizada e a Cagece aguarda a publicação do resultado final no Diário Oficial do Estado - DOE para iniciar o processo de contratação das empresas. O cronograma do projeto não prevê desembolso para o primeiro semestre.

O **Projeto Ligações Domiciliares e Intradomiciliares de Esgoto** tem como objetivo melhorar a qualidade da água bruta dos mananciais e seus resultados serão aferidos através do acompanhamento do indicador Índice de Utilização de Rede - IURE, que será aferido semestralmente.

O público alvo reside nas Bacias Metropolitanas, Bacia do Salgado e Bacia do Acaraú onde serão executadas 14.628 ligações domiciliares e intradomiciliares de esgoto, em residências de padrão básico e regular, sendo: 10.588 ligações em Fortaleza, 1.044 nas cidades da Unidade de Negócio Bacia do Acaraú e Coreaú - UNBAC, 1.656 nas cidades da Unidade de Negócio Bacia Metropolitana - UNBME e 1.340 nas cidades da Unidade de Negócio da Bacia do Salgado - UNBSA. Atualmente este projeto está em fase de licitação, com previsão de início no segundo semestre.

3.4.2.2. Projetos de Infraestrutura Comunitária

- **Urbanização**

Este grupo envolve três projetos vinculados ao projeto Rio Maranguapinho, o qual é executado por trechos para facilitar o acompanhamento das ações programadas. Todos têm objetivo de

controlar as cheias, promover a recuperação socioambiental do Rio Maranguapinho e a retirada das ocupações irregulares na sua área de proteção ambiental. Os recursos do FECOP para estes projetos constituem-se na contrapartida do governo estadual para os recursos obtidos junto ao governo federal através do OGU – PAC 1

Do total de recursos programados para a Secretaria das Cidades na fonte FECOP em 2014, os projetos direcionados à categoria de Infraestrutura Comunitária – Urbanização perfazem um total de R\$15.864.506,60 (quinze milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e seis reais e sessenta centavos) (26,10%). Em referência ao valor programado para a CIDADES no primeiro semestre os projetos de Urbanização somam um total de R\$9.100.988,05 (nove milhões, cem mil, novecentos e oitenta e oito reais e cinco centavos) (24,36%). Foi empenhado 41,98% e pago 41,14% do valor planejado para o período em análise (**Quadro 52**).

Quadro 52 – Execução Financeira dos Projetos de Infraestrutura Comunitária – Urbanização

Nº	Mapp	Projetos	Limite Anual	Limite Jan - Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem, Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I))	5.008.637,75	3.008.637,75	2.946.797,26	97,94	2.870.094,36	95,40
2	1438	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II)	1.614.276,41	1.238.757,86	-	-	-	-
3	1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)	9.241.592,44	4.853.592,44	874.142,42	18,01	874.142,42	18,01
Total			15.864.506,60	9.100.988,05	3.820.939,68	41,98	3.744.236,78	41,14

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF).

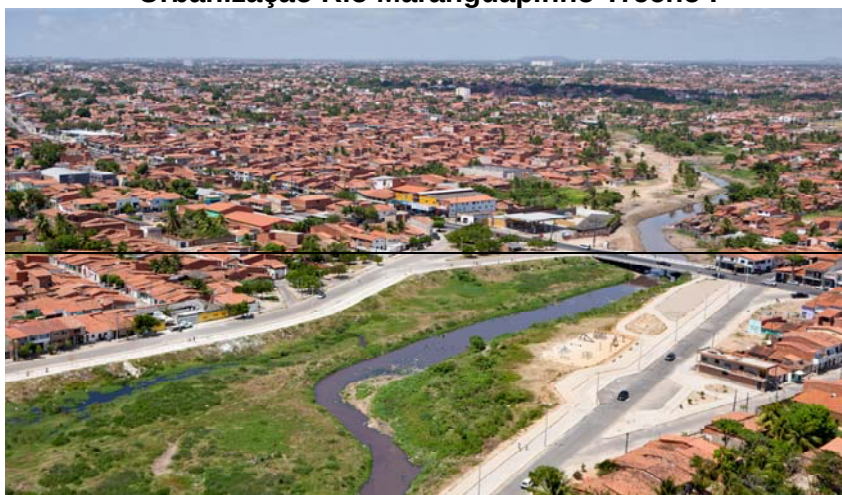
O **Projeto Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização – Trecho I, II, III – PAC 1)** apresentou como meta para 2014 executar 53% do total da obra de urbanização do Rio Maranguapinho.

Para o alcance desta meta o projeto estimou um valor total em 2014 de R\$117.141.274,95 (cento e dezessete milhões, cento e quarenta e um mil, duzentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), dos quais R\$5.008.637,75 (cinco milhões, oito mil, seiscentos e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos) são oriundos do FECOP e R\$112.132.637,20 (cento e doze milhões, cento e trinta e dois mil, seiscentos e trinta e sete reais e vinte centavos) serão captados junto ao governo federal.

Foi realizada, no primeiro semestre, a atualização de laudos de terrenos e benfeitorias, e foram indenizadas 213 benfeitorias. Quanto à obra de urbanização, foram executados apenas

39,89% do total da obra. O processo de indenização não ocorreu de forma satisfatória. A CAIXA liberou apenas um desembolso neste semestre, e grande parte dos recursos financeiros para pagar indenização são oriundos da fonte CPAC (Programa de Financiamento das Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento), o que ocasionou a falta de frente de serviço.

Urbanização Rio Maranguapinho Trecho I



Urbanização Rio Maranguapinho Trecho II



Urbanização Rio Maranguapinho Trecho III



Imóvel Indenizado Trecho III



VISTA FRONTAL DO IMÓVEL



VISTA INTERNA DO IMÓVEL

O Projeto Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II) estipulou como meta para 2014 desapropriar 100% dos terrenos necessários para locação dos equipamentos comunitários e executar 25% da obra dos equipamentos comunitários.

Para o alcance desta meta o projeto estimou um valor total em 2014 de R\$10.734.276,41 (dez milhões, setecentos e trinta e quatro mil, duzentos e setenta e seis reais e quarenta e um centavos), dos quais R\$1.614.276,41 (um milhão, seiscentos e catorze mil, duzentos e setenta e seis reais e quarenta e um centavos) são oriundos do FECOP e R\$9.120.000,00 (nove milhões e cento e vinte mil reais) serão captados junto ao governo federal.

No primeiro semestre ocorreu a negociação junto ao proprietário do terreno, porém, devido a alguns entraves de ordem burocrática, foi necessário refazer os laudos e submeter à apreciação da PGE, atrasando com isso a execução da desapropriação e das obras. O depósito judicial deve ser realizado no segundo semestre do ano.

Maquete Virtual da Ações de Urbanização – Trecho 0



O Projeto Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho IV – PAC 2) apresenta como meta executar 25% do total da obra de Urbanização do trecho IV.

Para o alcance desta meta o projeto estimou um valor total em 2014 de R\$39.483.568,20 (trinta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, quinhentos e sessenta e oito reais e vinte centavos), dos quais R\$9.241.592,44 (nove milhões, duzentos e quarenta e um mil, quinhentos e noventa e dois reais e quarenta e quatro centavos) são oriundos do FECOP e

R\$30.241.975,76 (trinta milhões, duzentos e quarenta e um mil, novecentos e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos) serão captados junto ao governo federal.

Neste semestre foram realizadas atualizações dos laudos de avaliação de terrenos e benfeitorias, iniciadas as negociações junto aos proprietários para desapropriações dos terrenos e indenizações das benfeitorias. Dois terrenos foram negociados: em um deles foi realizado o empenho, e o outro está em fase de preparação da escritura no nome do Estado para posterior pagamento. Foram negociadas 9 benfeitorias, das quais uma foi realizado o pagamento e as demais estão previstas para o segundo semestre.

A obra de urbanização foi licitada em 2013, porém ainda não foi formalizado o contrato, pois a empresa vencedora teve que apresentar planilha desonerada em atendimento a Lei nº 12.844 – Lei da Desoneração -, e encontra-se em fase de aprovação junto a CAIXA.

Vista área do Projeto de Urbanização do Trecho IV



- **Saneamento Básico**

Os projetos direcionados à categoria de Infraestrutura Comunitária - Saneamento Básico perfazem um total de R\$ 11.149.197,66 (onze milhões, cento e quarenta e nove mil, cento e noventa e sete reais e sessenta e seis centavos) que representa 18,34% do total dos recursos programados para a Secretaria das Cidades em 2014.

Em referência ao valor programado para a CIDADES no primeiro semestre, os projetos de Saneamento perfazem um total de R\$3.533.431,12 (três milhões, quinhentos e trinta e três mil, quatrocentos e trinta e um reais e doze centavos) (9,46%). Foi empenhado 22,84% e pago 16,20% do valor planejado para o período em análise (**Quadro 53**).

Quadro 53 – Execução Financeira dos Projetos de Saneamento Ambiental

Nº	Mapp	Projetos	Limite Anual	Limite Jan - Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	9	Alvorada – Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com Menores Índices de Desenvolvimento Municipal – IDM	156.798,21	156.798,21	156.798,21	100,00	156.798,21	100,00
2	16	Implantação e Gerenciamento das Obras dos Sistemas de	694.882,75	694.882,75	-	-	-	-
	22	Abastecimento de Água do Programa Ceará II – KFW II	-	-	-	-	-	-
3	26	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia CE-5 em Fortaleza	226.251,12	113.125,56	-	-	-	-
4	29	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2	2.440.000,00	1.219.999,98	650.259,22	53,30	415.789,37	34,08
5	133	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza – Conjunto Habitacional São Cristóvão	2.697.249,26	1.348.624,62	-	-	-	-
6	168	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira	3.500.048,30	-	-	-	-	-
7	183	Sistemas de Esgotamento Sanitário e de Abastecimento e Água – Residencial da Cidade de Jardim	1.433.968,02	-	-	-	-	-
Total			11.149.197,66	3.533.431,12	807.057,43	22,84%	572.587,58	16,20%

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF).

O **Projeto Alvorada** vem sendo executado desde o ano de 2007 e apresentou como meta para 2014 a implantação de 127 ligações prediais de esgoto no município de Cariré. Em sua proposta original aprovada pelo CCPIS dispunha também de recursos do governo federal obtido através da FUNASA.

Devido a problemas contratuais com a empresa executora, ele foi encerrado no dia 17/03/2014. Segundo Termo de Compromisso firmado com a FUNASA o Estado concluirá as obras através de outro projeto e somente com recursos estaduais.

Vale ressaltar que o valor empenhado por este projeto [R\$156.798,21 (cento e cinquenta e seis mil, setecentos e noventa e oito reais e vinte e um centavos)] foi utilizado para pagamento de despesas relativas à gestão, especificamente para prestação de contas junto a CIDADES e FUNASA.

O projeto **Implantação e Gerenciamento das obras dos Sistemas de Abastecimento de Água do Programa Ceará II – KfW II** insere-se no âmbito do Programa de Saneamento Básico Ceará II o qual é financiado pelo banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) e vem sendo desenvolvido desde 2006 com foco no abastecimento de água e esgotamento sanitário de localidades situadas nas regiões do Baixo Jaguaribe, Médio Jaguaribe e Banabuiú.

Paralelamente, o Programa promove a sensibilização e capacitação da população beneficiada através da implantação de programas de educação sanitária e orientação em relação ao uso racional da água e a importância do esgotamento sanitário.

O Sistema de Saneamento Rural (SISAR) foi o Modelo de Gestão escolhido para a operação de pequenos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário na zona rural. No entanto constatou-se a necessidade de sua estruturação física e logística. A auto-sustentabilidade ainda é uma meta de médio e longo prazo, pois apesar do grande número de sistemas implantados, eles são de pequeno porte, o que implica em arrecadação reduzida.

O projeto estabeleceu como meta para 2014 concluir a implantação de 1 Sistema de Abastecimento de Água (SAA) na localidade de Ipiranga (Município de Boa Viagem), beneficiando 931 habitantes; concluir a implantação de 1 SAA na localidade de Espinheiros (Município de Madalena), beneficiando uma população de 672 habitantes e acompanhar e monitorar a implantação de 13 Sistemas de Abastecimento de Água.

Para o alcance desta meta o projeto estimou um valor total em 2014 de R\$11.183.212,24 (onze milhões, cento e oitenta e três mil, duzentos e doze reais e vinte e quatro centavos), dos quais R\$694.882,75 (seiscentos e noventa e quatro mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e cinco centavos) são oriundos do FECOP e R\$10.488.329,49 (dez milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil e trezentos e vinte e nove reais e quarenta e nove centavos) serão captados junto ao KfW.

A obra do SAA de Ipiranga, município de Boa Viagem, foi paralisada para a elaboração de aditivo de prazo e valor, visando a redução de custos operacionais e otimização na execução

das obras por solicitação do Banco KfW, como também para aguardar a conclusão dos termos de alienação dos ramais elétricos e ligação da energia elétrica por parte da COELCE. A ligação foi efetivada e os termos de alienação elaborados. O processo de elaboração dos aditivos de prazo e valor está sendo concluído. No entanto, o açude Ipiranga, manancial do projeto, secou. Para substituir o açude estão sendo realizados estudos para perfuração de poços visando atender a demanda prevista.

A obra do SAA da localidade de Espinheiro, município de Madalena, também foi paralisaada para elaboração de aditivo de valor, pois o órgão financiador, Banco Alemão KfW, solicitou algumas readequações de projetos visando a redução de custos operacionais e otimização na execução das obras. Na execução do orçamento do aditivo foi constatado que este ultrapassaria o limite máximo legal de 25% do valor do contrato. Sendo assim, foi necessário fazer nova licitação da obra com os serviços remanescentes do contrato.

O novo processo licitatório foi finalizado e o contrato foi assinado. A Ordem de Serviço (OS) não foi emitida, pois o açude, manancial do projeto, secou. Para substituir o açude, foi perfurado um poço pela CAGECE e a vazão foi insuficiente. Outros poços serão perfurados pela Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH) para atender a demanda de projeto e, assim, emitir a OS.

O projeto **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia CE-5 em Fortaleza** inclui-se no âmbito do Programa SANEAR II e vem sendo executado desde 2007. Passou a dispor de recursos do FECOP em 2013.

Em sua versão de 2014 o projeto apresentou como meta implantar 4.090 ligações prediais de esgoto. Para tanto, apresentou um orçamento cujo valor total é de R\$6.002.654,86 (seis milhões, dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e seis centavos) dos quais R\$226.251,12 (duzentos e vinte e seis mil, duzentos e cinquenta e um reais e doze centavos) referem-se a recursos do FECOP e R\$5.776.403,74 (cinco milhões, setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e três reais e setenta e quatro centavos) do FGTS. Embora tenha apresentado previsão de desembolso dos recursos do FECOP para o primeiro semestre, nenhum valor foi empenhado.

Este fato resultou do contrato de financiamento (FGTS) estar vencido, não podendo ser realizado o desembolso desta fonte e, por consequência, utilizados os recursos da contrapartida do governo estadual (FECOP). O projeto foi readequado e enviado para o órgão financiador (CAIXA), para análise.

Travessia (Rua Arariboia)



Travessia (Rua Arariboia)



Coletor Tronco (Margem da Lagoa da Maraponga)



O projeto **Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2** também se insere no escopo do Programa Sanear II.

Em sua programação para 2014 o projeto apresentou como meta implantar 1.731 ligações prediais de esgoto, possibilitando atender a uma população de 7.132 habitantes. Para tanto apresentou um orçamento cujo valor total é de R\$ 9.913.106,42 (nove milhões, novecentos e treze mil, cento e seis reais e quarenta e dois centavos) dos quais R\$2.440.000,00 (dois milhões e quatrocentos e quarenta mil reais) referem-se a recursos do FECOP e R\$ 7.473.106,42 (sete milhões, quatrocentos e setenta e três mil, cento e seis reais e quarenta e dois centavos) do Orçamento Geral da União (OGU). Empenhou 53,30% e pagou 34% dos recursos da fonte FECOP programados para desembolso no primeiro semestre.

A obra de ampliação da sub-bacia SE-2 foi paralisada em outubro de 2012, por motivo da intervenção da Unidade Metropolitana Oeste - UNMTO nos coletores em carga, que vinha dificultando a produtividade de execução das ligações intradomiciliares, e reiniciou em outubro de 2013, motivo pelo qual foi reprogramada para conclusão em 2014.

No período em análise, foram executadas 69 ligações intradomiciliares, beneficiando aproximadamente 331 habitantes da bacia SE-2, mas o empreendimento encontra-se paralisado desde abril de 2014 para readequação dos prazos de execução, tendo ordem de reinício prevista para agosto.

Poços de Visitas - PVs e Pavimentação Recuperada no Bairro Bom Jardim



O projeto **Sistemas de Esgotamento Sanitário em municípios com menores Índices de Desenvolvimento Municipal – IDM** situa-se no âmbito do Projeto Alvorada, que é fruto de um convênio firmado entre o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e o Governo do Estado, beneficiando 31 Municípios e 77 distritos/localidades, com sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário.

O projeto foi aprovado na 1ª Reunião Ordinária do CCPIS com um valor total de R\$1.683.936,16 (um milhão, seiscentos e oitenta e três mil, novecentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos) da fonte FECOP. Tinha por meta a implantação de 127 ligações prediais de esgoto no município de Cariré. Devido a problemas contratuais com a empresa executora e a não prorrogação do Projeto Alvorada, encerrado no dia 17/03/2014, a meta prevista não será alcançada através desse projeto.

O projeto **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza - Conjunto Habitacional São Cristóvão** é executado exclusivamente com recursos do FECOP. O Conjunto São Cristóvão possui rede coletora de esgoto do tipo condominial. O sistema apresenta problemas constantes de obstrução e vazamentos. Além disso, há dificuldade de manutenção e operação da rede por estar localizada abaixo das edificações e por haver caixas de inspeção situadas nos quintais das casas.

A obra foi iniciada em novembro de 2013 e o projeto estabeleceu como meta para 2014 implantar 28.819 metros de extensão de rede coletora de esgoto. Sua conclusão foi prevista para dezembro de 2014. Embora tenha apresentado um valor de R\$1.348.624,62 (um milhão, trezentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e quatro reais e sessenta e dois centavos) a ser desembolsado no primeiro semestre, nada foi empenhado. Segundo a CAGECE foram implantados no período 10.114,67 metros de extensão de rede coletora, porém a execução foi paga com recursos desembolsados ainda em 2013.

Colocação de PV na Avenida São Cristóvão



Recuperação de Pavimento na Rua 115



Recuperação de Pavimentação da Rua Gutemberg Brown



O projeto **Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira** dispõe de recursos exclusivos do FECOP e consiste na implantação da rede de esgotamento sanitário do Residencial Lino da Silveira, a ser construído com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, e na execução de obras na Estação de Tratamento de Esgotos do Conjunto Araturi situado em suas imediações, para adequá-la a receber os efluentes gerados pela população do novo residencial.

O Residencial Lino da Silveira ocupará uma área aproximada de 15 ha, localizado na Avenida São Vicente de Paula. Será composto por 9 condomínios de prédios, totalizando 2.816 habitações e uma população aproximada de 14.080 pessoas.

O projeto estabeleceu como meta para 2014 implantar 4.571 metros de extensão de rede coletora de esgoto e efetuar 2.816 ligações domiciliares. Não apresentou previsão de desembolso para o primeiro semestre. Durante este período, foi elaborado convênio da Secretaria das Cidades junto a CAIXA e está sendo aguardada a sua publicação para posterior emissão de ordem de serviço.

O projeto **Sistemas de Esgotamento Sanitário e de Abastecimento e Água – Residencial da Cidade de Jardim** dispõe de recursos exclusivos do FECOP e tem por finalidade a implantação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário e de Abastecimento de Água no Residencial Cidade Jardim situado no bairro Prefeito José Walter, com uma área de aproximadamente 49 hectares, composto por 346 blocos de 16 apartamentos cada, distribuídos em 18 quadras totalizando 5.536 unidades habitacionais de padrão popular que serão ocupadas por uma população estimada em 22.144 moradores.

O projeto estabeleceu como meta para 2014 implantar 7.634,18 m de rede coletora de esgotos, implantar 4.808,12 m de rede adutora e de distribuição de água, construir 2 estações elevatórias de esgoto e construir 24 castelos d'água (composto de cisternas e reservatórios elevados). Não apresentou previsão de desembolso para o primeiro semestre. Atualmente encontra-se em fase de licitação, com previsão de início no segundo semestre.

3.4.2.3. Projetos de Inclusão Produtiva

Com o intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico da população mais pobre do Estado, a Secretaria das Cidades desenvolve projetos que buscam a autonomia de seus beneficiários através do incentivo à geração de trabalho e renda. Para tanto, promove ações de capacitação, instrumentalização para o trabalho e formação de grupos de produção.

Do total dos recursos programados para a Secretaria das Cidades em 2014, os projetos direcionados a Inserção Produtiva perfazem um total de R\$630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais) (1,04%). Em referência ao valor programado para a CIDADES no primeiro semestre, os projetos desse grupo totalizam R\$409.125,00 (quatrocentos e nove mil e cento e vinte e cinco reais) (1,10%). Foi empenhado e pago 30,61% do valor planejado para o período (**Quadro 54**).

Quadro 54– Execução Financeira Inclusão Produtiva

Nº	Mapp	Projetos	Limite Anual	Limite Jan - Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	512	Inserção Produtiva - Apoio aos APLs	130.000,00	109.125,00	125.250,00	114,78	125.250,00	114,78
2	2042	Inclusão Social e Produtiva de Catadores	500.000,00	300.000,00	-	-	-	-
Total			630.000,00	409.125,00	125.250,00	30,61	125.250,00	30,61

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF).

O projeto **Inserção Produtiva – Apoio aos APLs** integra o Programa Desenvolvimento Regional e vem contando com o apoio do FECOP desde 2008. Realiza-se por meio do apoio técnico e financeiro a Arranjos Produtivos Locais (APLs) selecionados através de editais públicos e tem como objeto a geração de emprego e renda e o fortalecimento das atividades produtivas manufaturadas.

É considerado como Arranjo Produtivo Local (APL) um espaço construído historicamente, economicamente e socialmente por meio de uma aglomeração de empresas (ou produtores) similares e/ou fortemente inter-relacionadas, ou interdependentes, que interagem numa escala espacial local. A proximidade física permite que os laços de confiança e cooperação entre os agentes se estreitem.

É desenvolvido em parceria com o Ministério da Integração Nacional, que o considera como um dos mais importantes instrumentos de geração de emprego e renda para a estratégia de redução das históricas desigualdades regionais brasileiras. Tem fundamentos apoiados na Teoria do Desenvolvimento Endógeno, ou do Desenvolvimento Local, como é também conhecida.

Com o investimento efetuado durante sua execução foi possível a expansão das atividades comerciais, assim como o aumento da produtividade e qualidade dos produtos das associações e produtores beneficiados. Foi possível também criar novos nichos de mercado, que em sua maioria, ficavam restritos à venda de merenda escolar.

No ano de 2014 o projeto estabeleceu como meta apoiar técnica e financeiramente 20 Projetos Produtivos beneficiando 926 associados/cooperados de 20 municípios. Para tanto o projeto foi elaborado com um orçamento de R\$ 1.604.973,36 (um milhão, seiscentos e quatro mil, novecentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos) dos quais R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais) do FECOP e R\$1.474.973,36 (um milhão, quatrocentos e setenta e quatro mil, novecentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos) do BNDES.

No período em análise foram apoiados tecnicamente 6 projetos produtivos, beneficiando 671 associados/cooperados de 6 municípios (Icó, Baturité, Iguatu, Ipueiras, Tianguá e Viçosa). A meta relativa ao apoio financeiro não foi executada em virtude das licenças ambientais emitidas pela SEMACE para os projetos produtivos estarem vencidas, fator condicionante à liberação dos recursos do BNDES.

Pequenos Produtores no Município de Ibiapaba



Floricultura S. Antônio no município de Crato



Fábrica de Polpas no município de Iguatu



Beneficiamento de Pescado de Jaguaribara



O projeto **Inclusão Social e Produtiva de Catadores** se vincula institucionalmente ao Programa de Saneamento Ambiental e tem como objetivo apoiar a estruturação das organizações associativas auto-sustentáveis de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e a formação das pessoas envolvidas no processo, estimulando a geração de trabalho e renda, contribuindo para a inclusão social e produtiva. Para o ano de 2014, a meta estabelecida foi identificar, cadastrar, mobilizar e sensibilizar 3.000 catadores para implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Para tanto, apresentou em 2014 um orçamento com valor total de R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais) dos quais R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) correspondem ao FECOP e R\$5.000.000,00 (cinco milhões) a recursos do Ministério do Trabalho e Emprego captados através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Previa um desembolso de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) da fonte FECOP no primeiro semestre, mas nada foi empenhado.

Em dezembro de 2013, após formação do Comitê Gestor do Projeto de Inclusão Social de Catadores, foi possível concluir o edital para contratação de empresa para prestar os serviços de assessoria técnica visando à elaboração dos diagnósticos quantitativos e qualitativos dos catadores e de empreendimentos coletivos/cooperativos de reciclagem de resíduos sólidos. O edital foi encaminhado para a Procuradoria Geral do Estado – PGE, que ainda não aprovou o documento para dar início ao processo licitatório.

Em abril de 2014, a Procuradoria Geral do Estado - PGE solicitou esclarecimentos à Secretaria das Cidades quanto ao conteúdo do edital. O entendimento da Procuradoria é que o edital proposto possui características contrárias à orientação da setorial, haja vista que a inclusão social deveria ser tratada no âmbito de outros programas de Estado em vez do Programa de Saneamento Ambiental. A Secretaria das Cidades, com base na legislação existente das áreas de saneamento e resíduos sólidos, elaborou um documento com esclarecimentos sobre o assunto, justificando a necessidade e o interesse em acompanhar/executar o projeto no âmbito do Programa de Saneamento. Aguarda-se novo parecer da PGE sobre o assunto para redefinição das próximas etapas/cronograma do projeto.

3.4.3. Aplicação dos Recursos por Macrorregião

Os recursos empenhados pela Secretaria das Cidades no período em análise estão quase na sua totalidade alocados na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), contemplada com R\$12.565.144,57 (doze milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos). Isso resulta da execução dos projetos que envolvem maior volume de recursos, como é o caso do projeto Maranguapinho e de projetos desenvolvidos em

parceria com o Programa Minha Casa Minha Vida. Esses projetos contribuem principalmente para a redução do elevado déficit habitacional qualitativo e quantitativo existente na RMF.

Quadro 55– Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Valor Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	12.565.144,57	88,23	703	16,46
2-LITORAL OESTE	194.831,28	1,37	467	10,93
3-SOBRAL/IBIAPABA	312.872,73	2,20	406	9,50
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	137.219,88	0,96	367	8,59
5-SERTÃO CENTRAL	497.553,00	3,49	1.857	43,47
6-BATURITÉ	0,00	0,00	188	4,40
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	0,00	0,00	70	1,64
8-CARIRI/CENTRO SUL	533.691,06	3,75	214	5,01
TOTAL	14.241.312,52	100,00	4.272,00	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.4.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados

- **Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)**

Dada continuidade às obras do residencial Aldemir Martins (85,17% executado) e do residencial Santo Sátiro (18,89% executado).

- **Rio Cocó (Ações Habitacionais)**

Negociadas 40 indenizações de benfeitorias das quais 29 já foram pagas. Quanto à construção do Residencial Paupina, foi dado prosseguimento ao processo de aprovação do Projeto Executivo junto à Prefeitura e a CAIXA.

- **Minha Casa Minha Vida – Municípios até 50.000 habitantes**

Entregues 460 unidades habitacionais, em municípios do interior do Estado do Ceará.

- **Habitação Rural – PNHR**

Realizadas as ações de assistência técnica e a contratação de 464 unidades habitacionais junto ao agente financeiro CAIXA, em 12 municípios do interior do Estado.

- **Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e II - PAC I)**

Atualizados os laudos dos terrenos e das benfeitorias e indenizadas 213 benfeitorias. Quanto à obra de urbanização, foram executados 39,89% do total da obra.

- **Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)**

Atualizados os laudos dos terrenos e benfeitorias e iniciadas as negociações junto aos proprietários para desapropriações dos terrenos e indenizações das benfeitorias. Até junho de 2014, 2 (dois) terrenos foram negociados, de um deles foi realizado o empenho e está em fase de preparação da escritura no nome do Estado para posterior pagamento. Foram negociadas 9 benfeitorias, uma delas paga e as demais com pagamento previsto para o segundo semestre.

- **Fogões Sustentáveis**

Realizada a entrega de 400 fogões sustentáveis que beneficiaram aproximadamente 1.660 pessoas no município de Piquet Carneiro. Ressalte-se que as famílias recebem orientação técnica por meio de ações de educação ambiental para conscientização acerca da importância da preservação do meio ambiente e da valorização da caatinga.

- **Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda**

Firmados 05 (cinco) Termos de Acordo com os beneficiários do Projeto Rio Cocó e 16 (dezesesseis) Termos de Acordo com beneficiários do Projeto Rio Maranguapinho. Efetuado o pagamento de aluguel social para 20 famílias.

- **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia CE-5 em Fortaleza**

Realizados cerca de 895 metros de rede coletora de esgoto e 7 unidades de ligações prediais, onde essas ligações beneficiaram aproximadamente 30 pessoas.

- **Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-Bacia SE-2**

Executadas 69 ligações intradomiciliares, que beneficiará em torno de 331 habitantes das regiões contempladas pela bacia SE-2. A população beneficiada só será registrada quando as ligações entrarem em operação.

- **Inserção Produtiva - Apoio aos APLS**

Por meio das visitas técnicas foram observadas mudanças nos processos de gestão e produção dos beneficiados, bem como a melhoria na qualidade e diversidade dos produtos, promovendo com isso a expansão do trabalho e renda nos municípios beneficiados. Foram realizadas seis visitas técnicas nos municípios de Icó, Baturité, Iguatu, Ipueiras, Tianguá e Viçosa, beneficiando 621 associados/cooperados.

Dificuldades

- **Projeto Habitacional II – Pró-Moradia**

Demora da CAIXA quanto à aprovação da alteração contratual acerca das metas ajustadas do projeto junto a este agente financeiro.

- **Melhorias Habitacionais no Município de Fortaleza**

Demora na entrega da documentação necessária à formalização do Convênio por parte do município de Fortaleza.

- **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia CE-5 em Fortaleza**

Atraso da liberação por parte da Prefeitura Municipal de Fortaleza dos trechos referentes às obras, pois estão dentro da área de influência da COPA. Outra dificuldade encontrada foi o período da quadra chuvosa em Fortaleza, que veio a dificultar a execução dos serviços, pois os trechos são próximos a Lagoa da Maraponga, tornando-os de difícil acesso.

- **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza – Conjunto Habitacional São Cristóvão**

Um dos grandes percalços enfrentados pelas frentes de serviços tem sido o nível de lençol freático, que apresentam muito rasas durante as escavações das valas, impedindo uma maior produtividade na execução da rede coletora, assim também como a lentidão no processo de desapropriação da estação elevatória de esgoto do SES.

- **Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira**

Descumprimentos do cronograma pela empresa contratada para execução dos serviços e a resistência à adesão da população por questões financeiras.

- **Sistemas de Esgotamento Sanitário e de Abastecimento e Água – Residencial da Cidade de Jardim**

Descumprimento do cronograma pela empresa contratada na execução dos serviços previstos no contrato.

- **Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2**

Paralisações por motivo da intervenção da Unidade Metropolitana Oeste - UNMTO nos coletores em carga, que vinha dificultando a produtividade e o andamento da execução das ligações intradomiciliares.

- **Inserção Produtiva - Apoio aos APLS**

Falta de habilidade do grupo gestor responsável para tratar com os fornecedores de matéria-prima e também a dificuldade de relacionar o capital de giro com as compras de insumos.

- **Inclusão Social e Produtiva de Catadores**

Entraves no processo licitatório para contratar empresas para realizar serviços de assessoria técnica das etapas previstas no projeto. Em abril de 2014, a Procuradoria Geral do Estado - PGE solicitou esclarecimentos à Secretaria das Cidades quanto ao conteúdo do edital. O entendimento da Procuradoria é que o edital proposto possui características contrárias à orientação da setorial, haja vista que a inclusão social deveria ser tratada no âmbito de outros programas de Estado em vez do Programa de Saneamento Ambiental. A Secretaria das Cidades, com base na legislação existente das áreas de saneamento e resíduos sólidos, elaborou um documento com esclarecimentos sobre o assunto, justificando a necessidade e o interesse em acompanhar/executar o projeto no âmbito do Programa de Saneamento. Estamos aguardando novo parecer da PGE sobre o assunto e posteriormente redefinirmos as próximas etapas/cronograma do projeto.

3.5. Secretaria da Saúde

3.5.1. Aspectos Gerais

A Secretaria da Saúde (SESA) tem a missão de assegurar a formação e gestão das políticas em saúde e a prestação da assistência à saúde individual e coletiva, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida dos cearenses. E dentre seus objetivos destaca-se a ampliação do acesso da população às ações e serviços de saúde nos municípios do Estado e o fortalecimento das ações e serviços de promoção, proteção e vigilância em saúde.

Nos anos de 2009 e 2010 a SESA apresentou projeto para financiamento junto ao FECOP destinados a construção de 150 Unidades Básicas de Saúde e aquisição de 159 veículos para transporte dos profissionais das Equipes de Saúde da Família.

Na busca pela continuidade dos objetivos propostos, a SESA, solicitou em 2013, aprovação junto ao Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS) para financiamento com recursos FECOP do Projeto de Apoio a Infraestrutura na Atenção Básica à Saúde. Entretanto, por questões de ordem operacional, não houve execução do projeto naquele ano.

Em 2014 foram destinados ao Projeto de Apoio a Infraestrutura na Atenção Básica à Saúde o valor de R\$23.232.058,20 (vinte e três milhões, duzentos e trinta e dois mil, cinqüenta e oito reais e vinte centavos) de limite anual e semestral (jan.-jun.) e executado até junho R\$ 4.125.309,65 (quatro milhões, cento e vinte e cinco mil, trezentos e nove reais e sessenta e cinco centavos), equivalente a 17,76% do valor.

Quadro 56 – Execução Financeira da SESA

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Limite até Junho	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	1954	Apoio a Infraestrutura na Atenção Básica à Saúde	23.232.058,20	23.232.058,20	4.125.309,65	17,76	3.252.213,11	14,00
Total			23.232.058,20	23.232.058,20	4.125.309,65	17,76	3.252.213,11	14,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.5.2. Desenvolvimento

O projeto de responsabilidade da SESA inclui-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Estruturantes, na seguinte categoria:

- Infraestrutura Comunitária, abrangendo os projetos onde toda a comunidade é beneficiada com os produtos.

O Projeto de Apoio a Infraestrutura na Atenção Básica à Saúde nos municípios do Estado visa a aquisição de 230 Kits de Equipamentos para Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) e de 230 veículos para transporte das Equipes de Saúde da Família (ESF). Foram contemplados 173 municípios no Estado, correspondendo a 94% dos municípios do Estado.

Os 184 municípios do Estado do Ceará fizeram adesão a Política Nacional de Atenção Básica que prevê a implantação da Estratégia Saúde da Família (ESF). Segundo dados do Ministério da Saúde/SAS/DAB (competência agosto/2013) se encontram em funcionamento 1.929 Equipes de Saúde da Família implantadas com cobertura populacional estimada de 71,29%.

As equipes são formadas por profissionais qualificados para a incorporação de instrumentos e metodologias e para o trabalho junto à rede integrada de atenção à saúde visando acompanhar e avaliar de forma permanente a melhoria da situação de saúde das famílias, especialmente os grupos mais vulneráveis a riscos de contrair doenças e sofrer danos a saúde.

As famílias em situação de pobreza e extrema pobreza apresentam mais dificuldade de acesso e frequência aos serviços de saúde e, portanto, a oferta de ações básicas a estas famílias potencializa a melhoria da qualidade de vida do grupo e contribui para sua inclusão social. As equipes realizaram, ainda, o acompanhamento das famílias no que se refere aos condicionantes de saúde do Programa Bolsa Família (PBF).

Os recursos financeiros deste projeto estão sendo repassados para os Fundos Municipais de Saúde, após adesão dos municípios as Atas de Registro de Preços dos equipamentos liberadas pela SESA e Ata de Registro de Preço de veículos disponibilizada pela SEPLAG.

A execução deste projeto é de responsabilidade executiva da SESA, mas por se tratar de aquisição de bens e de veículos, o processo administrativo envolve a SEPLAG e PGE, através da Comissão de Licitação, na elaboração das Atas de Registro de Preços. Após a liberação dessas atas, o Município solicita a adesão e os recursos são repassados do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, para que este município possa adquirir os equipamentos e veículos.

Os municípios com menos de 10 Equipes de Saúde da Família em funcionamento receberão 01 Kit de Equipamentos para a Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) e 01 veículo para

transporte da equipe. Os municípios com 10 a 20 equipes receberão 02 veículos para transporte 02 Kits de Equipamentos para a UBSF. Já os municípios com mais de 20 equipes receberão 03 veículos e 03 Kits de Equipamentos para a UBSF.

Parcela dos recursos previstos no projeto, equivalente a 18% do total, foram repassados para os 173 municípios beneficiados. Contudo, a SESA ainda não realizou acompanhamento para verificar quais municípios já fizeram a aquisição de parte dos equipamentos que compõem os Kits, o que será feito posteriormente.

3.5.3. Aplicação de Recursos por Macrorregião

Os recursos foram distribuídos por Região atendendo os 173 municípios quase a totalidade dos municípios do Estado, sendo distribuídos de forma homogênea considerando a população dos municípios que compõe cada região.

A população beneficiada será considerada quando os municípios informarem se os itens correspondentes aos recursos transferidos foram adquiridos e entregues nas UBSF.

Quadro 57 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	383.749,80	9,30	0	0
2-LITORAL OESTE	613.999,68	14,88	0	0
3-SOBRAL/IBIAPABA	633.187,17	15,35	0	0
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	268.624,86	6,51	0	0
5-SERTÃO CENTRAL	441.311,67	10,70	0	0
6-BATURITÉ	306.999,74	7,44	0	0
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	537.249,72	13,02	0	0
8-CARIRI/CENTRO SUL	940.187,01	22,79	0	0
TOTAL	4.125.309,65	100,00	0	0

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.5.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados:

- Transferidos 18% dos recursos financeiros destinados a aquisição dos kits aos 173 municípios contemplados no projeto.

Dificuldades:

- O Kit é composto por 50(cinquenta) itens de equipamentos que tiveram que ser organizados em 05 (cinco) lotes, fato que levou a demora na elaboração dos editais de licitação.
- Dificuldade de obtenção dos preços para elaboração do processo licitatório.
- Vários itens das licitações fracassaram, levando à elaboração de outros processos licitatórios, aumentando ainda mais a demora na disponibilização dessas atas.
- Atraso no repasse dos recursos financeiros aos municípios, em função na morosidade destes em disponibilizar contas específicas para os recursos do Fundo Estadual de Combate a Pobreza.

3.6. Secretaria da Infraestrutura

3.6.1. Aspectos Gerais

A SEINFRA foi criada pela Lei Nº 12.961 de 03 de Novembro de 1999, dentro do processo de Reforma Administrativa do Governo do Estado e tem como competência coordenar as políticas do Governo nas áreas dos transportes, obras, energia e comunicações.

O Governo Estadual reputa a infraestrutura como pré-condição para o crescimento sustentável. Esta lógica norteia todas as ações da SEINFRA, que compreende a importância da implantação de obras estruturantes para atrair em curto e médio prazo a instalação de grandes projetos produtivos no Estado e contribuir para a expansão de nossa economia.

Através do Plano Estadual de Logística e Transporte do Ceará – PELT foram programados investimentos de grande magnitude para expansão e melhoria da infraestrutura de transporte rodoviário, portuário e ferroviário. Nesta última modalidade projeta-se a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) um empreendimento desenvolvido pela SEINFRA em parceria com a Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor).

Trata-se de uma obra complexa que objetiva interligar o Porto do Mucuripe e suas circunvizinhanças ao terminal de ônibus de Parangaba e a Estação Metroviária de mesmo nome. O VLT percorrerá um ramal com extensão total de 12,7 km, sendo 12,2 km em superfície e 0,5 km em elevado. Apresenta uma demanda potencial diária estimada de 90.000 passageiros / dia. Ao longo do ramal estão previstas 8 estações: Parangaba, Montese, Vila União, Rodoviária, São João do Tauape, Pontes Vieira, Papicu e Mucuripe.

O ramal Parangaba/Mucuripe do VLT seguirá em paralelo a linha férrea utilizada pela Transnordestina Logística S/A para o transporte de carga. Atravessa 22 bairros de Fortaleza que apresentam uma densidade demográfica de 9.717,65 hab. / km² (22% acima da média de Fortaleza) e representa benefício para 505.000 habitantes.

O projeto como um todo conta principalmente com recursos obtidos junto ao BNDES via Caixa Econômica Federal e Tesouro Estadual. Colaborando com este esforço, o FECOP apóia financeiramente desde o ano de 2013 a implantação do VLT disponibilizando recursos para o pagamento de desapropriações e aquisição de terrenos para reassentamento da população de baixa renda atingida pelo empreendimento.

Quadro 58 – Execução Financeira da SEINFRA

MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
285	Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba / Mucuripe	14.000.000,00	14.000.000,00	100	13.067.564,00	93.34
Total		14.000.000,00	14.000.000,00	100	13.067.564,00	93.34

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.6.2. Desenvolvimento

O projeto Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba / Mucuripe inclui-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, na categoria de projetos Estruturantes, subcategoria Infraestrutura Comunitária.

O projeto constitui-se basicamente de ações de desapropriação das áreas de domínio e estações do VLT e aquisição de imóveis para o reassentamento das famílias a serem realocadas. Estas são condições indispensáveis para que possam ser desenvolvidas todas as demais ações que beneficiarão aproximadamente 20% da população de Fortaleza.

Sabe-se que transportes de massa atendem, sobretudo a parcela mais pobre da população que não dispõe de veículo particular e sofre com a morosidade para percorrer distâncias mais longas. É importante ressaltar ainda que a implantação do VLT Parangaba – Mucuripe propiciará a ligação entre diversos pólos geradores e atratores de viagens, como: a região hoteleira, o porto do Mucuripe, a rodoviária de Fortaleza, o aeroporto, universidades, hospitais, além de dois importantes terminais de ônibus do município (Parangaba e Papicu), gerando mobilidade urbana e aumentando a acessibilidade das mais diversas classes sociais da população. O projeto beneficiará a cidade, de modo geral, configurando-se como um revitalizador de áreas subutilizadas e contribuindo para a urbanização de vários bairros.

O projeto foi aprovado na 1ª Reunião Ordinária do CCPIS com um valor de R\$14.000.000,00 referente a fonte FECOP tendo por meta a desapropriação de 338 imóveis localizados na faixa de domínio, destinada à implantação do VLT e a aquisição de 5 terrenos para reassentamento de 1.200 famílias, através do Programa Minha Casa Minha Vida.

3.6.3. Aplicação de Recursos por Macrorregião

O valor alocado pelo projeto Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba/Mucuripe, representa 94% da totalidade dos recursos do FECOP disponibilizados

para execução pela SEINFRA. Tratando-se de uma obra executada especificamente no município de Fortaleza, não apresenta beneficiários em 2013. Só quando o VLT estiver em funcionamento, facilitando o transporte urbano, diminuindo o tempo de deslocamento e dando conforto aos seus usuários, bem como quando as famílias de baixa renda forem reassentadas, poderá ser definido o número de beneficiários do projeto.

Quadro 59 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Valor Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	14.000.000,00	86,77	0	0
TOTAL	14.000.000,00	86,77	0	0

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.6.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados

- Desapropriados e indenizados 338 imóveis localizados na faixa de domínio, destinada à implantação do VLT.

Dificuldades

- Falta da documentação legal (certidão do IPTU e Cartorária) necessária para o pagamento das indenizações e para aquisição de terrenos destinados ao reassentamento da população de baixa renda, atrasando o processo de desapropriação dos imóveis.
- Dificuldade nos processos de pagamentos de desapropriação face a escassez de recursos atualmente disponibilizados.

3.7. Secretaria dos Recursos Hídricos

4.7.1. Aspectos Gerais

A Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH coordena as ações do Estado no âmbito dos recursos hídricos, e sua atuação está voltada para promover a oferta, a gestão e a preservação dos recursos hídricos de forma participativa e descentralizada, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.

Para viabilizar o cumprimento de sua missão, conta como uma das fontes de recursos o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, que está financiando a execução de 08 (oito) projetos, na categorização de Infraestrutura Comunitária – Saneamento Básico, em 2014. Desse total, apenas 2 (dois) foram apresentados pela primeira vez no ano (Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens – Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e Sistema de Abastecimento de Água do Distrito de Dom Quintino no Município do Crato), sendo os demais de continuidade.

Todos os projetos financiados, dizem respeito ao abastecimento de água, sendo dois deles enquadrados no Programa de Acumulação Hídrica (Construção, ampliação e reabilitação de barragens – Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e Construção da Barragem Germinal em Palmácia), enquanto que os demais são ações vinculadas ao Programa de Transferência Hídrica e Suprimento de Água.

Seis projetos financiados pelo FECOP são executados diretamente pela SRH e dois pela sua vinculada, Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA), quais sejam: Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinização e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado e o projeto Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens – Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Em 2014, foram destinados para a SRH e SOHIDRA para a execução dos oito projetos o valor de R\$8.999.683,04 (oito milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e oitenta e três reais e quatro centavos), sendo R\$2.749.487,32 (dois milhões, setecentos e quarenta e nove mil reais, quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e dois centavos) programados para o semestre, dos quais foram executados até junho R\$1.034.462,00 (um milhão, trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e dois reais), equivalente a 37,62% do limite liberado para o semestre. Com a execução dos projetos está previsto o atendimento a aproximadamente 27.518 pessoas.

Destaca-se que os recursos provenientes da fonte FECOP viabilizaram a captação de outras fontes de financiamento dos projetos. Do total em execução pela SRH, 3 (três) foram financiados exclusivamente pelo FECOP (Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará; Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens - Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST; e Sistema de Abastecimento de Água do Distrito Dom Quintino no Município de Crato) e os outros 5 (cinco) incluem recursos captados de outras fontes que, no caso, é exclusivamente o Governo Federal. O volume total de recursos envolvidos é de R\$ 68.227.256,30 (sessenta e oito milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos). A participação do valor disponibilizado pelo FECOP e do valor disponibilizado pelo Governo Federal no valor anual destes projetos é de, respectivamente, 13,19% e 86,81%.

Quadro 60 – Execução Financeira da SRH

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	80	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinização e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado	603.252,39	603.252,39	603.251,39	100,00	89.702,09	14,87
2	233	Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens – Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	5.483.027,92	548.302,79	0,00	0	0,00	0
3	264	Otimização e gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento	1.368.578,02	877.584,76	93.782,68	10,69	93.593,68	10,66
4	269	Construção do Sistema Adutor de Palmácia	259.904,86	233.914,37	84.263,57	36,02	84.263,57	36,02
5	277	Construção de Sistema de Abastecimento de Água nas Comunidades situadas nas áreas ao longo dos Trechos I, II e III do Eixão das Águas	25.000,00	25.000,00	0,00	0	0,00	0
6	282	Construção do Sistema Adutor da sede do município de Alto Santo	284.827,02	256.344,30	217.488,47	84,84	217.488,47	84,84
7	286	Construção da Barragem Germinal - Palmácia	86.654,35	78.168,93	35.675,89	45,64	35.675,89	45,64
8	332	Sistema de Abastecimento de Água do Distrito de Dom Quintino no Município de Crato	888.438,48	126.919,78	0,00	0	0,00	0
Total			8.999.683,04	2.749.487,32	1.034.462,00	37,62	520.723,70	18,94

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.7.2. Desenvolvimento

Todos os projetos desenvolvidos pela SRH incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de projetos Estruturantes, na categoria Infraestrutura Comunitária. São assim considerados em função dos produtos por eles gerados serem apropriados por toda uma comunidade.

No âmbito da SRH encontram-se subdivididos em dois Programas: Programa de Transferência Hídrica e Suprimento de Água e Programa Acumulação Hídrica.

Programa Transferência Hídrica e Suprimento de Água

Este Programa visa atender as necessidades de abastecimento de água em regiões com pouca disponibilidade de recursos hídricos, através da interligação de bacias, construção de adutoras e construção de pequenos sistemas simplificados de abastecimento de água.

Pertencem a esse grupo os projetos relacionados no quadro abaixo.

Quadro 61 – Execução Financeira Jan – Jun / 2014 - Programa Transferência hídrica e Suprimento de Água

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	80	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinização e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado	603.252,39	603.252,39	603.251,39	100,00	89.702,09	14,87
2	264	Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e instalação ou revitalização de pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento	1.368.578,02	877.584,76	93.782,68	10,69	93.593,68	10,66
3	269	Construção do sistema adutor de Palmácia	259.904,86	233.914,37	84.263,57	36,02	84.263,57	36,02
4	277	Construção do Sistema de Abastecimento de Água nas Comunidades situadas nas áreas ao longo dos Trechos I, II e III do Eixão da Águas	25.000,00	25.000,00	0,00	0	0,00	0
5	282	Construção do Sistema Adutor da sede do município de Alto Santo	284.827,02	256.344,30	217.488,47	84,84	217.488,47	84,84
6	332	Sistema de Abastecimento de Água do Distrito de Dom Quintino no Município de Crato	888.438,48	126.919,78	0,00	0	0,00	0
Total			3.430.000,77	2.123.015,60	998.786,11	47,04	485.047,81	22,84

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Com foco na transferência hídrica foram propostos dois projetos de construção de adutoras para abastecimento das sedes municipais de Alto Santo e Palmácia, que inclui também as localidades de Gado dos Rodrigues, Santo Antônio, Volta do Rio, Santa Maria, Gado do Ferros/Boqueirão e Rochedo. Trata-se de obras desenvolvidas por meio do PAC Infraestrutura Hídrica, que tem por objetivo mitigar os efeitos da estiagem por meio da ampliação da infraestrutura de abastecimento de água e que serão desenvolvidas em parceria com o Governo Federal, através do Ministério da Integração.

No âmbito deste programa e com foco específico no suprimento de água, situam-se os projetos de instalação ou recuperação de pequenos sistemas de abastecimento d'água em comunidades rurais difusas mediante a perfuração de poços profundos e a instalação, quando necessário, de dessalinizadores.

O atendimento destas comunidades com sistemas simplificados de abastecimento de água para o consumo humano afigura-se como a solução de melhor viabilidade econômica, ambiental e social e tem-se constituído em uma ação sistemática do Estado intensificada em razão da estiagem prolongada que obriga a população a se deslocar por grandes distâncias para suprir suas necessidades. Na maioria das vezes as fontes disponíveis não apresentam quantidade e qualidade suficiente, obrigando o poder público a buscar, através de carros pipas, suprir essa demanda a custos relativamente altos.

Segundo o documento “O Caminho das Águas nas Rotas dos Carros-Pipa” elaborado pelo Instituto Agropolos, devido à escassez de água, a população busca como alternativa o consumo de água contaminada por bactérias, alto teor de sais e elevada turbidez, facilitando a proliferação de doenças, principalmente aquelas de veiculação hídrica: diarreias, verminoses, micoses.

O projeto Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico atende comunidades do interior do Estado do Ceará visando disponibilizar água de boa qualidade para atender as necessidades de consumo humano e colaborando, paralelamente, para a redução do índice de doenças de veiculação hídrica e a melhoria das condições de vida da população beneficiada. A solução idealizada para o problema da falta de água nas comunidades selecionadas foi a instalação de sistemas simplificados que combinem a instalação de poços, construídos no embasamento cristalino, mesmo com as limitações de vazão e qualidade d'água, com a utilização de dessalinizadores, ou associados ao uso adequado de cisternas individuais. Implantado através da SOHIDRA, o projeto tem como princípio a busca da autosustentabilidade, tendo como parceiros as

prefeituras, as empresas de saneamento e a própria comunidade. A execução do projeto foi iniciada no primeiro semestre e dos 13 sistemas estabelecidos como meta para 2014, 2 já foram concluídos e 11 terão continuidade no segundo semestre.

Situado no âmbito do Programa Água Doce, o projeto Otimização da Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento d'água em Comunidades Rurais foi dividido em duas etapas: a primeira foi o diagnóstico socioambiental e técnico, 100% concluído. Nessa etapa foram diagnosticadas 666 comunidades rurais difusas em 48 municípios. Dessas 666 comunidades, foram selecionadas 444, nas quais foram feitos bombeamentos para teste de vazão e verificação da capacidade de produção dos poços profundos e determinação do tipo de dessalinizador compatível com as condições de cada comunidade a ser beneficiada. Além disso, foram realizadas todas as análises laboratoriais físico-químicas do solo e da água e bacteriológicas da água. Com o resultado das informações obtidas, já foram elaborados 197 projetos executivos dos 222 previstos, que possibilitarão a instalação dos respectivos equipamentos de dessalinização nessas comunidades. Os 25 projetos executivos restantes serão concluídos no segundo semestre.

Em relação à segunda etapa do projeto, foi iniciada a segunda tramitação na Procuradoria Geral do Estado do processo licitatório com vistas à seleção de empresa para realização das obras civis para implantação e/ou recuperação de sistemas de abastecimento de água com dessalinizadores, com fornecimento de equipamentos, monitoramento, manutenção e capacitação de operadores em comunidades rurais do Estado do Ceará. É importante acrescentar que o primeiro processo licitatório encaminhado à PGE, em novembro de 2013, foi revogado em virtude de atecnias verificadas na documentação apresentada pelas empresas concorrentes.

O projeto Construção de Sistemas de Abastecimento de Água nas Comunidades situadas ao longo dos Trechos I, II e III do Eixão das Águas constitui-se na implantação de bombas, instaladas em flutuantes no canal do Eixão, que captam a água bruta e a transporta por tubulação (adutoras) até uma caixa de filtragem e posteriormente para armazenamento em reservatório elevado de onde é distribuída para a população por meio de chafariz. O número de chafarizes por comunidade depende do número de famílias que a integra. O projeto é financiado pelo Ministério da Integração com contrapartida do FECOP e faz parte do PAC Estiagem, uma linha especial do Programa de Aceleração do Crescimento que foi criada em 2012 para enfrentar os efeitos da estiagem no semiárido nordestino. No caso específico deste projeto, o enfrentamento do problema se dá mediante investimentos em ações estruturantes e

emergenciais para aumentar a oferta de água. As obras de construção de 16 Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água foram iniciadas no primeiro semestre de 2014.

A Construção do Sistema de Abastecimento de Água do Distrito Dom Quintino no município de Crato conta exclusivamente com recursos do FECOP e tem como objetivo disponibilizar água em quantidade e com a qualidade adequada para o consumo dos moradores do distrito. O convênio com a Prefeitura de Crato foi assinado em junho de 2014, competindo ao município licitar, contratar e fiscalizar a execução da obra e à SRH compete o repasse dos recursos e acompanhamento da aplicação.

Realização do Diagnóstico Socioambiental - município de Aracoiaba



Fonte: SRH

Obras hidroambientais (Terraços, cordões e Barragens) município Alto Santo



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Programa Acumulação Hídrica

O objetivo deste Programa é ampliar a oferta e a garantia de água bruta para usos múltiplos, através da construção de barragens ao longo de rios e riachos, servindo como fonte hídrica para o abastecimento humano e desenvolvimento econômico.

No Programa Acumulação Hídrica, encontram-se os projetos a seguir:

Quadro 62 – Execução Financeira Jan – Jun / 2014 – Programa Acumulação Hídrica

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	233	Construção, ampliação e reabilitação de barragens – Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	5.483.027,92	548.302,79	0,00	0	0,00	0
2	286	Construção da Barragem Germinal em Palmácia	86.654,35	78.168,93	35.675,89	45,64	35.675,89	45,64
Sub Total			5.569.682,27	626.471,72	35.675,89	5,69	35.675,89	5,69

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

O projeto de Construção da Barragem Germinal situada no município de Palmácia está estreitamente vinculado ao outro projeto de Construção da Adutora de Palmácia. A barragem germinal barrará o rio Pacoti, à montante da confluência deste com o rio Salgado, no município de Palmácia. A área da Bacia Hidrográfica é 94,00 Km², a capacidade de acumulação (Cota 364,00) será de 2.014.427,00 m³ com vazão regularizada de 0,049m³/s. Também é uma obra desenvolvida em parceria com o Governo Federal, através do Ministério da Integração e que integra o PAC Infraestrutura Hídrica.

O projeto Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens tem por área de atuação as comunidades vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), atendendo a demanda desta entidade por maior disponibilidade de água para os assentados da reforma agrária. No total foram propostos 46 projetos de Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens sendo, 19 construções, 12 ampliações e 15 reabilitações, das quais 23 (7 construções, 7 ampliações e 9 reabilitações) estão programadas para execução em 2014. No período em análise não houve a conclusão dos 46 projetos que estão sendo elaborados por duas empresas terceirizadas: Agiltop e Filplan, sendo que a previsão de entrega está prevista para o segundo semestre do corrente ano.

3.7.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

Do montante de recursos empenhados no primeiro semestre de 2014 no valor de R\$1.034.462,00 (um milhão, trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e dois reais), tem-se com maior concentração de recursos empenhados a macrorregião Litoral Leste/Jaguaribe, que foi contemplada com 34,48%, seguida pela macrorregião Litoral Oeste com 27,70% e macrorregião de Baturité com 11,91%, conforme destacado no quadro a seguir:

Quadro 63 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Valor Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	76.265,56	7,37	0	0
2-LITORAL OESTE	286.618,20	27,70	0	0
3-SOBRAL/IBIAPABA	5.736,51	0,55	0	0
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	69.350,09	6,70	0	0
5-SERTÃO CENTRAL	114.115,11	11,03	300	100,00
6-BATURITÉ	123.217,47	11,91	0	0
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	356.700,56	34,48	0	0
8-CARIRI/CENTRO SUL	2.458,50	2,37	0	0
TOTAL	1.034.462,00	100,00	300	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Os projetos Construção do Sistema Adutor de Palmácia, Construção da Barragem Germinal em Palmácia e Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Alto Santo, todos com execução no período, estão concentrados em municípios específicos e, portanto, os recursos aparecem distribuídos com maior volume na macrorregião Litoral Leste/Jaguaribe, do município de Alto Santo, e macrorregião região de Baturité, do município de Palmácia.

Também com execução no período, o projeto Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento D'água em Comunidades Rurais, não desenvolveu atendimento uniforme para todo o estado do Ceará. A seleção dos municípios que participam deste investimento obedeceu a metodologia traçada pelo Ministério do Meio Ambiente, pela qual a escolha dos municípios das regiões semiáridas baseia-se na hierarquização feita por aquele ministério, por meio do Índice de Condição de Acesso à Água (ICAA) e a partir dos níveis de criticidade, definidos pela composição dos seguintes indicadores: a) Pluviometria; b) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); c) Mortalidade Infantil; c) Intensidade de Pobreza; d) Concentrações de Sólidos Totais Dissolvidos (STD); e) Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD). Este último indicador, como se trata de informação importante para o Estado do Ceará, foi solicitado ao Ministério que fosse incluído no cálculo da hierarquização dos municípios cearenses. Já com referência a seleção

das comunidades rurais difusas, foi exigido que cada localidade atendesse os seguintes critérios: a) Dispor de Poço Profundo com vazão mínima de 1000 litros/hora; b) Ter energia elétrica; e c) Ter população de, no mínimo, 20 famílias em raio de um quilômetro.

3.7.4 Principais Resultados e Dificuldades

Resultados:

- Instalados 02 sistemas simplificados de abastecimento de água com dessalinizadores e chafarizes eletrônicos em comunidades rurais beneficiando 300 pessoas.
- No âmbito do projeto Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento foram selecionadas 444 comunidades, nas quais foram feitos 100% de bombeamento para teste de vazão, 100% das análises físico-química do solo e da água nas nessas comunidades, bem como, foram realizadas 100% das análises bacteriológicas da água. Destaca-se ainda, a elaboração dos 197 projetos executivos que serão utilizados na instalação dos Sistemas de Dessalinização.
- As obras da Adutora de Alto Santo, iniciadas em janeiro de 2014 encontram-se com 20% de execução. Foram realizadas ainda a execução das ações ambientais para preservação da faixa de proteção permanente do entorno da fonte hídrica, bem como a execução de ações hidroambientais, ambas tendo como objetivo manter a qualidade da água.

Dificuldades:

- Inviabilidade técnica de vários poços selecionados no âmbito do projeto Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinização e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado. Em algumas localidades foram detectados níveis de salinidade da água acima do nível aceitável para os dessalinizadores. Isso provocou mudanças no rol dos municípios a serem atendidos e, em consequência, houve atraso no cronograma de execução, bem como no quantitativo de beneficiários.
- Atrasos no processo licitatório para contratação de empresa de locação de veículos, aquisição de material e equipamentos de Informática e contratação de empresa de supervisão para o projeto Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento

Dágua em Comunidades Rurais, resultando em uma execução financeira de apenas 10,69% sobre o valor programado para o período. Como o processo utilizou a modalidade de pregão eletrônico, as empresas foram sendo eliminadas uma a uma, por falta de documentação exigida.

3.8. Gabinete do Governador

3.8.1. Aspectos Gerais

A política do atual Governo orienta-se por três importantes diretrizes estratégicas: *Economia para uma Vida Melhor*, *Sociedade Justa e Solidária* e *Governo Participativo, Ético e Competente*. Trata-se de estratégias desafiadoras e transformadoras a serem implementadas de forma articulada entre Governo e Sociedade, com vistas à construção de um novo perfil de Estado.

O Gabinete do Governador (GABGOV) atua fortalecendo as relações com os diversos segmentos da sociedade, interagindo e escutando suas necessidades e expectativas, com o objetivo de adequar as estratégias e as políticas à melhoria da qualidade de vida do cearense. Como resposta à importância dada pelo Governo do Estado aos temas ligados à promoção da juventude, mulher, igualdade étnico-racial, proteção dos Direitos Humanos, enfrentamento às drogas e atenção à pessoa com deficiência e à pessoa idosa, o GABGOV incorporou a coordenação e o acompanhamento das ações relativas a essas políticas transversais, implementando grupos intersetoriais compostos pelas Secretarias envolvidas em cada área temática e o GABGOV.

Com relação às Políticas Públicas para a Juventude, o GABGOV gerencia o Programa de Gestão e Desenvolvimento de Políticas para a Juventude que contempla ações desenvolvidas em diversos órgãos estaduais, tendo como expoentes os Programas Primeiro Passo, ProJovem Trabalhador, ProJovem Adolescente, E-Jovem e a Construção das Praças da Juventude. Neste sentido, o Gabinete do Governador mantém diálogo com as demais Secretarias e vinculadas, além de contar com o apoio decisivo da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República.

O GABGOV executa diretamente os Programas ProJovem Urbano e ProJovem Campo Saberes da Terra, que têm por objetivo a elevação de escolaridade de jovens entre 18 e 29 anos, por meio da conclusão do Ensino Fundamental e da qualificação profissional, além da capacitação como multiplicador de ações em suas comunidades.

Desde 2009, no Estado do Ceará, o ProJovem Urbano atende jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, proporcionando a elevação de escolaridade, qualificação profissional inicial e o desenvolvimentos de atividades de participação cidadã. No âmbito Federal o programa é gerenciado pelo Ministério da Educação que anualmente disponibiliza vagas para os Estados e

Municípios executarem suas ações. Em 2013, o Estado do Ceará aderiu a 8.000 vagas, sendo 7.800 divididos por turmas em 39 municípios e 200 jovens em Unidades Penitenciárias.

No dia 09 de abril de 2014, o Estado aderiu a mais 600 vagas de ProJovem Urbano, passando a meta total de 8.000 para 8.600, distribuídos em 42 municípios e 2 Unidades Penitenciárias.

Em 2014, foram destinados ao projeto R\$8.077.368,03 (oito milhões, setenta e sete mil, trezentos e sessenta e oito reais e três centavos), sendo R\$ 4.038.684,00 (quatro milhões, trinta e oito mil, seiscentos e oitenta e quatro reais) de limite semestral (jan-jun) e executado até junho R\$ 3.781.549,93 (três milhões, setecentos e oitenta e um mil, quinhentos e quarenta e nove reais e noventa e três centavos), equivalente a 93,63 % do limite semestral.

O ProJovem Urbano conta ainda com recursos do Governo Federal e as contrapartidas dos municípios.

Quadro 64 – Execução Financeira do GABGOV

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual	Limite até Junho	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	86	Pro Jovem Urbano	8.077.368,03	4.038.684,00	3.781.549,93	93,63	3.781.549,93	93,63
		Total	8.077.368,03	4.038.684,00	3.781.549,93	93,63	3.781.549,93	93,63

Fonte: Gerência Executiva do FECOP

3.8.2. Desenvolvimento

O projeto desenvolvido pelo GABGOV inclui-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Estruturantes, na seguinte categoria:

- Educação, abrangendo os projetos vinculados à educação formal em seus diversos estágios.

Projovem Urbano

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano é um Programa do Governo Federal em parceria com o Governo do Estado do Ceará, que garante a jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever e que não concluíram o ensino fundamental, ações de elevação de escolaridade, na forma de curso, qualificação profissional inicial e participação cidadã.

A Resolução CD/FNDE Nº 54 de 21 de novembro de 2012, estabelece os critérios e as normas para a transferência automática de recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios com cem mil ou mais habitantes, para o desenvolvimento de ações do Programa Projovem Urbano, para entrada de estudantes em 2013. O documento também reforça a importância do Programa, destacando as seguintes necessidades: promover ações de cidadania voltadas a jovens que, por diferentes fatores, foram excluídos do processo educacional, de modo a reduzir a exposição desses jovens a situações de risco, desigualdade, discriminação e outras vulnerabilidades sociais; aproximar e articular as políticas e ações para a juventude, bem como disseminar informações sobre os bens e serviços públicos disponibilizados no território; criar novas oportunidades para os jovens atendidos pelo Programa por meio do acesso aos bens e equipamentos públicos de cultura, esporte, assistência social e saúde existentes no território, fortalecendo a integração entre as políticas públicas para a juventude e ampliando as possibilidades de informação e de participação dos alunos do Programa nesses espaços públicos; atender aos jovens catadores de resíduos sólidos; ampliar ações voltadas à elevação de escolaridade de jovens de 18 a 29 anos nas unidades dos sistemas prisionais, especialmente de jovens mulheres, devido ao crescente índice populacional carcerário feminino no último triênio, segundo o Sistema de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça (Infopen/MJ-2011).

Em 2014 o projeto vem atendendo 8.600 jovens em 42 municípios do Estado e 2 Unidades Penitenciárias, conforme relação abaixo:

Nº	Municípios	Nº	Municípios
1	Acarape	26	Ocara
2	Acaraú	27	Pacajus
3	Aiuaba	28	Pacoti
4	Aquiraz	29	Pacujá
5	Aracati	30	Paraipaba
6	Ararendá	31	Parambu
7	Acopiara	32	Paramoti
8	Aratuba	33	Penaforte
9	Camocim	34	Piquet Carneiro
10	Canindé	35	Quixeramobim
11	Crateús	36	Quixeré
12	Farias Brito	37	Reriutaba
13	General Sampaio	38	Saboeiro
14	Guaiuba	39	Tamboril
15	Horizonte	40	Tauá

16	Icapuí	41	Tianguá
17	Ipu	42	Várzea Alegre
18	Ipueiras	43	Penitenciária Francisco Hélio Viana
19	Itapajé	44	Presídio Penal Feminino Desembargador Auri Moura Costa.
20	Jaguaribe		
21	Limoeiro do Norte		
22	Madalena		
23	Massapê		
24	Monsenhor Tabosa		
25	Nova Russas		

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano iniciou novas turmas no dia 23/09/2013. Com duração de 18 meses, os jovens beneficiados ao final do curso terão a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental, ter uma qualificação profissional inicial e receber o estímulo de desenvolver atividades comunitárias, por meio das 3 dimensões: Educação Básica (Português, Matemática, Inglês, Ciências Humanas e Ciências da Natureza), Qualificação Profissional Inicial e Participação Cidadã. Vale ressaltar que o curso é dividido em 6 Unidades Formativas, cada uma com a duração de 3 meses: I - Juventude e Cultura; II - Juventude e Cidade; III - Juventude e Trabalho; IV – Juventude e Comunicação; V – Juventude e Tecnologia; VI – Juventude e Cidadania.

No 1º semestre de 2014, os jovens tiveram aulas das Unidades Formativas II e III, considerando que as aulas da Unidade Formativa I foram realizadas no ano de 2013. Destaca-se a seguir as propostas de temas integradores das Unidades Formativas II e III:

Unidade Formativa II: (Viver na Cidade; Meu bairro, meu território; A violência urbana invade o dia a dia dos jovens?; Educação, trabalho e lazer ao alcance de todos?; Saneamento básico é importante).

Unidade Formativa III: (Ser jovem: aprendendo e trabalhando; Ser jovem é ser consumidor?; A violência e minha situação de trabalho; Direitos de trabalhador: eu tenho?; Como meu trabalho pode prejudicar ou proteger o meio ambiente?).

É importante frisar que, o resultado dos jovens que tiveram o grau de escolaridade elevado, ou seja, jovens capacitados, só poderá ser mensurado ao final dos 18 meses de curso, ou seja, em Março de 2015.

Os educadores responsáveis pela Formação Continuada da Unidade Formativa II (Juventude e Cultura) e III (Juventude e Trabalho) foram capacitados e participaram de palestras com a Coordenadora Estadual de Políticas para as Mulheres, Mônica Barroso e com a Coordenadora Estadual de Direitos Humanos, Ana Paula Holanda.

Formação dos Educadores – Projovem Urbano



Fonte: GABGOV

Turma do Projovem Urbano na Sessão Plenária da Câmara Municipal de Paramoti



Fonte: GABGOV

3.8.3. Aplicação dos Recursos por Macrorregião

Os recursos foram distribuídos por Região atendendo 42 municípios e 2 Unidades prisionais da Região Metropolitana de Fortaleza. Os municípios atendidos pelas ações do ProJovem Urbano foram selecionados segundo os critérios destacados a seguir: o quantitativo da população de jovens de cada município, os índices de violência juvenil identificada, a taxa de analfabetismo e o percentual de jovens que abandonaram o Ensino Fundamental, priorizando ainda, a juventude negra. Assim, temos uma diferença na aplicação dos recursos por Macrorregião, motivada pela escolha dos municípios que considerou a realidade específica de cada um deles.

Quadro 65 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado (R\$)	%	População Beneficiada	%
1-RMF	686.020,68	18,15	0	00
2-LITORAL OESTE	383.030,68	10,13	0	0
3-SOBRAL/IBIAPABA	466.961,76	12,35	0	0
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	802.686,02	21,23	0	0
5-SERTÃO CENTRAL	550.892,82	14,57	0	0
6-BATURITÉ	299.099,62	7,9	0	0
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	383.030,68	10,13	0	0
8-CARIRI/CENTRO SUL	209.827,67	5,54	0	0
TOTAL	3.781.549,93	100,00	0	0

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.8.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados

- Formação Continuada de 308 Educadores da Unidade Formativa II (Juventude e Cultura) e III (Juventude e Trabalho).
- 8.600 jovens matriculados nas turmas do Projovem Urbano.
- 42 municípios e 2 Unidades Penitenciárias recebendo ações do ProJovem Urbano.

Dificuldades

- Irregularidade dos transportes escolares dos municípios, principalmente nos meses de janeiro e junho/14, que são meses das férias do ensino regular, o que ocasionou o aumento dos índices de infrequência dos jovens.

- O mês de junho foi marcado pelo grande índice de infrequência devido às festividades do Mundial de Copa do Mundo sediado no Brasil, bem como pelo trabalho temporário que este evento proporcionou a muitos jovens.
- Atraso no pagamento das bolsas-auxílios aos jovens, por parte do Governo Federal. A primeira bolsa foi liberada em fevereiro de 2014, contribuindo para o retorno de muitos jovens à sala de aula.

3.9. Secretaria do Esporte

3.9.1. Aspectos Gerais

O governo do Estado do Ceará vem desenvolvendo uma política de esporte e lazer com o objetivo de consolidar, resgatar, democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, em todas as suas dimensões, por meio da valorização, inclusão, promoção e oferta de oportunidades, em suas diversas áreas, ao conjunto da sociedade, de maneira democrática e participativa. A atual Política Estadual do Esporte encontra-se integrada à Política do Esporte da União, por intermédio do Plano Operativo Anual e do Sistema Nacional do Esporte e Lazer, que articula, organiza e integra as administrações federal, estaduais e municipais, bem como contempla e interage com os demais atores da sociedade brasileira. O Sistema Estadual de Esporte e Lazer é coordenado e gerenciado pela Secretaria do Esporte (SESPORTE), que tem a atribuição de implementar, acompanhar e monitorar as informações dos indicadores estabelecidos no Plano Estadual de Esporte e Lazer.

A SESPORTE tem como principais linhas de ação a capacitação, o incentivo às atividades esportivas de rendimento, desporto, lazer e educação e o fortalecimento da infraestrutura esportiva, com foco na inclusão social. Para a concretização do objetivo de desenvolver o esporte e o lazer e democratizar seu acesso, a atual gestão se utiliza de instrumentos legais que estabelecem as suas principais atribuições institucionais, como o planejamento, a normatização, a coordenação, a execução e a avaliação da política do esporte do Ceará.

Com base nesse direcionamento e com o intuito de verificar a efetividade da atual política do esporte do Estado, foram definidos resultados estratégicos, mensurados por indicadores, os quais apresentaram evolução positiva no período 2010/2013, por intermédio das ações vinculadas aos projetos Segundo Tempo, Bolsa Esporte e Viva +, apontando para o alcance de resultados exitosos no campo social e esportivo.

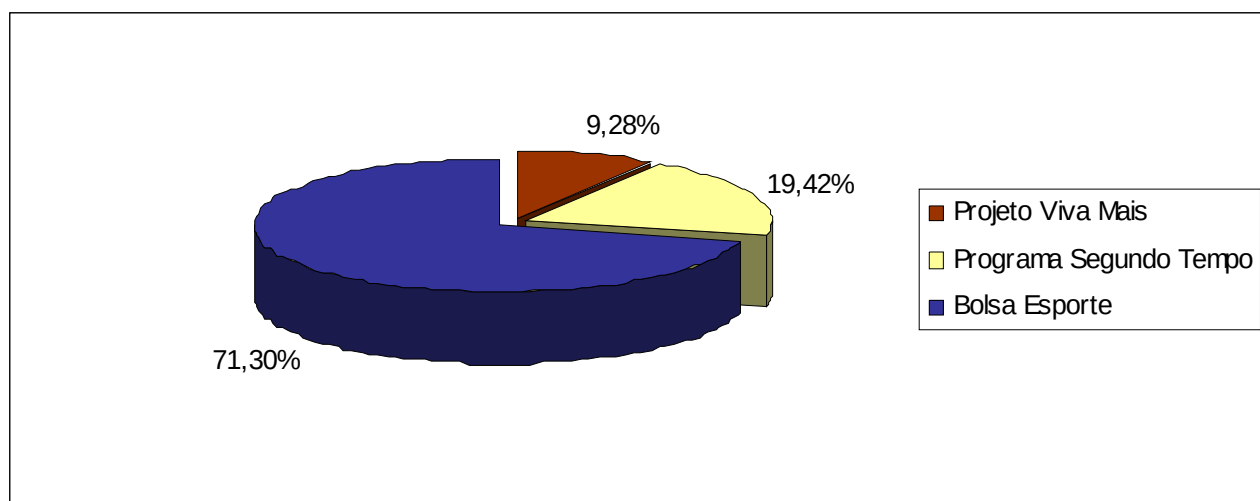
Para materializar esse cenário a SESPORTE conta com o apoio financeiro do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, que para o exercício de 2014, os recursos totalizam em R\$ 3.772.221,26 (três milhões, setecentos e setenta e dois mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e seis centavos), distribuídos conforme quadro e gráfico a seguir:

Quadro 66 – Execução Financeira da SESPORTE

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual	Limite até Junho	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	11	Projeto Viva Mais	350.000,00	266.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	18	Programa Segundo Tempo	732.440,26	722.440,26	351.543,97	48,66	136.409,47	18,88
3	20	Bolsa Esporte	2.689.781,00	1.340.831,00	460.405,00	34,35	460.405,00	34,35
Total			3.772.221,26	2.329.721,26	811.948,97	34,85	596.814,47	25,62

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 14 – Participação dos valores liberados por projetos em 2014



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.9.2. Desenvolvimento

Os projetos desenvolvidos pela SESPORTE incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Estruturantes, na seguinte categoria:

- Esporte, abrangendo os projetos que promovem a inclusão social de pessoas por meio de práticas esportivas.

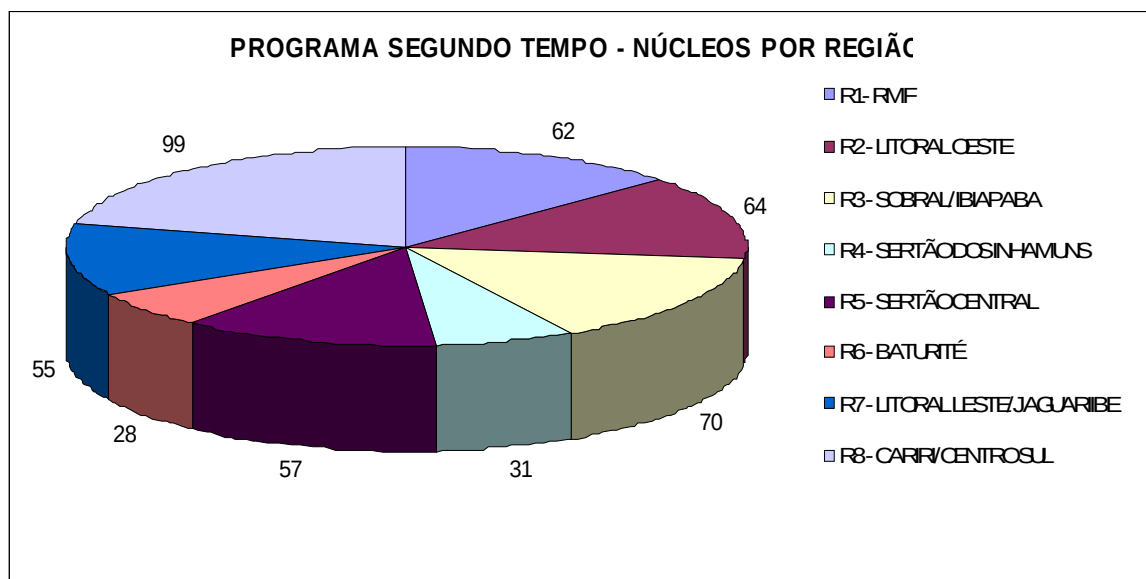
Segundo Tempo

O Programa Segundo Tempo é desenvolvido em parceria com o Ministério do Esporte e atende a crianças e jovens do ensino fundamental e do ensino médio de escolas públicas, oferecendo atividades esportivas, aula de reforço escolar e material esportivo no contraturno das aulas. Tem por objetivo democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças e adolescentes em situação de risco social.

Em 2014, foram destinados ao Segundo Tempo R\$732.440,26 (setecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte e seis centavos), sendo R\$722.440,26 (setecentos e vinte e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte e seis centavos) de limite semestral (jan-jun) e executado até junho R\$ 351.543,97 (trezentos e cinquenta e um mil, quinhentos e quarenta e três reais e noventa e sete centavos), equivalente a 48,66% do valor aprovado para o período.

No primeiro semestre manteve a marca de 46.600 beneficiados, a qualificação de quase mil profissionais e a ampliação de sua abrangência, através de melhorias no processo de formalização e contratação dos profissionais envolvidos.

Gráfico 15 – Distribuição dos Núcleos do Projeto Segundo Tempo por Região Administrativa



Fonte: SESPORTE

Núcleo Segundo Tempo – CITS/Conjunto Ceará-Fortaleza



Fonte: SESPORTE

Bolsa Esporte

O projeto Bolsa Esporte assegura renda fixa a crianças, adolescentes e adultos que não têm patrocínio, mas apresentam bom desempenho em atividades esportivas, oferecendo ao esportista tranquilidade para treinar e dedicar-se ao seu aperfeiçoamento.

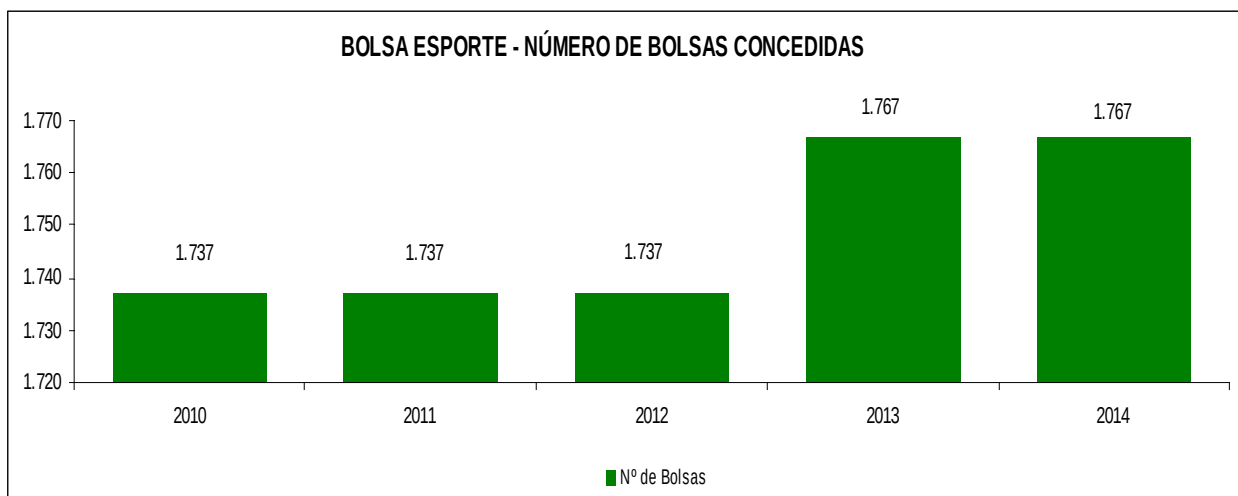
Desenvolvido exclusivamente com recursos do FECOP, o projeto apresenta-se como uma tentativa de intervir no quadro de desigualdade social e ao mesmo tempo, alavancar o esporte e o lazer como ferramenta de inclusão social. Para tanto, possibilita a democratização e o acesso à prática esportiva aos alunos matriculados nos estabelecimentos públicos de educação do Ceará, alunos de escolas particulares (que estudem com auxílio de bolsa de estudo integral) e deficientes, proporcionando uma manutenção pessoal mínima aos atletas, bem como, beneficiando os que se encontram na linha da pobreza.

Os atletas selecionados são contemplados com a modalidade de bolsa à qual melhor se ajustem: Nível I no valor de R\$100,00 (cem reais) para atletas iniciantes no esporte e participante de escolinhas de iniciação esportiva, desenvolvidas nas escolas ou projetos de sociais; Nível II no

valor de R\$130,00 (centro e trinta reais), para atletas que já participaram de competições locais, como as Olimpíadas Escolares do Ceará ou qualquer evento promovido pela SESPORTE e tenha sido colocado até o 10º lugar; e, Nível III no valor de R\$260,00 (duzentos e sessenta reais) que contempla os atletas que já tenham participado das mesmas competições que os esportistas incluídos no nível II e tenham obtido colocação até 6º lugar nas competições disputadas.

Em 2014, foram destinados ao Projeto Bolsa Esporte o valor de R\$ 2.689.781,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e oitenta e um reais), sendo 1.340.831,00 (um milhão, trezentos e quarenta mil, oitocentos e trinta e um reais) de limite semestral (jan-jun) e executado até junho R\$ 460.405,00 (quatrocentos e sessenta mil, quatrocentos e cinco reais), equivalente a 34,35% do valor aprovado para o período. Foram beneficiadas 1.779 pessoas, sendo 1.767 bolsas para crianças, jovens e adultos esportistas e 12 bolsas para a equipe de monitoramento.

Gráfico 16 – Evolução Temporal do Número de Bolsas Concedidas pelo Projeto Bolsa Esporte



Fonte: SESPORTE

- **Viva +**

O projeto Viva Mais abrange a implantação e manutenção de 14 núcleos dentro das Comunidades Terapêuticas em Fortaleza e Região Metropolitana credenciadas pela Assessoria Especial de Políticas Públicas Sobre Drogas do Governo do Estado, com uma média de 50 atendimentos diários entre crianças, jovens e adultos dependentes de drogas, funcionando de segunda a sexta, com carga horária semanal de 30h, realizando serviços de atividades esportivas, recreativas

lúdicas, desportivas e de lazer direcionadas a contribuir com reabilitação dos dependentes de drogas e executadas por profissionais de Educação Física.

No ano de 2013 procurou-se assegurar ao projeto a condição de política de Estado, na busca contínua pela eficiência, excelência, otimização de processos. Porém, houve a necessidade de seguir as novas regras da Lei Complementar Estadual nº 119, de 28 de dezembro de 2012 (DOE de 15/01/2013), voltadas para otimização da gestão orçamentária e financeira, bem como a transferência de recursos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, que exige uma chamada pública para seleção de entidades. Devido a atrasos no processo de chamada pública para o Projeto Viva Mais, não foi possível sua conclusão. Diante disto, o projeto não foi executado no ano de 2013.

Em 2014, foram destinados ao Projeto Viva Mais o valor de R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), sendo 266.900,00 (duzentos e sessenta e seis mil e novecentos reais) de limite semestral (jan-jun), sem execução até junho devido à não conclusão do processo de seleção das entidades no período.

3.9.3. Aplicação dos Recursos por Macrorregião

A alocação dos recursos por Macrorregião demonstra uma grande concentração na RMF, que absorve 71,54% do valor total empenhado no período. No projeto Bolsa Esporte, grande parte do valor encontra-se alocado na RMF devido à predominância, nesta região, dos atletas beneficiados com bolsas do nível II e III, que envolvem um volume maior de recursos.

A população beneficiada pelo projeto Segundo Tempo corresponde a 96% da população beneficiada pelo conjunto de projetos de responsabilidade da SESPORTE financiados pelo FECOP. Trata-se de 46.600 crianças, adolescentes e jovens atendidos em 466 núcleos, uma média de 100 pessoas por núcleo. Configura-se como um projeto de muita capilaridade com atuação em todos os municípios do Estado.

Deste modo, apesar dos recursos estarem em grande parte alocados na RMF, a população beneficiada encontra-se distribuída em todas as macrorregiões, com destaque para a Macrorregião Cariri/Centro Sul, com 20,87% da população beneficiada.

Quadro 67 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	580.848,97	71,54%	6.861	14,18%
2-LITORAL OESTE	49.040,00	6,04%	6.636	13,72%
3-SOBRAL/IBIAPABA	28.120,00	3,46%	7.130	14,74%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	19.660,00	2,42%	3.198	6,61%
5-SERTÃO CENTRAL	33.600,00	4,14%	5.863	12,12%
6-BATURITÉ	9.680,00	1,19%	2.844	5,88%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	51.420,00	6,33%	5.742	11,87%
8-CARIRI/CENTRO SUL	39.580,00	4,88%	10.093	20,86%
TOTAL	811.948,97	100,00%	48.367	100,00%

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.9.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados

- 466 núcleos esportivos funcionando nos 184 municípios, beneficiando 46.600 crianças e adolescentes de 07 a 17anos, alunos do ensino público proveniente de famílias de baixa renda em cada núcleo.
- 952 profissionais beneficiados com bolsa e capacitados para desenvolvimento de atividades esportivas nos núcleos do Programa Segundo Tempo em todo o Estado e 04 profissionais beneficiados com bolsa para o desenvolvimento de atividades de monitoramento do Programa.
- 1.767 crianças, jovens e adultos beneficiados com bolsas como forma de incentivo a pratica do esporte em todo estado.
- 12 bolsas concedidas para estudantes de Educação Física para realização do monitoramento do Programa Bolsa Esporte.

Dificuldades

Em 2014, foram encontrados alguns obstáculos durante a gestão dos programas. Estes obstáculos decorrem de fatores estruturais e conjunturais que residem no percurso entre a concepção e a execução dos programas. Ao encontrar estes obstáculos, coube aos gestores dos programas

tomar providências, com o intuito de superar tais amarras. O desafio enfrentado no processo de gestão dos programas consiste na capacidade de equacionar as variáveis que compõem os obstáculos, e de propor e implementar medidas de superação. Sendo assim, segue alguns dos maiores obstáculos enfrentados no primeiro semestre de 2014:

- de caráter logístico: a Secretaria do Esporte não possui ainda um quadro de pessoal e um número de veículos que possibilitem o acompanhamento, monitoramento e avaliação dos projetos, especialmente do Segundo Tempo e Bolsa Esporte.
- de caráter burocrático: atraso na formalização do edital devido a mudanças nos critérios de seleção para os monitores e beneficiários do Projeto Bolsa Esporte, além do grande número de atletas inscritos para a nova seleção, que aconteceu de forma presencial em todos os municípios do Estado do Ceará. Vale ressaltar que já foi concluído o processo seletivo dos 1.767 novos bolsistas de 2014 com mudanças, em relação ao primeiro semestre, no número de atletas selecionados por municípios.
- de caráter burocrático: atraso nos procedimentos da chamada pública para a execução do projeto Viva Mais. O Projeto será executado via convênio e por conta das novas regras para a transferência de recursos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual por meio de convênios e instrumentos congêneres, foi encaminhado à PGE, para apreciação, o Projeto de Lei que trata da transferência de recursos para execução de Programas em parcerias com pessoas jurídicas do setor privado, pela Secretaria do Esporte. A aprovação do Projeto de Lei nº 15.611/2014 pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará somente aconteceu no dia 29 de maio de 2014, com publicação DOE no dia 13 de junho de 2014. O aviso de solicitação de manifestação de interesse das entidades foi publicado no DOE no dia 18 de junho e o processo de seleção ainda está em andamento. Devido ao decreto nº 31.532, de 16 de julho de 2014, que estabelece regras para a transferência de recursos financeiros por meio de convênios e congêneres no período eleitoral de 2014, nos termos da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, somente será possível celebrar convênio para a transferência dos recursos do referido projeto após o período eleitoral de 2014.

3.10. Secretaria da Cultura

3.10.1. Aspectos Gerais

A Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, como responsável pela gestão, formulação e acompanhamento das Políticas Culturais do Estado, tem como missão executar, superintender e coordenar as atividades de proteção ao patrimônio cultural do Ceará, difusão da cultura e aprimoramento cultural das expressões do povo cearense.

Dentre as principais atividades de difusão da cultura cearense enquadra-se o Projeto Agentes de Leitura, que tem como público alvo famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, inclusas no Cadastro Único do Governo Federal.

O Projeto Agentes de Leitura é um programa de continuidade, que se iniciou em 2006, passando a ser executado com recursos exclusivos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, a partir de 2010. Vem promovendo, desde seu lançamento, a democratização do acesso ao livro e à leitura, por meio de atividades mediadoras ancoradas em acervos bibliográficos que, posteriormente, são integrados ao acervo das bibliotecas públicas municipais e/ou comunitárias.

Em seu formato atual, o projeto proporciona o pagamento de bolsas no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) para jovens que cursaram o ensino médio, e no valor de R\$1.140,00 (um mil, cento e quarenta reais) para articuladores, que devem ser graduados em Letras e/ou Pedagogia. O projeto lhes fornece todo o material necessário ao desenvolvimento do trabalho (mochilas, blusas, bonés, bicicletas) e disponibiliza acervo bibliográfico. Incluem-se nos custos do projeto a realização de encontros periódicos dos Agentes, com o objetivo de troca de experiências exitosas e discussão de problemas e entraves.

O trabalho dos Agentes é visitar, quinzenalmente, as famílias beneficiadas, apresentando-lhes o acervo, lendo livros para essas famílias, realizando rodas de leituras e/ou desenvolvendo atividades de interpretação dos livros lidos.

Em 2014, o projeto foi aprovado na 1ª Reunião Ordinária do CCPIS com um valor orçamentado de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), visando beneficiar cerca de 5.675 famílias e 28.375 pessoas.

Quadro 68 – Execução Financeira da SECULT

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	68	Projeto Agentes de Leitura	1.500.000,00	936.200,00	264.001,20	28,2	83.780,00	8,95
Total			1.500.000,00	936.200,00	264.001,20	28,2	83.780,00	8,95

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

3.10.2. Desenvolvimento

A Secretaria da Cultura compreende a pobreza sob a ótica da multidimensionalidade de forma a não restringi-la à privação de renda, mas traduzindo-a também enquanto necessidade de acesso à alegria, ao entretenimento, à informação, ao conhecimento e às artes. A cultura atua, nessa perspectiva, como um vetor de desenvolvimento social. A Secult entende que a leitura amplia o discernimento crítico, informa e traz conhecimento para o leitor, resultando em uma formação cidadã aferida pela evolução da proficiência leitora dos beneficiários. Assim, a Secretaria da Cultura elege o Projeto Agentes de Leitura como sua estratégia principal de redução da pobreza, enquanto ferramenta de minimização das consequências que a privação de renda traz para o cearense.

O projeto enquadra-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, na categoria dos projetos Estruturantes, subcategoria Cultura, a qual envolve as ações de oferta de oportunidades culturais, artísticas e de lazer às pessoas em situação de vulnerabilidade social, buscando promover o desenvolvimento cultural com inclusão e participação de todos os setores da sociedade.

O projeto é realizado mediante Edital de Seleção para a contratação dos agentes de leitura. Este processo ocorre anualmente e em meados de 2013 foi encaminhada uma solicitação ao Conselho Consultivo de Políticas Inclusão Social para autorizar a destinação de parte dos recursos do referido ano para a seleção dos agentes de leitura que atuariam no ano de 2014. Com a anuência do CCPIS, a SECULT lançou o Edital de Seleção tendo por objetivo a concessão de 292 bolsas, sendo 280 para agentes de leitura, 10 para agentes de leitura articuladores, 01 para agente de leitura coordenador e 01 bolsa para agente de leitura formador, beneficiando 7.000 famílias.

No intervalo de tempo entre a aplicação das provas e a conclusão do processo seletivo, o Governo do Estado aprovou o Projeto Agentes de Leitura referente ao ano de 2014. Nesse ínterim,

identificou-se que alguns municípios beneficiários do Projeto, tais como Pedra Branca, Mucambo e Catunda não apresentaram inscritos e que o município de Granja havia perdido o prazo de inscrição. Observou-se ainda que os municípios de Potiretama e Tamboril não fizeram a aplicação da prova. Em função disso, o projeto apresentou como metas para 2014 a concessão de 238 bolsas, sendo 227 de agentes de leitura e 09 de agentes de leitura articuladores, beneficiando 5.675 famílias de 46 municípios, sendo 38 de continuidade e 8 novos.

Finalizado o processo seletivo em janeiro de 2014, foram aprovados 220 agentes, sendo 212 agentes de leitura, 07 agentes de leitura articuladores e 1 agente de leitura coordenador. Com esses números poderiam ser atendidos aproximadamente 93,39% dos beneficiários previstos inicialmente, o que não se concretizou em função da desistência de alguns agentes de leitura selecionados, que optaram por assumir empregos com melhor remuneração, ou por falta de identificação com as atividades do projeto no momento da submissão ao processo de formação.

Após um mês de execução das atividades do projeto, a Secretaria da Cultura recebeu uma notificação do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (Processo Nº 04936/2013-5, Certificado Nº 048/2013 e Natureza: Prestação de Contas Anual do Exercício 2012), solicitando informações sobre a normatização que respaldava o valor referente às bolsas dos Agentes da Leitura.

Diante disso, a SECULT tomou as seguintes providências: estudou minuciosamente a legislação correspondente, analisou a normatização do FECOP que prevê a concessão de pagamento de bolsas, avaliou projetos com normatização semelhante, advindos de outras secretarias estaduais (como STDS, SDA e SESPORTE) e reuniu-se com a coordenadoria do FECOP. Estes procedimentos concluíram pela necessidade de Decreto Governamental, tendo por base a Lei Complementar do FECOP, prevendo a criação específica das bolsas para agentes de leitura, bem como a regulamentação de seus valores. A SECULT elaborou minuta de Decreto, Portaria e Projeto de Lei, e enviou para apreciação da PGE, trâmite obrigatório para que as referidas minutas sejam assinadas pelo Governador e, conseqüentemente, publicadas. O processo se encontra em fase de tramitação, aguardando retorno da PGE para as providências necessárias.

Em função dos fatos narrados, a SECULT decidiu suspender o pagamento dos agentes de leitura, referentes aos meses de abril, maio, junho e julho.

No que se refere aos seis processos de aquisições para a execução do projeto, informa-se que 83,33% já foram licitados. Desses, 40% encontram-se na Procuradoria Geral do Estado, em fase

conclusiva. Os demais estão em tramitação na SECULT, em fase de formulação de contrato, assinatura de documentação, geração de empenhos e elaboração de intenção de gastos. Um dos processos está em fase de reelaboração de Termo de Referência. Embora esse instrumento já estivesse na PGE, a SECULT identificou a necessidade de reformulação do Termo, tendo em vista que o atual documento prevê a formação continuada dos Agentes de Leitura em cidades das 8 macrorregiões de planejamento do Estado.

Em reunião realizada entre a SECULT e a Coordenadoria do FECOP, ficou definida a não realização da Formação Continuada no interior do Estado, em virtude da não conclusão do processo licitatório da empresa que seria responsável pela formação planejada para julho e agosto de 2014. A citada Formação seria integrada ao VI Encontro Agentes de Leitura, que ocorre no intuito de avaliar e dialogar com os agentes de leitura atuantes no projeto.

A SECULT utilizou-se de lições aprendidas em anos anteriores para garantir a formação dos agentes de leitura nos municípios beneficiados em 2014. Com a estruturação metodológica e utilizando técnicos da própria secretaria, foi possível realizar a capacitação inicial dos 220 agentes de leitura atualmente em campo, tornando-os aptos a atuarem na área de dinamização de acervo.

O processo de formação aplicou metodologia pautada em atividades e conteúdos vinculados ao acervo composto por livros/obras, selecionados entre a produção literária repassada à SECULT como contrapartida dos editais que realiza. Nesse processo, os agentes de leitura foram orientados a cadastrarem provisoriamente as famílias beneficiadas, garantindo assim a identificação das mesmas e disponibilizando as informações necessárias ao desenvolvimento do projeto. Um Kit com 46 títulos de autores cearenses foi entregue aos agentes de leitura para que trabalhassem junto às famílias leitoras.

3.10.3. Aplicação de Recursos por Macrorregião

O projeto é executado nas 8 macrorregiões do Estado, tendo a seguinte distribuição: Cariri/Centro-Sul com 16 municípios atendidos; Sertão dos Inhamuns com 8 municípios atendidos; Sertão Central com 7 municípios atendidos; Região Sobral/Ibiapaba com 6 municípios atendidos; Litoral Oeste com 5 municípios atendidos; Região Metropolitana de Fortaleza com 2 municípios atendidos; Região do Maciço de Baturité com 1 município atendido; Região Litoral Leste/Jaguaribe com 1 município atendido. A região do Cariri figura com a maior quantidade de pessoas

beneficiadas, tendo em vista que, de acordo com a nota técnica nº 48 do IPECE, é a região que possui o maior Índice de Focalização de Agentes de Leitura – IFAL.

Quadro 69 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	18.681,20	7,08	625	2,36
2-LITORAL OESTE	27.600,00	10,45	2.875	10,85
3-SOBRAL/IBIAPABA	34.620,00	13,11	3.750	14,15
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	43.820,00	16,60	4.625	17,45
5-SERTÃO CENTRAL	40.620,00	15,39	4.000	15,09
6-BATURITÉ	6.000,00	2,27	625	2,36
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	3.200,00	1,21	500	1,89
8-CARIRI/CENTRO SUL	89.460,00	33,89	9.500	35,85
TOTAL	264.001,20	100,00	26.500	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

3.10.4. Principais Resultados e Dificuldades

Resultados

- Beneficiadas 5.300 famílias e 26.500 pessoas (93,40% da meta planejada);
- Beneficiados 46 municípios, sendo 38 de continuidade e 8 novos (100,00% da meta planejada);
- Concedidas 220 bolsas, sendo 212 de agentes de leitura, 7 de agentes articuladores e 1 de agentes coordenador (92,44% da meta planejada).

Dificuldades

- Exclusão de alguns municípios que não conseguiram atender às demandas delineadas;
- Desistência de agentes de leitura do projeto, para atuação em emprego com melhor remuneração, ou por falta de identificação com as atividades do projeto;

- Suspensão temporária do pagamento aos agentes, devido a questionamento do Tribunal de Contas do Estado, sobre a ausência de normativo que regulamenta o fornecimento das bolsas, o que está sendo providenciado;
- Não conclusão dos processos licitatórios dos livros, bicicletas, protetor solar e instrumentais, em tempo hábil;
- Precariedade no monitoramento do projeto, dificultando a aferição do grau de satisfação dos beneficiários com as atividades desenvolvidas pelos agentes de leitura.